

**O TRABALHO RURAL VOLANTE NO ESTADO DO PARANÁ**

**VOLUME I**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

**O TRABALHO RURAL VOLANTE NO ESTADO DO PARANÁ**

**VOLUME I**

**CURITIBA, JUNHO DE 1978**

**PRIMEIRA PARTE:**

**TRANSFORMAÇÕES NO SETOR AGRÍCOLA PARANAENSE NO PE-  
RÍODO 60/75**

# S U M Á R I O

## VOLUME I

APRESENTAÇÃO .....	1
INTRODUÇÃO .....	2
<b>PRIMEIRA PARTE: TRANSFORMAÇÕES NO SETOR AGRÍCOLA PARANAENSE NO PERÍODO 60/75</b>	
<b>1 - ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NO SETOR AGRÍCOLA PARANAENSE ....</b>	<b>9</b>
1.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SETOR AGRÍCOLA PARANAENSE..	9
1.2 - TRANSFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOMINANTES NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE .....	16
<b>2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA .....</b>	<b>26</b>
2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	26
2.2 - AS GRANDES TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO .....	33
2.3 - TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA A NÍVEL REGIO NAL .....	46
2.4 - ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO VOLANTE .....	51
<b>3 - TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-     OBRA .....</b>	<b>53</b>
3.1 - UMA ABORDAGEM COMPARATIVA .....	53
3.2 - TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA A NÍVEL REGIONAL.....	66

<b>4 - TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA PARANAENSE .....</b>	<b>91</b>
<b>SEGUNDA PARTE: EXISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DO TRABALHADOR VOLANTE NO PARANÁ</b>	
<b>5 - O USO DE TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE .....</b>	<b>115</b>
<b>6 - TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E O TRA- BALHO ASSALARIADO VOLANTE .....</b>	<b>131</b>
6.1 - OPORTUNIDADES DE TRABALHO E MOBILIDADE ESPACIAL...	131
6.2 - ANTECEDENTES SOCIAIS À CONDIÇÃO ASSALARIADA VOLAN- TE .....	142
<b>7 - A RELAÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADA VOLANTE NO PARANÁ.....</b>	<b>157</b>
7.1 - TRABALHO TEMPORÁRIO E TRABALHO VOLANTE .....	157
7.2 - O TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE E SEU SIGNIFICADO..	163
7.3 - ASPECTOS LEGAIS DA RELAÇÃO DE TRABALHO VOLANTE E SUA CARACTERIZAÇÃO EMPÍRICA .....	173
<b>8 - CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO VOLANTE NO PARANÁ .....</b>	<b>193</b>
8.1 - A UNIDADE FAMILIAR E O TRABALHO ASSALARIADO .....	193
8.2 - CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DO TRABALHADOR VOLANTE...	215
8.3 - A REPRODUÇÃO DA RELAÇÃO ASSALARIADA VOLANTE .....	225
<b>9 - FORMAS DE INTERVENÇÃO SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO VOLAN TE .....</b>	<b>231</b>

9.1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	231
9.2 - AS ATUAIS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO .....	237
9.2.1 - Cooperativa de Mão-de-obra Como Resposta ao Problema do Trabalhador Rural Volante.	238
9.2.2 - "Normas Reguladoras do Trabalho Avulso no Meio Rural" como Resposta ao Problema do Trabalhador Volante .....	247
9.2.3 - A Reforma Agrária Como Meio de Fixar o Trabalhador Rural à Terra .....	251
9.3 - PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO .....	254

## VOLUME II

<b>I - AMOSTRAGEM .....</b>	<b>4</b>
1. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....	4
2. TAMANHO DA AMOSTRA DE TRABALHADORES VOLANTES .....	15
3. ESQUEMA DE AMOSTRAGEM DE TRABALHADORES VOLANTES .....	17
4. SELEÇÃO DA AMOSTRA DE TRABALHADORES VOLANTES .....	20
5. AMOSTRA DE UNIDADES DE PRODUÇÃO .....	23
6. AMOSTRAGEM - APLICAÇÃO AO CADASTRO DE IMÓ- VEIS RURAIS DO INCRA .....	27
6.1 - Dimensionamento da Amostra .....	27
6.2 - Plano de Amostragem .....	33
6.3 - Seleção da Amostra .....	34
 <b>II - FLUXOGRAMA DO PROCESSO GERAL .....</b>	 <b>38</b>
 <b>III - CREDENCIAL E CRAXÁ PARA ENTREVISTADORES .....</b>	 <b>40</b>

<b>IV - INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS</b> .....	42
<b>V - FORMULÁRIOS DE CONTROLE</b> .....	46
1 - NÚMERO DE FORMULÁRIOS APLICADOS POR MUNICÍ- PIO .....	47
2 - FORMULÁRIOS APLICADOS NA UNIDADE DE PRODU- ÇÃO .....	48
3 - FORMULÁRIOS APLICADOS NO TRABALHO RURAL VO- LANTE .....	49
4 - NÚMERO DE CARTÕES DOS FORMULÁRIOS DA UNIDA- DE DE PRODUÇÃO .....	50
5 - NÚMERO DE CARTÕES DOS FORMULÁRIOS DO TRABA- LHADOR VOLANTE .....	51
<b>VI - TOTAIS DE CONTROLE DA CONSISTÊNCIA</b> .....	52
<b>VII - FORMULÁRIO UTILIZADO PARA ENVIO DE DOCUMENTOS..</b>	57
<b>VIII - CÓDIGOS PARA TABULAÇÃO (TABELAS "T")</b> .....	59
<b>IX - CATEGORIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS PARA PROCESSAMENTO     (TABELAS "P")</b> .....	100
<b>X - FORMULÁRIO DE COLETA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO</b> ...	131
<b>XI - FORMULÁRIO DE COLETA DO TRABALHADOR RURAL VO-     LANTE</b> .....	153
<b>XII - PLANILHAS</b> .....	203

**VOLUME III**

**- TABELAS ANEXAS**

## **APRESENTAÇÃO**

Este estudo, O Trabalho Rural Volante no Estado do Paraná, é resultado de convênio entre o Ministério do Trabalho e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES.

Para responder em que sentido a existência e difusão do trabalho volante constituem "problema", a análise realizada procurou identificar os principais determinantes estruturais da existência e reprodução de trabalho volante, a situação antecedente a essa condição, bem como caracterizar as formas concretas de sobrevivência do trabalhador rural volante e de sua família.

A partir dessa análise, o estudo oferece uma perspectiva de intervenção aonde são identificados os alcances e limites das atuais propostas e se oferecem alternativas de ação para que, de certa forma, sejam corrigidas e ou ampliadas algumas das propostas já existentes.

Portanto, este trabalho constitui-se em mais um subsídio à ação governamental na área social.

A direção

## INTRODUÇÃO

A relação de trabalho rural volante, como forma de trabalho assalariado não é um fenômeno recente. Sabe-se que vem existindo desde a década de 50, tanto nas plantações de café, em São Paulo, como na zona canavieira do Nordeste. Recente é o fato de ser encarada como problema.

Por definição, o problema consiste num enunciado e sua solução. No entanto, a forma que assume o enunciado, quando se manifesta ao nível aparente do senso comum, traz em si um mascaramento que entrava o alcance de sua solução e facilita o surgimento de respostas unilaterais improvisadas. Desse modo, torna-se imprescindível, definir precisamente seu enunciado como única forma de identificar a solução.

A definição dos termos do problema implicou em integrar ao estudo uma primeira parte subsidiada por dados secundários que permitisse compreender o processo de geração desta categoria de trabalhadores. E uma segunda, voltada à análise das condições de existência e continuidade desta relação bem como as propostas de intervenção mais representativas.

Tais elementos possibilitaram identificar que as transformações na agricultura e a proliferação da relação assala-

riada volante têm origem na intensificação do uso de capital, fortemente estimulado pela política econômica.

Isto é agravado pela oposição entre o tipo de cultura que lidera o processo - a soja - e a estrutura produtiva dominante na agricultura paranaense, baseada na pequena produção e no trabalho familiar. Por um lado, a um maior emprego de capital, na forma de insumos e máquinas, não se coadunam relações tradicionais, como parceria por exemplo, cuja natureza fundamenta-se na utilização da força de trabalho. Por outro lado, as novas formas de utilização da terra (culturas mecanizadas e pastagens plantadas) implicam em um processo de crescente concentração fundiária e elevação do preço da terra. Estas circunstâncias engendram a desorganização das formas tradicionais de relação de trabalho, para dar origem ao trabalho assalariado de fato.

Embora, neste contexto, a pequena produção tenda a ceder suas melhores áreas para lavouras mecanizadas do que resulta a expropriação da terra, esta forma de produção responde de modo viável econômica e socialmente pela maior parte da produção de alimentos do Estado. Por esta razão reside aí uma possível frente de ação no sentido de reduzir a velocidade do processo de desorganização da pequena produção.

Isto é mais importante quando se tem em conta que na história da agricultura brasileira processos semelhantes tiveram como contrapartida a absorção da população pelo setor urbano simultâneo à expansão da fronteira agrícola. No caso pa-

paranaense faltam ambas as condições.

O esgotamento da fronteira agrícola pode ser considerado um agravante maior deste processo que não corresponde exatamente ao esgotamento da disponibilidade de terra. O processo recente de incorporação de novas terras não repete a forma anterior baseada no pequeno produtor como agente desbravador. A disponibilidade de recursos creditícios descarta a utilização de formas tradicionais de ocupação que barateavam o custo de incorporação de novas áreas para lavoura, do qual o povoamento do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná é exemplo.

Contudo, mesmo coexistindo com formas tradicionais, a relação de trabalho assalariada seguramente tende a ser dominante na agricultura paranaense.

Como forma mais complexa desta divisão do trabalho que institui a relação social assalariada de forma nítida também na agricultura, surge o trabalhador rural volante. Para o volante - esta fração da categoria de trabalhadores assalariados -, o vínculo com a terra, que sempre caracterizou os trabalhadores do campo, é definitivamente rompido. Esta condição, equipara-o à categoria de assalariados em geral, no sentido de separação não apenas dos meios de trabalho, mas também do local de trabalho.

Enquanto forma completa e real de assalariamento, esta relação social implica que a compra da força de trabalho corresponda um valor mínimo necessário para reproduzÍ-lo. No entanto, para o trabalhador rural volante a forma assalariada se estabelece na sua essência - é um trabalhador que depende ex-

clusivamente da venda de sua força de trabalho - mas não se formaliza.

Assim, a agricultura capitalista consolida uma relação de trabalho assalariada sem comprometer-se com a reposição da força de trabalho ao nível dos padrões legais.

Por sua vez a ausência de vínculos legais possibilita ao setor agrícola apropriar-se de uma parcela do valor da força de trabalho, economizando parte do capital destinado ao pagamento do trabalhador. Por outro lado, beneficia-se da ausência de vínculos legais e reforça o uso temporário da mão-de-obra, generalizando para todo o processo produtivo agrícola uma forma de trabalho cuja característica é justificada pela sazonalidade agrícola. Este recurso acentua a descontinuidade do trabalho e conseqüentemente o desemprego. Encarada deste ângulo, a forma volante não parece encontrar resistência entre os empresários rurais e sua continuidade tende a ser reforçada.

Contudo, ao encarar o problema de outra ótica, essa possibilidade de apropriação pelo capital de parcela dos meios de subsistência do trabalhador, presente na forma de trabalho volante, resulta, em parte, da inexistência de uma efetiva organização social do trabalho. Sua continuidade está diretamente ligada ao processo de constituição de uma estrutura capaz de adequar os elementos disponíveis no sistema (estrutura sindical, legislação) para fazer valer os direitos do trabalhador volante, enquanto assalariado.

A utilização desta forma descomprometida de assalariamento concretizada na relação de trabalho volante só é possível porque transfere para a unidade familiar o custo de reprodução da força de trabalho. Para realizar esta função, a família é levada a colocar no mercado de trabalho um maior número de pessoas, o que nem sempre impede que chegue a zero o rendimento familiar.

Via de regra a migração para a cidade não altera sua condição de trabalhador rural. Continua dependente da demanda agrícola de cuja diária provém seu sustento.

As chances de emprego urbano, num modelo de desenvolvimento com baixas taxas de absorção tanto no setor industrial como em subsetores do terciário, são menores num Estado como o Paraná que não faz parte do pólo industrial do País.

O trabalhador rural volante, ao transferir-se para a cidade, materializa a unificação do mercado de trabalho transformando-se num contingente mobilizável por outras atividades regidas pela mesma ausência de comprometimento com a reprodução da força de trabalho.

Isto sugere que a característica desta relação de trabalho que chega a parecer desviante, não é exclusiva ou própria da agricultura, mas domina em diferentes setores. E, neste caso, o problema torna-se mais amplo e não menos grave.

Nesse sentido, são insuficientes as propostas dirigidas, apenas, à formalização do trabalho volante enquanto re-

lação de trabalho assalariada. A redução do nível de subemprego e elevação do nível de vida do trabalhador requerem intervenções de âmbito mais amplo e mais complexo.

## 1 - O SETOR AGRÍCOLA PARANAENSE E A ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

### 1.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SETOR AGRÍCOLA

O Paraná é um Estado eminentemente rural. Toda a sua economia ainda acha-se na dependência da produção agrícola que responde, diretamente, por cerca de um terço da renda interna do Estado.<sup>1</sup> Os setores secundário e terciário têm seu dinamismo vinculado à agricultura a tal ponto que problemas de ordem climática que a afetam, como as geadas ou a estiagem recente, chegam a acenar com uma possível catástrofe para toda a economia do Estado paranaense é dominada por gênero de base agrária como Produtos Alimentares e Madeira que respondiam, em 1970, pela maior parte do valor da transformação industrial no Estado.<sup>2</sup>

A produção agrícola é o que tem caracterizado a participação do Estado no produto interno líquido brasileiro. Enquanto a contribuição da indústria paranaense ao produto nacional manteve-se inalterada num período de 20 anos, a participação da agricultura mais que duplicou e, com isso, elevou

---

<sup>1</sup> IPARDES - Renda Interna do Paraná - 1970-76.

<sup>2</sup> IPARDES - Relatório do Grupo de Estudos para as Atividades Agro-Industriais do Paraná - Primeira Fase - 1973, cap.3.

a participação global do Paraná na economia nacional.<sup>3</sup>

A agricultura paranaense é responsável por cerca de 1/4 da produção nacional de algodão (herbáceo), amendoim, batata inglesa, feijão, mamona, milho, soja e trigo e quase a metade da produção nacional de café. (Tabela A.1(01)). No entanto, apesar dessa relativa diversificação na pauta de produtos, a agricultura no Estado é claramente especializada em culturas de exportação.<sup>4</sup> Mais da metade da área total dedicada aos cultivos comerciais no Paraná é ocupada pelo milho (30%), soja (15%) e café (15%) - (Tabela A.1(02)). Maior produtor nacional de café e milho e segundo produtor de soja, o Estado participa, diretamente, com cerca de 1/3 das exportações nacionais desses produtos. (Tabela A.1(03)).

A especialização crescente da agricultura paranaense em cultivos de exportação é a maior responsável pela posição do Estado na economia nacional e, ao colocá-la na dependência da flutuação dos preços internacionais desses produtos, acarreta graves consequências sociais. O Paraná, atualmente o maior produtor nacional de café, tem sofrido, a partir de 1962, um processo de erradicação de cafezais orientado pela política de redução da oferta como estratégia de manutenção dos preços. Em 5 anos (1962/67) estima-se que a erradicação liberou cerca de

---

<sup>3</sup> IPARDES - Subsídios ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná. Indústria e Agricultura. Análise Preliminar - Curitiba, 1978 - vol.II.

<sup>4</sup> Para uma análise mais completa, ver cap.3.

58 mil famílias ou 290 mil pessoas<sup>5</sup> que representavam 14% da população ocupada no cultivo do café no ano anterior ao início do processo. A área cafeeira liberada, tanto através de Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira, quanto em consequência das geadas, tem sido ocupada principalmente por pastagens e, mais recentemente, por culturas altamente mecanizadas e que obtêm preços internacionais mais favoráveis, como a soja. Do ponto de vista da mão-de-obra liberada, essa tendência à substituição do café resulta em graves consequências sociais já que sua possível absorção no próprio campo torna-se, no mínimo, altamente instável. Se a formação de pastagem pode ocupar, por um certo período boa parte da mão-de-obra liberada, a médio prazo tem a mesma consequência que as culturas mecanizadas na redução do volume global de oportunidades de emprego rural.

A produção agrícola paranaense é obtida através de um conjunto de pequenos e médios produtores. Em 1970, 66% da área colhida com feijão estava entre os estabelecimentos com área total inferior a 20 ha. Estes estabelecimentos eram responsáveis por 60% das áreas colhidas de algodão e arroz, 55% de milho e 35% de café. (Tabela 1.01). A soja que, na época, apenas se introduzia no Estado, era cultivada em grande parte (56%) nesses pequenos estabelecimentos. Os maiores de 100 ha respondiam, apenas, pelas maiores áreas colhidas de cana-de-açúcar e trigo.

---

<sup>5</sup> IBC - GERCA/DAC - Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira do Estado do Paraná - 1967, pag.32.

TABELA: 1.01 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA - 1970 (em ha)  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL.

ESTRATOS DE ÁREA	ALGODÃO	ARROZ	CAFÉ	CANA-DE-AÇÚCAR	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO
Menos de 5	11,2	12,8	4,6	0,7	18,1	12,5	9,4	0,2
5 a menos de 10	22,1	21,5	12,8	1,9	23,4	18,6	19,5	4,3
10 a menos de 20	26,0	26,1	17,8	5,3	24,6	23,6	27,3	9,1
20 a menos de 50	20,5	21,2	15,2	10,3	20,7	24,4	23,4	17,1
50 a menos de 100	8,2	6,4	7,4	6,4	6,6	8,5	6,2	25,4
100 a menos de 200	5,2	4,0	9,1	7,2	3,2	5,0	4,5	10,9
200 a menos de 500	4,0	4,1	13,2	19,4	2,1	4,2	5,5	9,2
500 a menos de 1000	1,4	1,8	8,1	20,2	0,7	1,6	2,5	11,6
1000 e mais	1,4	2,1	11,8	28,6	0,5	1,6	1,6	12,2
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	99,9	100,0

FONTE: Tabela A.3 (14)

Transformações ocorridas na estrutura fundiária do Estado nos primeiros anos dessa década indicam que, no momento em que se encontra praticamente completa a ocupação econômica do Paraná, começa a abalar-se o "modelo" de exploração da terra via pequenos estabelecimentos que foi a característica da ocupação do Norte e, principalmente, de todo o Oeste do Estado.<sup>6</sup> No período 70/75, a redução do número total de estabelecimentos agropecuários paranaenses deve-se à redução daqueles com área total inferior a 50 ha e, principalmente, dos com 5 a 10 ha.

Mesmo assim, em 1975, a metade dos estabelecimentos rurais do Estado tinha área total inferior a 10 ha. ocupando, apenas, cerca de 5% da área incorporada à atividade agropecuária.

Acompanhando as transformações da estrutura fundiária e, certamente responsável por grande parte dela, a agricultura paranaense passa, a partir dos últimos anos, por uma verdadeira revolução em seus padrões tecnológicos. Até 1970, no entanto, a produção agrícola no Estado fundava-se, basicamente, na utilização da força humana, às vezes, com o auxílio de animais. Apenas cerca de 9% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam algum tipo de força mecânica e, embora o Paraná possuisse a 3a. frota de tratores do Brasil, a relação área cultivada por trator era muito desfavorável (253 ha/trator) ainda mais se comparada à existente na agricultura paulista (71 ha/trator).

---

<sup>6</sup> Os dados referidos e uma análise mais detalhada encontram-se no capítulo 2.

Na verdade, a julgar por esses indicadores, a agricultura paranaense encontrava-se, em 1970, na situação tecnológica que a agricultura do Rio Grande do Sul atingira 10 anos antes.<sup>7</sup>

Após 1970, a transformação tecnológica que se delineava durante os anos 60 precipita-se com tal intensidade que, em apenas 5 anos (1970/75) o aumento no número de tratores no Estado foi, proporcionalmente, o mesmo alcançado na década de 60. Esse incremento fez com que a relação área cultivada por trator se reduzisse, em 5 anos, de 253 ha/trator para 81 ha/trator.

As mudanças tecnológicas recentes na agricultura paranaense parecem estar vinculadas mais à introdução e difusão de uma cultura comercial altamente mecanizada, como a soja, do que à incorporação de nova tecnologia poupadora de trabalho por culturas com grande densidade de mão-de-obra. A elevação do número de tratores (e de sua potência) não chegou a alterar, em termos globais, a relação área cultivada por trabalhador que permaneceu em torno de 2,5 ha por pessoa ocupada.

A distribuição espacial da atividade agropecuária no Paraná configura macrorregiões bastante definidas.

A área de maior dinamismo agrícola é composta pelas microrregiões do Extremo Oeste, Campo Mourão, Sudoeste e Norte Novíssimo de Umuarama onde se concentravam, em 1970, subs-

---

7

Os dados referidos e uma análise mais detalhada encontram-se no capítulo 4.

tanciais frações de área de todas as culturas principais no Estado: mais de 40% do algodão, 30% do feijão, 37% do milho, 43% do trigo e 74% da soja. Apenas a Microrregião de Umuarama respondia, em 1975, pela segunda maior área de café do Estado.

As Microrregiões do Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá e Norte Novíssimo de Paranavaí, Norte Velho de Jacarezinho e Algodoeira de Assaí compõem uma área caracterizada, simultaneamente, pela erradicação do café e intensificação de pastagens plantadas, aumentos nas áreas dedicadas à soja, trigo, cana-de-açúcar e decrêscimos nas lavouras de milho e feijão.

A área composta pelas Microrregiões de Curitiba, Litoral Paranaense, Alto Ribeira, Alto Ivaí, Alto Rio Negro Paranaense, Campos da Lapa e São Mateus do Sul, dedica-se a uma pauta de culturas tradicionais, como feijão e milho, com pequena participação no total do Paraná e apresentando rendimento físico entre os mais baixos do Estado.

Finalmente, as áreas centrais do Estado, formadas pelas Microrregiões de Campos de Ponta Grossa, Colonial de Irati, Campos de Guarapuava, Pitanga, Campos de Jaguariaíva e Médio Iguaçu, caracterizam-se por grandes áreas inexploradas e de pouca significação no Estado.

## 1.2.- TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOMINANTES NO CAMPO.

O processo de capitalização do campo paranaense intensifica, a partir de 1970, as tendências anteriormente delineadas de concentração fundiária, destinação de grandes áreas a cultivos de exportação e dependência da agricultura com relação a insumos industriais. Estas tendências resultam em profundas alterações nas relações sociais de produção, responsáveis não apenas pelo intenso movimento migratório intra-estadual, mas por processos de verdadeira renovação da população rural do Estado.

Acompanhando a intensificação desse processo, aparecem sinais de inversão da tendência de crescimento da população rural paranaense que, em décadas anteriores, foi responsável pela ocupação da maior frente de expansão da fronteira agrícola nacional.

As alterações nas relações de produção e suas repercussões visíveis a nível dos movimentos populacionais, permitem supor o esgotamento, no Paraná, de um primeiro momento do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura no qual a propriedade privada da terra tem grande importância. Em consequência, os pequenos produtores são expulsos de suas terras transformando-se em força de trabalho assalariada ou se impede que trabalhadores livres se estabeleçam por conta própria.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A propósito, ver: REY, P-P. Les Alliances de Classes, Paris: Maspero, 1973.

Durante a década de 60, a ocupação do campo paranaense cria oportunidades de trabalho para um total superior a 285 mil novos produtores agropecuários, especialmente sob a forma de acesso à propriedade da terra. (Tabela 1.02). Após 1970, acelera-se a tendência à concentração fundiária que, no Paraná, é claramente um incremento na concentração da propriedade. Isto transparece através da redução no número de estabelecimentos sob responsabilidade de seus proprietários simultânea ao incremento de área, ao mesmo tempo em que diminuem estabelecimentos e área de parceiros, arrendatários e ocupantes.

A redução das possibilidades de acesso à terra a trabalhadores livres pode ser inferida do fato de que, cerca de 70% do incremento da área dos proprietários, no período 70/75, podem ser atribuídos à incorporação de terras liberadas por parceiros, ex-proprietários e ocupantes.<sup>9</sup> Restariam, portanto, cerca de 30% dessa área total para ter resultado da incorporação, sob a forma de propriedade privada, de novas terras à produção agropecuária.

De todo modo, a incorporação à condição de propriedade privada de uma área de 1,5 milhões de ha, simultânea à redução do número de proprietários, foi responsável, no período 70/75, pela eliminação das oportunidades de trabalho para mais de 76 mil produtores.

---

<sup>9</sup>A área liberada por parceiros, arrendatários e ocupantes, adicionou-se o produto do número de estabelecimentos de proprietários que se reduziu no período, pela área média das propriedades em 1970.

TABELA: 1.02 - PARANÁ : ESTABELECIMENTOS E ÁREA DEDICADA À AGROPECUÁRIA  
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1960/70/75 -  
(VALORES ABSOLUTOS).

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	1960	1970	1975
<b>Proprietário</b>			
Estabelecimentos	179.028 *	312.762	296.692
Área (ha)	9.528.714 *	12.161.283	13.730.969
<b>Arrendatários</b>			
Estabelecimentos	21.132	68.741	51.271
Área (ha)	292.781	646.761	641.299
<b>Parceiros</b>			
Estabelecimentos	35.200 **	122.937	82.880
Área (ha)	501.413 **	1.067.146	750.948
<b>Ocupantes</b>			
Estabelecimentos	33.786	50.048	46.871
Área (ha)	1.062.026	750.341	618.816
<b>TOTAL</b>			
Estabelecimentos	269.146	554.488	477.714
Área (ha)	11.384.934	14.625.531	15.742.032

FONTE: IBGE - Censo Agrícola, Paraná, 1960 - Tabela 5  
- Censo Agropecuário, Paraná, 1970. Tabela 4  
- Sinopse do Censo Agropecuário, Paraná - 1975 - Tabela 4.  
\* - Proprietários mais administradores  
\*\* - Arrendatários com pagamento em produtos

A liberação desses produtores atinge, em sua maioria, os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários. (Tabela 1.03). Disto resulta que, embora o campo paranaense ainda seja dominado por um grande volume de pequenos produtores, eles estão confinados a uma parcela muito pequena da área total incorporada à atividade agropecuária. Como se verá no decorrer do presente estudo, as condições objetivas dos pequenos produtores não só explicam, em grande parte, sua redução no período 70/75, como parecem abreviar suas oportunidades de sobrevivência no Estado.

O destino da pequena produção é fundamental para a compreensão dos processos liberadores de mão-de-obra. Em 1975, 37% da população ocupada no campo encontrava-se nos estabelecimentos menores de 10 ha. E é justamente no período 70/75 que aparece a reversão da tendência absorvedora desses estabelecimentos. (Tabela 1.04).

Na década de 60, principalmente devido à erradicação de cafezais, os estabelecimentos médios e grandes (com área total igual ou superior a 50 ha) foram responsáveis pela liberação de mais de 137 mil pessoas. No período 70/75, estes estabelecimentos voltam a absorver mão-de-obra sem, no entanto, recuperarem a posição existente em 1960. Nesse período apenas os estabelecimentos menores de 10 ha é que liberam um volume absoluto de trabalhadores.

Embora não se disponha de dados mais recentes, pode-se afirmar que essa liberação ocorrida no campo paranaense reflete as transformações ao nível das relações sociais dominantes. A

TABELA 1.03 - PARANÁ: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL E GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970/75 - VARIAÇÃO PERCENTUAL

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (Ha)	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL	
	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)
Menos de 5	-13,6	-2,0	-34,2	-31,2	-28,0	-28,4	-3,6	-0,7	-21,3	-20,2
5 a menos de 10	-9,2	-8,5	-20,2	-19,9	-34,5	-34,3	1,9	0,5	-17,9	-17,5
10 a menos de 20	-7,4	-6,5	-14,6	-14,2	-38,8	-38,5	-18,0	-18,0	-14,2	-13,3
20 a menos de 50	-3,3	-1,9	-7,5	-6,1	-48,2	-34,3	-31,2	-31,0	-7,0	-5,5
50 a menos de 100	9,2	8,9	7,5	10,4	-18,2	-17,5	-20,5	-21,2	7,3	7,0
100 a menos de 200	16,3	16,5	46,0	48,0	-5,5	-4,2	-21,2	-21,1	15,9	15,3
200 a menos de 500	20,1	20,6	59,2	57,9	89,0	105,5	-26,4	-26,5	19,6	20,0
500 a menos de 1000	30,3	30,3	14,7	8,6	0	10,52	-30,5	-27,5	27,4	27,3
1000 e mais	28,8	29,8	69,2	156,2	25,0	71,8	-36,6	-8,1	26,8	30,1
TOTAL	-5,1	12,9	-25,4	-0,8	-32,6	-29,6	-6,4	-17,5	-13,8	7,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - Paraná, 1970

Sinopse Censo Agropecuário - Paraná, 1975

TABELA 1.04 - PARANÁ: PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO ÁREA TOTAL DO ESTABELECIMENTO - 1960/1970/1975.

ÁREA TOTAL (ha)		1960		1970		A 60/70 ABSOLUTO	1975		A 70/75 ABSOLUTO
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	
Menos	5	119.232	9,3	387.416	19,5	268.184	366.133	17,1	- 21.283
5	a menos de 10	139.815	11,0	441.980	22,3	302.165	432.380	20,2	- 9.600
10	a menos de 20	244.752	19,0	484.728	24,5	239.976	495.682	23,2	10.954
20	a menos de 50	363.287	28,3	387.497	19,6	24.210	442.180	20,6	54.683
50	a menos de 100	139.492	10,8	107.928	5,4	- 31.564	151.242	7,1	43.314
100	a menos de 200	93.763	7,3	59.946	3,0	- 33.817	91.015	4,2	31.069
200	a menos de 500	91.008	7,1	52.822	2,7	- 38.186	83.599	3,9	30.777
500	a menos de 1.000	38.582	3,0	24.992	1,3	- 13.590	34.455	1,6	9.463
1.000	e Mais	54.379	4,2	34.097	1,7	- 20.282	42.817	2,0	8.720
Sem Declaração		388	...	65	...	-	1.556	0,1	-
Total		1.284.698	100,0	1.981.471	100,0	696.773	2.141.059	100,0	159.588

FONTE: IBGE - Censo Agrícola - Paraná - 1960 - Tabela nº 09  
 Censo Agropecuário - Paraná - 1970 - Tabela nº 17  
 Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Paraná, Volume 11 - 1975, Tabela nº 06.

década de 60 é marcada por duas tendências complementares: liberação de empregados e parceiros dos estabelecimentos médios e grandes e absorção de produtores e sua família nos estabelecimentos menores. (Tabela A.1(04)). Como a maioria desses produtores é constituída de proprietários, estas tendências reforçam a interpretação de que, já na década de 60, aparecem os sinais de maturação da fase do desenvolvimento capitalista da agricultura paranaense na qual a propriedade da terra é determinante.

Este processo de maturação no desenvolvimento da agricultura paranaense, agudiza-se durante os primeiros anos da década de 70 e acompanha, no período anterior, o movimento de ocupação econômica do Estado.

No período 60/70, as duas tendências complementares de liberação e absorção populacional caracterizam muito claramente as regiões do Estado.

O Norte cafeeiro (da região de Jacarezinho até a de Paranavaí) perde população em termos absolutos, especialmente sob a forma de empregados permanentes e, no caso das regiões de Londrina e Maringá, de parceiros. (Tabela 1.05).

Por outro lado, toda a região do Oeste do Estado (da região de Umuarama até o Sudoeste) ganha população, especialmente na forma de pequenos e médios proprietários e suas famílias.

Da tendência liberadora: já definida na década de 60,

TABELA: 1.05 - PARANÁ: PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO - 1960/70  
VARIACÃO ABSOLUTA.

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	TOTAL	Responsáveis e Membros não Remunerados da Família.	Empregados em Trabalhos Perma- nentes.	Empregados em Trabalhos Tem- porários.	Parceiros	Outras Condições
268/1 CURITIBA	- 6.840	5.784	- 725	- 10.597	- 280	- 1.022
269/2 LITORAL PARANAENSE	- 510	591	- 117	- 886	- 30	- 68
270/3 ALTO RIBEIRA	2.995	4.629	- 291	- 1.411	- 30	98
271/4 ALTO RIO NEG. PARAN	2.816	3.539	- 37	- 645	- 48	7
272/5 CAMPOS DA LAPA	2.828	3.955	277	- 909	1	- 496
273/6 CAMPOS DE P. GROSSA	6.750	6.597	1.208	- 1.137	- 71	153
274/7 CAMP. DE JAGUARIAÍVA	7.871	5.253	2.461	- 122	353	- 74
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	- 756	4.708	- 831	- 4.396	- 150	- 87
276/9 COLONIAL DE IRATI	13.822	22.570	511	- 8.478	- 126	- 655
277/10 ALTO IVAÍ	35.482	37.689	432	- 2.470	7	- 176
278/11 N. VELHO DE W. BRAZ	21.316	31.694	- 4.754	- 1.806	- 2.659	- 1.099
279/12 N. VELHO DE JACAREZ	-28.314	16.888	- 18.948	- 15.532	- 5.448	- 5.274
280/13 ALGODOEIRA DE ASSAÍ	- 6.003	- 4.353	- 1.475	354	- 255	- 274
281/14 N. NOVO DE LONDRINA	-18.323	26.489	- 13.262	2.288	- 27.647	- 6.191
282/15 N. NOVO DE MARINGÁ	-21.424	26.396	- 19.308	- 5.188	- 20.659	- 2.665
283/16 N. NOV. DE PARANAVAÍ	-17.363	10.237	- 12.321	- 5.978	- 7.489	- 1.812
284/17 N. NOVO DE APUCAR.	51.795	59.104	213	- 692	- 5.697	- 1.133
285/18 N. NOV. DE UMUARAMA	134.411	143.112	- 3.822	- 839	- 3.173	- 867
286/19 CAMPO MOURÃO	115.974	109.127	1.867	6.403	- 893	- 530
287/20 PITANGA	18.741	21.310	322	- 2.849	- 14	- 28
288/21 EXTREMO OESTE PAR.	257.118	242.997	5.439	3.893	3.007	1.782
289/22 SUDOESTE PARAN.	111.226	106.588	1.228	1.392	421	1.597
290/23 CAMP. DE GUARAPUAVA	6.036	7.881	- 6	- 1.498	- 69	- 272
291/24 MÉDIO IGUAÇU	7.128	5.945	1.014	- 180	- 2	351
<b>TOTAL</b>	<b>696.776</b>	<b>898.670</b>	<b>- 60.925</b>	<b>- 51.283</b>	<b>- 70.951</b>	<b>- 18.735</b>

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 16  
- Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 69

interessa analisar, mais de perto, o processo de redução da parceria no Estado como forma de acesso à terra desvinculada de sua propriedade.

À redução da área em parceria, corresponde o decréscimo de sua participação relativa no total da área incorporada à atividade agropecuária de quase todas as regiões do Estado. (Tabela A.1(08)). Na década de 60, no entanto, houve incremento da participação da área em parceria em praticamente todas as regiões. Esta situação se inverte, a partir de 1970, apesar da área em parceria ainda representar, em 1975, 16% do total incorporado à agropecuária na região de Apucarana e 12% na região de Maringá. Nas demais regiões do Estado, não chega a 10% da área total. Se analisada a participação de cada região na área em parceria total do Estado, o que se verifica é o deslocamento progressivo dessa forma de acesso à terra para regiões de ocupação mais recente. (Tabela A.1(09)).

O deslocamento da área econômica mais dinâmica do Estado, do Norte cafeeiro para o Oeste, reflete-se ao nível da população ocupada. Em 1960, 39% do pessoal ocupado na agropecuária paranaense encontrava-se no Norte cafeeiro (de Jacarezinho a Paranavaí) e 16% no Sudoeste (Campo Mourão, Ex-terno Oeste e Sudoeste). Já em 1970 a situação se modificara, deslocando para o Sudoeste o predomínio na absorção da mão-de-obra agrícola no Estado: 35% em 1970 e 38% em 1975.

A concentração da força de trabalho agrícola do Estado numa região onde domina a pequena propriedade, coloca à disposição das flutuações sazonais da demanda de mão-de-obra um grande contingente populacional fixado no próprio campo. O mesmo não ocorre no Norte cafeeiro onde, menos na época

de colheita do café, a necessidade mensal de mão-de-obra chegava, em 1975, a quase 200 mil trabalhadores o que representava cerca de 44% de toda a população ocupada na agricultura da Região. Durante 5 meses (abril a agosto) as atividades da colheita do café (arruação, colheita e esparramação), elevaram a necessidade mensal de mão-de-obra entre 25% e 60% a mais do que a demanda nos outros meses. Toda esta população requerida pela cultura do café não se encontra, entretanto, no Norte cafeeiro. Liberada pela erradiação iniciada na década de 60, não foi absorvida na própria Região a não ser por curto período, durante a formação de pastagens.

A eliminação de pequenos produtores, a erradiação do café, a difusão de culturas temporárias altamente mecanizadas, a crescente importância das pastagens plantadas substituindo lavouras, alimentam um contingente populacional crescente a partir da área rural em direção aos centros urbanos.

As alternativas de ocupação dessa força de trabalho, dentro do Estado, são limitadas ou precárias considerando-se a reduzida participação do setor industrial na renda interna do Paraná e o domínio dos Serviços Diversos no setor terciário. Na verdade, é no próprio setor primário e nas flutuações de sua atividade produtiva que podem surgir oportunidades de trabalho para esse contingente populacional que, no entanto, fica à disposição do capital para ser utilizado onde e quando lhe aprouver, principalmente nas ocupações com menor qualificação, menor remuneração e maior instabilidade.

## 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

### 2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O significado da pequena produção no setor agrícola paranaense, desde sua colonização até a década de 60, constitui um elemento importante para a compreensão das alterações que vêm se processando, no período mais recente, na estrutura fundiária do Estado. Enquanto indicadoras das possibilidades de acesso à terra, as transformações na estrutura fundiária apontam, pelo menos qualitativamente, o grau em que o capital permite a existência dos produtores diretos.

Como forma de produção que envolve um elevado número de famílias, mantendo seu nível de subsistência e fixando-as ao campo, a pequena produção assume importância não apenas em termos numéricos, como também em termos qualitativos. Ao mesmo tempo em que o preço de suas mercadorias possibilita manter baixo o preço das matérias-primas, contribui para que se mantenha também baixo o custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, o capital precisa destruí-la, pois é também da lógica de sua acumulação o aumento do proletariado. Mas ao fazê-lo cria novos obstáculos à acumulação, ao mesmo tempo em que recria suas próprias contradições.

Embora não se possa caracterizar a produção (AGRICOLA) apenas pelo tamanho da terra, observa-se que no Brasil a terra ainda é um elemento importante, principalmente para o desenvolvimento de grandes explorações, de caráter geralmente bastante extensivo. Por outro lado, a redução que se verifica no Brasil às chances de acesso à terra limita cada vez mais o número de produtores diretos, conforme se observa a partir do exame dos dados censitários. No Paraná, o fenômeno assume uma conotação específica, pois indica uma inversão das tendências que até 60 se verificavam no Estado: colonizado a partir de pequenos loteamentos, inicialmente no Norte, e mais recentemente no Oeste, o Paraná apresentava uma estrutura fundiária cuja predominância numérica cabia aos pequenos estabelecimentos. A partir da década de 70, estes passam, entretanto, a sofrer um intenso processo de eliminação.

O exame destas transformações é fundamental para o entendimento das suas repercussões sobre a estrutura de produção e as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que fornece alguns elementos para a compreensão das condições de surgimento e permanência do trabalhador volante no Estado. É preciso esclarecer, no entanto, que as formas de apropriação da terra numa economia capitalista nada dizem, se analisadas isoladamente. Não informam, principalmente, sobre o grau de desenvolvimento capitalista da agricultura, encarado aqui como o conjunto de fatores que se corporifica em mudanças técnicas na agricultura, na sua intensificação, no aumento do emprego de adubos e fertilizantes e do uso de implementos, numa aprimoração na forma de cultivar os campos, e no aumento do trabalho assalariado.

O registro da área, tão somente, não nos fornece condições para perceber este processo. Por outro lado, devemos considerar ainda que é no capital, e não na propriedade territorial, que reside o cerne de toda a problemática agrária capitalista. Conforme observa Maria Rita Loureiro,

"é o capital que subordina a propriedade da terra, e não vice-versa, como muitos estudiosos, mesmo sem perceber e querer, levam a pensar. É o capital, e a lógica frequentemente contraditória de sua acumulação que, em alguns momentos concentra a propriedade, e em outros, a subdivide; que, em alguns momentos, torna racional aliar a propriedade territorial ao empreendimento produtivo, e em outros não; é ainda a lógica do capital que, em determinadas circunstâncias, mantém a propriedade da terra, e em outras pode inclusive colonizá-la, sob a forma de cooperativa".<sup>1</sup>

A autora observa ainda que a estrutura fundiária brasileira se deve ao tipo de dominação, aqui existente, da burguesia sobre os camponeses:

"no Brasil (...) a existência de uma burguesia mais forte do que aquelas de economia de "enclave" e a inexistência de movimentos camponeses capazes de abalar a ordem social é o que

---

<sup>1</sup> LOUREIRO, M.R.G. De volta à questão agrária In: Folha de São Paulo, 04/12/77.

pode explicar a não distribuição de terras, mesmo num contexto onde já existe o aparato jurídico para isto".<sup>2</sup>

Assim, considerando o capital, e não a propriedade territorial, como a chave da problemática agrária brasileira, fica mais claro o sentido das transformações que sofre a estrutura fundiária paranaense. Em primeiro lugar, porque é o capital, e a lógica de sua acumulação, que imprime a esta estrutura variações específicas, e aparentemente contraditórias. Senão, como explicar o incremento da parceria, na década de 60, e seu decréscimo violento, na década seguinte?

Em épocas "difíceis", o capital permite que os produtores diretos tenham acesso à terra: na formação dos cafezais, após uma geada que os tenha devastado, ou em épocas de queda dos preços internacionais do produto, o capital se utiliza de formas de acesso à terra, como a parceria e o arrendamento, como um meio de dividir os riscos da produção. Isto ocorre também em casos de desmatamento de formação de pastagens. Passado o "risco", torna-se desnecessário dividi-lo, principalmente se a agricultura estiver se capitalizando, paralelamente a um processo de valorização das terras. É necessário então expropriar os produtores diretos, torná-los livres, para que possam servir ao capital como assalariados, vendendo-lhe sua força de trabalho.

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*. Nota 1.

Por outro lado, embora não seja capital, no sentido estrito, a terra atua não só como fator de produção, mas como fonte de renda. Melhor dito: a terra atua, por um lado, como garantia que o proprietário fornece em troca de financiamento, utilizado não só em investimentos produtivos, como também e principalmente na compra de novas terras. Por outro lado, a terra pode ser usada também para fins especulativos, quando se torna mais vantajoso comprar novas terras, do que investir produtivamente nas já apropriadas. Esta idéia, defendida inicialmente por Inácio Rangél, é apontada também por Ronaldo Garcia, quando afirma:

"Há casos em que a compra de terras tem um caráter nitidamente especulativo e aqueles onde a terra funciona basicamente como reserva de valor, isto é, nos períodos de altas taxas de inflação adquirem-se terras (quase sempre terras virgens) numa tentativa de evitar a desvalorização do capital-dinheiro, esperando que, com a valorização das terras, estas possam ser vendidas apurando o dinheiro não corroído pela inflação e até mesmo acrescido de alguns juros".<sup>3</sup>

O sistema de crédito rural, embora se proponha a "possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios", acaba beneficiando mesmo

---

<sup>3</sup>GARCIA, R.C. Expansão da fronteira agrícola e penetração do capitalismo no campo. Mimeo, 1976, p.3.

aos grandes produtores. Isto porque os pequenos não possuem o requisito básico para o fornecimento do empréstimo - a segurança de retorno do capital emprestado. A inviabilidade econômica de seus empreendimentos (que é relativa, uma vez que resulta de sua incapacidade para competir com os grandes estabelecimentos) resulta de um processo contraditório: se por um lado a impossibilidade de solvência impede os pequenos produtores de obter financiamento, por outro lado a falta de financiamento impede-os de levar adiante o empreendimento, forçando-o a vender suas terras. No caso de conseguirem adquirir terras em regiões onde seu preço é mais baixo, talvez ainda se mantenham por mais algum tempo na condição de proprietários, adiando sua proletarização. Mas a valorização das terras, atingindo também as mais distantes ou de pior qualidade, expulsa-os definitivamente.

No Paraná, a valorização das terras inacessíveis ou de pior qualidade ocorre por uma série de fatores: a intensificação da procura por novas terras, principalmente a partir de 60, o processo de urbanização e a conseqüente construção de estradas, que cortando o Paraná de ponta a ponta, aproximam todas as regiões dos mercados consumidores.

Este processo de expulsão dos produtores diretos transforma-os em mão-de-obra para a indústria e para o campo. Ao mesmo tempo, este processo se agrava pela substituição de culturas por pastagens, e pela insuficiência da expansão industrial do Estado em absorver a mão-de-obra liberada do campo. Esta então não encontra outra alternativa a não ser engrossar as fileiras do contingente de reserva, alternando a ocupação

de volantes com empregos urbanos de baixa qualificação.

O ponto de partida desta análise é a década de 60, em que a perda do dinamismo da cafeicultura vai provocar, na economia paranaense, transformações importantes, tanto no sentido de uma diversificação agrícola, de substituição de culturas, como também de alterações na estrutura fundiária, e de modo mais significativo nas relações de trabalho.

É a partir da década de 60 que a política de modernização ganha maior ênfase no Paraná:

"A economia paranaense nesta época estava na dependência direta da produção cafeeira. A queda da produção em virtude das frequentes geadas, a diminuição do preço do café no mercado externo, a superprodução, determinam crises na economia e necessidade de intervenção estatal no processo de valorização do produto. Em 1962 surge a política de erradicação dos cafezais. Esta política já nasce subordinada às necessidades de um novo "modelo" de desenvolvimento econômico, de uma política econômica que incentiva a substituição de culturas permanentes por temporárias passíveis de maior mecanização e de altos preços no mercado externo".<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>FARIA, Hamilton e outros - O trabalho volante: consequências sociais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura paranaense. Curitiba, mimeo, 1977, p.32.

Esta política terá sérias conseqüências, principalmente no tocante à mão-de-obra. A erradicação dos cafezais, que se concentravam nas propriedades maiores, e sua substituição por pastagens e culturas temporárias provocou, a partir de 1960, uma diminuição bastante significativa no número de pessoas ocupadas na agricultura, nos estabelecimentos de mais de 50 ha, enquanto que os de menos de 50 ha apresentavam aumento.

## 2.2 - AS GRANDES TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO

A estrutura fundiária paranaense parece caracterizar-se pelo predomínio dos pequenos e médios estabelecimentos, contrastando com a estrutura fundiária brasileira, em que estes têm pouca expressividade, tanto numérica como em área. Conforme se observa na tabela 2.01, 90,2% dos estabelecimentos paranaenses têm área inferior a 50 ha, ocupando 34,5% da área total do Estado. Estes dados, no entanto, mais do que indicar um baixo grau de concentração do acesso à terra, constituem a síntese de um processo mais amplo, onde se opõem, de um lado, a forma de colonização do Norte e Oeste do Estado, com ênfase no pequeno estabelecimento, e de outro as atuais tendências de transformação da estrutura fundiária paranaense, que começa, na década de 70, a eliminar os pequenos estabelecimentos.

A forma como se deu a colonização paranaense foi responsável pelo privilegiamento quantitativo da pequena propriedade, que se espalhou pelo Norte, Oeste e Sudoeste, e até por algumas regiões do Centro-Sul. Ainda hoje, a pequena propriedade alcança expressividade numérica na maioria das regiões

TABELA: 2.01 - PARANÁ: DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA NO PARANÁ,  
POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1975.

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	Estabelecimentos	%	Área	%
Menos de 5	123.700	25,8	430.293	2,7
5 a menos de 10	114.165	23,8	858.987	5,5
10 a menos de 20	109.204	22,8	1.536.445	9,8
20 a menos de 50	85.278	17,8	2.618.563	16,6
50 a menos de 100	23.979	5,0	1.675.543	10,6
100 a menos de 200	11.295	2,4	1.566.774	9,9
200 a menos de 500	6.926	1,5	2.127.536	13,5
500 a menos de 1.000	1.974	0,4	1.387.514	8,8
1.000 e mais	1.378	0,3	3.555.081	22,6
Sem Declaração	958	0,2	-	-
Total	478.857	100,0	15.754.736	100,0

FONTE: IBGE - Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1975.

do Estado. Não só em termos numéricos sua participação é expressiva. Segundo dados do INCRA, os imóveis com área inferior a 50 ha, ocupando um terço da área total, produzem, em 1972, a maior parte dos principais produtos do Estado. Em termos de área colhida, é a seguinte sua participação.

54,4% do café  
 64,3% do milho  
 73,7% do feijão  
 47,5% do algodão  
 56,4% da soja  
 36,0% do trigo  
 57,7% do arroz

Enquanto isso, os imóveis com mais de 500 ha de área produzem:

12,1% do café  
 6,4% do milho  
 3,9% do feijão  
 13,4% do algodão  
 10,0% da soja  
 9,4% do trigo  
 13,9% do arroz<sup>5</sup>

São ainda os estabelecimentos de menos de 50 ha os que apresentam maior número de pessoal ocupado na agropecuária.

---

<sup>5</sup>Estes dados foram extraídos de: Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Região Sul - Departamento de Economia Rural da FCMBB - Botucatu, 1977.

ria do Estado. Em 1960 eles detinham 67,6% do pessoal ocupado, participação que aumenta para 85,9% em 1970 e sofre em 1975 um pequeno decréscimo, passando a representar 81,1%.

Os estabelecimentos menores exploram mais intensivamente a terra, com um elevado grau de utilização de mão-de-obra, e a maior participação, no Estado, na área colhida de seus principais produtos. Os grandes estabelecimentos, por outro lado, ocupam pouca mão-de-obra, o que pode ser explicado não pela mecanização, mas pelo uso das terras. São os grandes estabelecimentos que concentram, em 1970, maior área de terras com pastagens e de terras improdutivas, o que requer, evidentemente, pouco uso de trabalho. (Tabela 2.02). As diferenças entre os pequenos e os grandes estabelecimentos evidenciam-se também pelos dados do INCRA, de cujo exame os autores do relatório de Botucatu concluem:

"De um lado, se encontram os pequenos imóveis que exploram intensivamente a terra, mas com baixíssima produtividade do trabalho e baixa renda por pessoa ocupada, sem capacidade para aumentá-la".

"De outro lado, estão os grandes imóveis que realizam uma agricultura extensiva e/ou extrativista, com relativamente alta produtividade do trabalho e com capacidade para aumentá-la ainda mais. Entretanto, para os latifundiários não é interessante realizar novos investimentos produtivos; interessa-lhes muito mais investir em novas terras com fins especulativos ou manter um sistema extensivo e extrativis-

TABELA 2.02 - PARANÁ: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 60/70 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

GRUPOS ÁREA TOTAL (Ha)	1960								1970							
	ÁREA TOTAL (Ha)	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS		TERRAS INCULTAS (Ha)	ÁREA TOTAL (Ha)	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS		TERRAS EM DESCANÇO E NÃO PRODUT.
		PERMANENTES (Ha)	TEMPORÁRIAS (Ha)	NATURAIS (Ha)	ARTIFICIAIS (Ha)	NATURAIS (Ha)	REFLORESTA- DAS (Ha).			PERMANENTES (Ha)	TEMPORÁRIAS (Ha)	NATURAIS (Ha)	PLANTADAS (Ha)	NATURAIS (Ha)	PLANTADAS (Ha)	
menos de 5	100,0	25,3	62,6	4,3	2,6	2,1	0,3	2,8	100,0	17,0	72,8	2,8	3,1	2,0	0,1	2,2
5 a menos de 10	100,0	32,2	44,7	5,6	5,3	5,8	0,5	5,9	100,0	23,8	57,4	3,3	7,0	3,8	0,2	4,5
10 a menos de 20	100,0	28,5	33,0	7,4	7,3	12,4	0,9	10,5	100,0	19,3	44,5	5,2	11,5	8,9	0,3	10,3
20 a menos de 50	100,0	18,5	24,4	9,4	6,6	21,2	1,3	18,6	100,0	9,0	32,3	8,4	14,3	14,8	0,4	20,8
50 a menos de 100	100,0	12,6	17,1	12,4	6,3	23,7	1,7	26,2	100,0	5,7	21,3	12,1	18,6	15,3	0,6	26,4
100 a menos de 200	100,0	12,9	12,9	16,4	6,9	23,5	1,6	25,8	100,0	6,6	14,9	14,6	23,7	15,2	0,8	24,2
200 a menos de 500	100,0	14,4	9,2	19,1	8,3	27,8	1,5	19,7	100,0	6,7	10,6	16,8	30,0	16,3	1,3	18,3
500 a menos de 1.000	100,0	13,2	6,2	24,3	9,7	29,3	1,4	15,9	100,0	5,6	8,1	19,8	32,5	19,6	1,8	12,6
1.000 e Mais	100,0	6,6	3,1	31,2	6,8	39,3	2,9	10,1	100,0	2,9	3,3	22,5	23,1	33,1	4,8	10,3
Total	100,0	14,9	16,1	17,3	7,1	25,6	1,7	17,3	100,0	9,3	24,4	12,9	19,3	16,9	1,5	15,7

FORNTE: IBGE - Censo Agrícola - Paraná - 1960 - Tabela nº 06

IBGE - Censo Agropecuário - Paraná - 1970 - Tabela nº 09.

ta de exploração. Dessa forma, garantem um aumento de suas rendas, através do aumento horizontal da renda da terra".<sup>6</sup>

As transformações que ocorrem na estrutura fundiária do Estado, no início desta década, apontam para uma inversão da tendência predominante até então. Se na década de 60 a pequena propriedade continuou se expandindo, principalmente em direção ao Oeste e Sudoeste, na década de 70 ela começou a decrescer. Enquanto que no período 60/70 os estabelecimentos de menos de 10 ha aumentaram mais do que o dobro, passando a representar 53,3% do total de estabelecimentos e 10,7% da área total, no período seguinte sua participação caiu para 45,2% em nº de estabelecimentos e 8,2% em área, no Estado. (Tabela 2.03).

Ao aumento em número e área dos estabelecimentos para naenses (exceto os de mais de 10.000 ha) no período 60/70, sucedeu um decréscimo, no período seguinte, de todos os estratos com menos de 50 ha. A este decréscimo equivaleu um acrécimo em número e área dos estabelecimentos maiores que 50 ha (com exceção dos de mais de 100.000 ha), o que indica eliminação dos pequenos estabelecimentos e ao mesmo tempo concentração do acesso à terra. (Tabela 2.04).

A tendência à diminuição (e possível desaparecimento) dos pequenos estabelecimentos pode ser explicada pelo mesmo processo que promoveu, no período, uma drástica diminui-

---

<sup>6</sup> Botucatu, op. cit., pp.22-23.

TABELA: 2.03 - PARANÁ: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960/1970.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)	1 9 6 0		1 9 7 0	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 5	18,1	1,5	28,3	3,6
5 a menos de 10	16,6	3,0	25,0	7,1
10 a menos de 20	23,6	7,9	22,9	12,1
20 a menos de 50	27,6	20,3	16,5	18,9
50 a menos de 100	8,0	13,5	4,0	10,7
100 a menos de 200	3,5	11,3	1,8	9,3
200 a menos de 500	1,8	13,4	1,0	12,1
500 a menos de 1.000	0,5	7,6	0,3	7,5
1.000 e mais	0,3	21,5	0,2	18,7

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960

IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970

TABELA: 2.04 - PARANÁ: VARIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL NO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960/1970 E 1970/1975.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)	VARIAÇÃO ABSOLUTA 60/70		VARIAÇÃO ABSOLUTA 70/75		VARIAÇÃO PERCENTUAL 60/70		VARIAÇÃO PERCENTUAL 70/75	
	Nº de Estabelecimentos	Área	Nº de Estabelecimentos	Área	Nº de estabelecimentos	Área	Nº de estabelecimentos	Área
TOTAL	285.407	3.240.596	(-76.554)	1.129.205	106,1	28,5	(-13,8)	7,7
Menos de 5	107.683	360.482	(-32.783)	(-106.694)	220,7	204,2	(-20,9)	3,2
5 a menos de 10	94.112	690.650	(-24.624)	(-179.050)	210,6	198,8	(-17,7)	(-17,2)
10 a menos de 20	63.599	873.951	(-17.817)	(-232.986)	100,3	97,6	(-14,0)	(-13,2)
20 a menos de 50	17.389	459.060	(- 6.326)	(-148.547)	23,4	19,9	(- 6,9)	(- 5,4)
50 a menos de 100	861	22.973	1.668	112.718	4,0	1,5	7,5	7,2
100 a menos de 200	453	66.904	1.479	207.872	4,8	5,2	15,1	15,3
200 a menos de 500	804	243.822	1.134	355.306	16,1	16,0	19,6	20,0
500 a menos de 1.000	334	225.396	424	297.897	27,5	26,1	27,4	27,3
1.000 e Mais	172	297.357	291	822.690	18,8	12,2	26,8	30,1

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960

- Censo Agropecuário do Paraná - 1970

- Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - 1975 - Tabela 3.

ção em número e área dos estabelecimentos que tinham, como produtores, parceiros e arrendatários. (Tabela 2.05). Ou seja, a expansão do capital na agricultura paranaense atua no sentido de incrementar o número de pequenos estabelecimentos, quando não acha vantajoso ocupar produtivamente os grandes, revertendo o processo quando a terra se valoriza, ou quando os preços dos produtos cultivados tornam vantajosa sua exploração em grande escala. O Estado responde aqui pela responsabilidade por este processo na medida em que implementa um "modelo" de desenvolvimento concentrador de renda, de riqueza e do acesso à terra.

A concentração do acesso à terra começa a se verificar no período 70/75, especialmente a partir de 72. Pode-se associá-la ao desenvolvimento da soja, que em 1975 ocupa a 2a. maior área de lavoura do Estado. A elevada rentabilidade da soja, e os cuidados que seu cultivo exige parecem ter propulcionado uma reaglutinação da propriedade da terra, antes fracionada em pequenos estabelecimentos.

O índice de GINI (tabela 2.06) fornece uma boa medida desta concentração.<sup>7</sup> Embora não se possa comparar os dados dos censos com os dos cadastros, observa-se uma semelhança entre os índices de concentração do censo de 60 com o cadastro de 67 e do censo de 70 com o cadastro de 72. Isto permite supor que existe uma certa semelhança entre a distribuição da propriedade da terra e a da posse da terra no Paraná.

---

<sup>7</sup> Utilizou-se para o cálculo do Índice de Gini, a metodologia indicada em Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. Botucatu (Apêndice Técnico).

TABELA 2.05 - PARANÁ: VARIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL NO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1960, 1970 e 1975.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	VARIAÇÃO ABSOLUTA				VARIAÇÃO %			
	ÁREA (HA)		Nº DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA (HA)		Nº DE ESTABELECIMENTOS	
	60/70	70/75	60/70	70/75	60/70	70/75	60/70	70/75
PROPRIETÁRIOS	2.632.569	1.569.686	133.734	- 16.070	27,6	12,9	74,7	- 5,1
ARRENDATÁRIOS	919.711*	- 5.461	186.045*	- 17.470	115,8*	- 0,8	240,3*	- 25,4
PARCEIROS		- 316.198		- 40.057		-29,6		- 32,6
OCUPANTES	- 311.684	- 131.526	16.262	- 3.177	-29,3	-17,5	48,1	- 6,4
TOTAL	3.240.596	1.116.501	285.342	- 76.774	28,5	7,6	106,0	- 13,8

FONTE: IPARDES - Subdivisão Posse e Uso da Terra no Paraná  
 IBGE - Censo Agropecuário de 1970  
 - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 75  
 \* : Arrendatários + Parceiros

a)

TABELA - 2.06 - PARANÁ - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS E IMÓVEIS RURAIS SEGUNDO A ÁREA TOTAL, 1960, 1970, 1975.

FONTE DOS DADOS	Índices de GINI c)			Área (ha)		% de área que corresponde aos b)			
	G	LIMITES		Média	Mediana	50 -	10 +	5 +	1 +
		Inferior	Superior						
CENSOS DE									
1960	0,687	0,697	0,703	43	15	9,1	61,5	50,8	31,2
1970	0,690	0,699	0,705	26	9	9,6	62,5	53,0	33,4
1975	0,721	0,728	0,734	33	10	8,3	66,1	56,2	35,2
CADASTROS DE									
1967	0,687	0,701	0,714	42	16	9,2	63,1	52,6 <sup>d)</sup>	32,3 <sup>d)</sup>
1972	0,691	0,702	0,707	42	16	9,6	63,0	53,1	33,4

FONTE: FIBGE: Censo Agropecuário de 1960 e 1970; Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975.

INCRA: Cadastramento de 1967, 1972.

- a) Excluídos os imóveis que apresentaram inconsistência na declaração da área total.
- b) Obtida sempre que possível através de interpolação baseada numa função de densidade linear no estrato.
- c) G é calculado admitindo-se perfeita igualdade dentro dos estratos. O limite inferior e o superior delimitam um intervalo que contém necessariamente o valor verdadeiro do índice de Gini da distribuição.
- d) Sendo a distribuição dentro do estrato muito assimétrica, a interpolação foi baseada numa função potência.

Ou seja, a desigualdade entre os que têm terra é semelhante à existente entre os que a usam (incluindo parceiros, arrendatários). As variações na condição legal das terras, no período 60/70, já apontavam para uma certa desigualdade, pois o maior aumento do período ocorreu em área de terras próprias (2,5 milhões de ha).

O movimento de intensa ocupação verificado no Estado, neste período, foi responsável não só pelo aumento da área de terras próprias, como por uma grande incorporação de terras ao setor agrícola do Estado.

As terras arrendadas tiveram o 2º aumento em área (quase um milhão de ha) e o maior acréscimo em número de estabelecimentos. O crescimento nos estratos de até 100 ha, concomitante a um decréscimo nos estratos maiores, pode, por um lado, estar relacionado com o aumento do preço da terra para arrendamento. Por outro lado, indica a especificidade do arrendamento paranaense, conforme se depreende dos dados, na análise das transformações nas relações de trabalho. Esta especificidade do arrendamento no Paraná pode explicar o aumento da participação dos estabelecimentos de menos de 10 ha, nesta categoria, no Estado, que passaram em 1970 a representar 77,9% dos estabelecimentos com arrendamento, quando, em 1960, representavam 69,9%.

Visando estender a análise até 1975, utilizaram-se os dados de condição do produtor, de cujo confronto sobressai, para o período 60/70, um deslocamento em todas as ca-

tegorias de posse, tanto em número como em área, na direção dos estratos menores, refletindo-se na queda das áreas médias. Em 1975 esta tendência se alterou. Do exame da tabela 2.05, que registra a variação absoluta e percentual em número e área dos estabelecimentos por condição do produtor, verifica-se que:

1. Embora o aumento na área dos proprietários, no período 70/75, tenha sido inferior ao do período precedente, a diminuição em 5% do número de estabelecimentos, comparada com o aumento de 74% no período anterior, pode indicar que houve concentração da propriedade, no período mais recente.

2. Na condição de ocupantes, manteve-se a tendência, já verificada no período 60/70, de diminuição na área. No número de estabelecimentos, um acréscimo de 16.262 em 60/70, teve como contrapartida uma diminuição de 3.177 no período seguinte.

3. A área média dos estabelecimentos com ocupantes, que era de 31,4 ha em 1960, passa para 15 ha em 1970, chegando a 13,2 ha em 1975. Esta diminuição da área média indica, primeiramente, que o número de estabelecimentos aumentou mais (ou diminuiu menos) que a área, no período em questão. Houve, de fato, uma perda de 29,3% na área de ocupantes, no período 60/70, enquanto aumentava em 48,1% o número de seus estabelecimentos. Em 1975, continuou diminuindo a área e o número de estabelecimentos dos ocupantes, porém em pequena parcela, o que nos leva a pensar que não houve eliminação desta categoria. Ou seja, ainda é bastante lento o processo de legalização das terras ocupadas.

Os ocupantes de que fala o Censo são, na realidade, os posseiros, sem títulos de terras, ou com titulação ilegal. A variação ocorrida entre 60 e 75 indica, desta forma, dois processos, paralelos e antagônicos: de um lado, a diminuição em número e área de ocupantes nos estratos maiores, e de outro uma diminuição menos acentuada nos estratos menores. Isto, se por um lado indica a legalização das terras, nos estratos maiores, fornece uma idéia aproximada das dificuldades que enfrentam os pequenos, para realizá-la. O grande número de ocupantes ainda existente nos extratos pequenos indica que boa parte dos produtores paranaenses não tem nenhuma segurança quanto à continuidade do acesso à terra. De um lado, por falta de recursos para pagar por um processo de legalização de terras, e agüentar sua demora. Por outro lado, pelo caráter conflitivo que assumem as questões de terras, no Paraná, conforme relatam inúmeras fontes.

A distribuição regional das transformações apontadas para o Estado, permite verificar em que medida elas se relacionam com a estrutura de produção.

### 2.3 - TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA A NÍVEL REGIONAL

Na década de 60 ainda se verificava no Paraná, um grande movimento de expansão da fronteira agrícola, com incorporação de novas terras, principalmente no Extremo Oeste e Sudoeste, através da criação de pequenos estabelecimentos, não só de proprietários, como de parceiros e arrendatários.

Do acréscimo sofrido pelo Estado, neste período, 70,7% ocorreu nos estabelecimentos de menos de 10 ha, que participaram com 31,7% do acréscimo na área total. O Estado mais do que duplicou o número e área destes estabelecimentos, que variaram, em área, 200,6% e em número 215,9%.

A forma como se deu a incorporação de novas áreas, neste período, privilegiou os pequenos estabelecimentos, fazendo ao mesmo tempo com que diminuísse a área média em todas as regiões do Estado, principalmente em Alto Rio Negro Paranaense, Extremo Oeste, Alto Ribeira, Campos de Jagariaíva e Norte Novo de Apucarana.

Com exceção de Extremo Oeste e Apucarana, o decréscimo nas áreas médias das regiões apontadas acima deveu-se mais à subdivisão da terra do que à criação de pequenos estabelecimentos, conforme observam os autores de "Subdivisão, posse e uso da terra":

"A área média dos produtores rurais paranaenses caiu na década de 60 principalmente devido à criação de novos estabelecimentos, nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Nas áreas onde a expansão da área total foi pequena ou nula (ou mesmo onde houve retração), a redução da área média foi devida à subdivisão dos estabelecimentos, o que se deu em função do uso da terra, e é completamente distinto do desmembra-

mento das propriedades.<sup>8</sup>

Quanto ao uso da terra, verifica-se que a expansão da cultura do milho, no período, foi responsável pela absorção de um grande contingente de mão-de-obra familiar, organizado em pequenos estabelecimentos, principalmente nas regiões mais dinâmicas do Norte.

O Extremo Oeste, tanto por sua significativa participação no incremento em nº e área dos estabelecimentos do Estado, como pela extensão da área e do número de seus estabelecimentos, parece ter sido a última fronteira a ser ocupada. (Tabela A.2(01)).

A partir de 70, a tendência de ocupação do Estado continua se verificando, porém em sentido inverso. Ou seja, na falta de terras novas a ocupar, a expansão ocorre dentro da fronteira agrícola, eliminando os pequenos estabelecimentos, e alterando as relações de produção. A redução da área dedicada ao cultivo do café, e sua substituição pela soja implicou não só numa drástica diminuição dos pequenos estabelecimentos, como a expulsão, para fora da propriedade agrícola, de parceiros e arrendatários, que retiravam sua subsistência do cultivo de milho, arroz e feijão, intercalados nos cafezais. De fato, a maior perda em número de estabelecimentos, no período, ocorreu no estrato de menos de 10 ha, cuja perda em área atingiu 25,3%. Enquanto isso, aumentou a área total dos estabelecimentos paranaenses.

---

<sup>8</sup> INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976. Convênio IPARDES/CODESUL. p.189.

A perda de área ocorrida nas regiões de Curitiba, Algodoeira de Assaí e Alto Ribeira, mais do que significar transformações na estrutura fundiária indica que deve estar ocorrendo, nestas regiões, um processo de urbanização que se expande na medida em que se apossa de áreas rurais. Campos de Guarapuava talvez não se enquadre neste grupo, pois embora tenha perdido área, isto pode se dever a sua inserção em Colonial do Irati, resultante da manipulação dos dados a nível de Áreas Mínimas de Comparação.

A eliminação de pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha) disseminou-se em quase todas as regiões do Estado: Curitiba, Alto Rio Negro, Campos de Lapa, São Mateus do Sul, Colonial do Irati, Venceslau Braz, Jacarezinho, Assaí, Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama, Campo Mourão e Médio Iguaçu.

Pitanga, Extremo Oeste, Alto Ivai e Sudoeste registraram os maiores incrementos em número e área de pequenos estabelecimentos, indicando um processo de reocupação do Oeste e do Centro, neste período.

Umuarama, Paranavaí, Maringá, Londrina e Alto Rio Negro registraram as maiores alterações quanto à situação anterior, substituindo pelos grandes estabelecimentos a participação que antes cabia aos pequenos e médios.

Em 1975, todas as regiões paranaenses, com exceção de Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu, possuem mais de um terço de seus estabelecimentos no estrato de área inferior

a 10 ha. Este dado, entretanto, antes de indicar uma maior distribuição da terra, pode indicar desigualdade na distribuição, uma vez que, com exceção de Extremo Oeste, Campo Mourão, Venceslau Braz e Umuarama, estes estabelecimentos não ocupam nem 10% da área das regiões.

É na região dos Campos Gerais que se concentram os maiores estabelecimentos, assim como as maiores áreas médias do Estado, o que se deve não só ao processo de ocupação como ao uso do solo: de ocupação mais antiga, estabeleceram-se grandes propriedades que se caracterizavam pela pecuária extensiva e por extração de madeira. (ver tabela A.2(02)). Paranavaí entra no grupo das maiores áreas médias pelo uso do solo, pois é o maior produtor de gado de corte do Estado, segundo dados para 1977.

Litoral, Jaguariaíva e Guarapuava que também participam do grupo das maiores áreas médias, têm mais de 1/4 de sua área ocupada por estabelecimentos com mais de 10.000 ha, cujo número não atinge a participação de 1%.

As transformações ocorridas na estrutura fundiária refletem as alterações na estrutura da produção, implicando também em deslocamentos geográficos e sociais da mão-de-obra agrícola. Se no período 60/70 o contingente populacional liberado pelo norte cafeeiro podia ser absorvido em pequenos estabelecimentos pelas regiões do Oeste, no período seguinte o Oeste passa também a expulsá-las. Restariam o Leste e o Centro para serem reocupados sob formas que absorvessem a mão-de-obra agrícola, mas sua inserção no cultivo de soja e na criação de

gado fazem prever a impossibilidade desta alternativa.

#### 2.4 - ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO VOLANTE

As alterações na estrutura fundiária paranaense, desde a década de 60, parecem indicar que as possibilidades de acesso à terra estão se reduzindo, tornando cada vez mais precária a situação dos que dispõem de pouca terra e daqueles que, para sobreviver, contam unicamente com a venda de sua força de trabalho. Isto porque, se é nos pequenos e médios estabelecimentos, com maior produção agrícola, que se concentra a maior parcela de pessoal ocupado no setor primário, é também nestes estabelecimentos que se obtém a mais baixa produtividade do trabalho. Dado o grau quase auto-expropriativo da exploração econômica nestes estabelecimentos, principalmente nos pequenos, prevê-se, a médio prazo, sua drástica diminuição, conforme a tendência que vem se delineando desde o início desta década.

Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, com mais alta produtividade do trabalho, utilizam pouca mão-de-obra, e tendem a utilizá-la ainda menos, na medida em que substituem o café, altamente absorvedor de mão-de-obra, especializando-se no cultivo de soja ou pastagens. O baixo grau em que se requer a utilização de mão-de-obra, nestes casos, contribui para manter afastado do mercado de trabalho um imenso contingente de pessoas.

A concentração do acesso à terra, que se verifica não só no Paraná, mas em todo o país, não deixa brechas

à ocupação por pequenos estabelecimentos, a não ser em regiões muito distantes, em que o preço da terra não é ainda elevado.

As mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura paranaense no período mais recente não respondem, por si só, pela liberação de mão-de-obra na agricultura. Primeiro, porque parecem estar vinculadas mais à introdução de culturas altamente mecanizadas, como a soja, do que a inovações no sentido de substituir a mão-de-obra pela tecnologia. Em 2º lugar, porque estas mudanças parecem afetar apenas de modo indireto a composição da força de trabalho, pois seu maior efeito ocorre na estrutura fundiária, cujas alterações vêm acelerar o processo de concentração.

Assim, a impossibilidade de ocupar novas terras retira, dos recém-expropriados, seu último recurso, que seria migrar, e tentar estabelecer novo empreendimento agrícola. Com isto, a única migração que realizam é em busca de trabalho, seguindo o capital sempre que ele lhes oferecer oportunidade de continuar sobrevivendo. Uma vez que tanto a indústria como o setor de serviços não têm, no Paraná, condições de absorver esta mão-de-obra liberada pelo campo, não lhes resta outra alternativa senão a de residir na periferia das cidades, alternando o extenso período de desemprego com momentos de atividades rurais e urbanas de baixa qualificação.

### 3. - TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Nesta parte do trabalho, ao se tratar da utilização da terra, e, mais detalhadamente, da evolução das principais culturas para se obter um desenho mais aproximado das mudanças na agropecuária paranaense. Considera-se este quadro um subsídio necessário para compreender e analisar os efeitos destas alterações sobre as condições de trabalho da população agrícola.

Assim, a expansão, o decréscimo ou a estabilidade de diferentes atividades, constituem-se em referenciais para se compreender que pauta de produtos regem a agricultura do Paraná e como, considerada a forma de produção dominante, seu desenvolvimento colabora para a transformação de relações de trabalho no campo.

#### 3.1 - UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Entre 1950 e 1975, considerada uma pauta de culturas principais, a agricultura paranaense registra elevados ganhos absolutos e relativos. O primeiro, na década de 50, resulta do acréscimo na área do café. E, embora a erradicação tenha significado uma diminuição em torno de 256.000 ha,<sup>1</sup> o Estado, em

---

<sup>1</sup> Dado extraído do IBC - Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira do Estado do Paraná - 1967 - GERCA/DAC.

1975, tem a maior participação (41,9%) na área cafeeira nacional. (Tabela A.3(09)).

O acréscimo registrado no período seguinte, 1960/70, derivou principalmente da intensificação no processo de ocupação em direção ao Oeste do Estado, repercutindo num aumento maior para áreas de milho e feijão, que passam a representar, a partir de 1970, a maior extensão de área desta cultura no Brasil. E, embora a estabilidade de área destas culturas, no período seguinte, determine um decréscimo relativo da participação paranaense na área total brasileira, o Paraná, em 1975, ainda responde pela maior área de milho (19,1%) e do feijão (22,7%) no país. (Tabelas A.3(10), A.3(11)).

Com a introdução de áreas de soja no período 1970/75, o Paraná contribui, mais uma vez, com grande acréscimo no total da área de lavoura brasileira. A área de soja aumenta de 304,2 mil ha em 1970 para 1,6 milhões de ha em 1975, correspondendo à segunda maior área de soja do Brasil (28,0%). (Tabela A.3(12)).

Convém notar que, a estes aumentos, pode-se acrescentar o aumento registrado também para áreas de arroz, trigo e cana-de-açúcar que, embora num ritmo lento, vêm aumentando a participação no total da área do Brasil. Além do café, que registrou uma redução na área, o algodão foi a única lavoura a apresentar decréscimo absoluto na área mantendo, ainda assim, um acréscimo relativo e a posição de segundo Estado algodoeiro neste conjunto que compõe 44,5% de área colhida de algodão a nível nacional. (Tabela A.3(13)).

Destacada a capacidade de resposta agrícola do Estado, é interessante perceber em que está baseada ou assentada esta capacidade.

Nesse sentido, a comparação do Paraná com São Paulo e Rio Grande do Sul com relação a: população ocupada/área colhida e utilização de insumos/área colhida revelam diferenças fundamentais.<sup>2</sup>

Nestes dados (tabela 3.01) fica evidente que, no Paraná, a necessidade de força de trabalho para cada hectare colhido é muito maior. A diferença é mais nítida na comparação com São Paulo. Frente ao Rio Grande do Sul, a produtividade da mão-de-obra no Paraná está mais alta apenas em duas lavouras, feijão e trigo, embora a pequena extensão de área do trigo no Paraná em 1970 torne esta vantagem insignificante.

Este, sem dúvida, é um quadro muito típico da agricultura paranaense onde o trabalho entra na produção como um componente bastante alto. Isto só é possível na medida em que a agricultura lança mão do trabalho familiar através de relações como parceria e pequeno arrendamento, explorando a atividade agrícola basicamente sob pequenas unidades de produção familiar. Desse modo, a maior parcela da força de trabalho no Estado corresponde à categoria de responsáveis e membros não re-

---

<sup>2</sup> Deve-se ter em conta que os dados são referentes a 1970 e que, particularmente no Paraná, é a partir da expansão da soja (o que ocorreu após esta data) que se acentua a utilização de fertilizantes.

munerados da família (85,6% do total de P.O. em 1970).

Esta forma de produção está principalmente baseada na rentabilidade natural da terra, o que implica na ausência de insumos de qualquer ordem e no trabalho sob a forma de auto-exploração, na medida em que dificilmente os preços de venda do produto remuneram devidamente a força de trabalho envolvida na atividade produtiva. Via de regra, isso só é possível porque o processo de produção combina a produção para mercado com produção para consumo, numa economia de subsistência excedente.

Por outro lado, as informações de adubo por hectare, nas diferentes culturas, para cada um destes Estados, colocam o Paraná muito distante do consumo paulista como também do Rio Grande do Sul. Nos casos mais discrepantes, São Paulo chega a empregar cerca de 10 vezes mais adubo que o Paraná, como por exemplo no milho onde a média de consumo no Paraná é 123,2 kg por ha e em São Paulo 1.043,7 kg/ha e na cana-de-açúcar, onde o consumo é muito alto nos dois Estados, a diferença é de 24.874,8 kg/ha a favor de São Paulo.

Mas, embora produzindo numa relação muito inferior de adubos/ha e obtendo considerável parcela a partir de pequenos produtores, em 1970 os níveis de rendimento (kg/ha) não apresentam discrepâncias muito significativas entre o Paraná e os outros dois Estados. Pode-se observar que o Paraná chega a atingir níveis de rendimento muito próximos e mesmo mais altos. A discrepância maior deve-se à diferença favorável para o arroz, no Rio Grande do Sul onde prevalece o arroz irrigado,

TABELA: 3.01 - BRASIL - PARANÁ - SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL: ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO, POPULAÇÃO OCUPADA E UTILIZAÇÃO DE ADUBOS - 1970.

CULTURAS	PR	SP	RS	RENDIMENTO (KG/HA)			ÁREA COLHIDA/POPUL.OCUPADA			ADUBO*	ÁREA COLHIDA(Kg/ha)	
	BRASIL	BRASIL	BRASIL	PARANÁ	SÃO PAULO	RIO GRAN-DE DO SUL	PARANÁ	SÃO PAULO	RIO GRAN-DE DO SUL	PARANÁ	SÃO PAULO	RIO GRAN-DE DO SUL
ALGODÃO	10,4	14,7	-	1.175	1.123	-	2,4	3,5	-	86,5	690,2	-
ARROZ	9,3	14,1	8,7	1.277	1.497	3.582	6,3	6,8	7,8	143,5	432,2	2.227,0
CANA-DE-AÇÚCAR	2,1	30,4	3,1	62.663	57.918	23.806	0,2	6,5	4,3	24.291,6	49.166,4	3.989,5
CAFÉ	44,1	32,3	-	1.538	1.573	-	0,7	2,1	-	211,8	616,4	-
FEIJÃO	22,7	7,2	7,5	924	642	943	6,2	7,7	4,2	35,8	166,7	69,3
MILHO	19,1	13,9	17,6	1.890	1.951	1.374	3,4	6,7	5,0	123,2	1.043,7	419,5
SOJA	23,1	4,7	66,1	1.210	1.449	1.121	5,2	16,3	6,3	193,6	1.257,3	366,8
TRIGO	15,2	1,0	77,5	985	984	987	15,5	25,9	10,5	367,4	767,3	852,2

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul - 1970 - Tabelas 55 e 57

\*Adubo químico + químico e orgânico.

com natural aumento de rendimento.

Especialmente no período 1970/75, o rendimento é crescente para todas as culturas à exceção do feijão que, seguramente, vem sendo deslocado para áreas menos férteis no processo de expansão da lavoura mecanizada, mas que continua tendo origem em áreas muito pequenas (área média segundo ACARPA, dados para o Ano Agrícola 76/77, 3,7 ha).<sup>3</sup> Para a lavoura de soja é registrado o maior acréscimo no rendimento 1.011 kg/ha nestes 5 anos. O trigo, cujo rendimento oscila por ser uma lavoura suscetível às condições de clima, apresentou um incremento de 401 kg/ha, considerado o ano de 1974 que registrou rendimento mais alto.

Neste ponto, seria de fundamental importância um conhecimento das condições reais de oferta ambiental dos recursos naturais de cada Estado e respectiva adaptação à diferentes culturas. Pois, só a partir desta base, seria possível pensar em vantagens comparativas e tratar mais precisamente as diferenças de rendimento para cada Estado. A ausência de um quadro que estabeleça tais diferenças determina que, considerados os referenciais de utilização de insumos, se atribua à fertilidade natural do solo as variações no rendimento.

Nesta abordagem quantitativa entre Paraná e outros Estados ressaltam três aspectos que, da perspectiva de um estudo

---

<sup>3</sup>ACARPA - Dados sobre a situação agropecuária do Paraná: ano agrícola 1976/77.

cujo objeto é a força de trabalho agrícola, requerem atenção especial:

- a) O primeiro diz respeito à perspectiva de duas culturas, feijão e milho, que historicamente representam no Estado a ocupação de uma parcela muito grande da população, principalmente sob a forma de economias de subsistência-excedente.
- b) O outro ponto se refere à diminuição da lavoura cafeeira que, sem dúvida, assegurou e ainda assegura a maior frente de trabalho no campo.
- c) O último trata do desenvolvimento da cultura de soja, como elemento que vem colaborando para o processo de desarticulação de agricultura baseada na pequena propriedade e no trabalho intensivo.

As culturas do feijão (para as quais o Estado destina uma área três vezes maior que São Paulo) e do milho que, no Paraná, incorpora 800.000 ha mais que em São Paulo, não registram aumentos na década de 70.

Enquanto o feijão registra uma diminuição gradativa também no rendimento físico por hectare, no milho esta relação cresce (tabela A. 3(15) e A. 3(16)). Se isto em parte pode ser atribuído à fertilidade das regiões que concentram a produção do milho, pode também ser resultado da expansão de formas de produção mais modernas. Por sua vez, o decréscimo na área e rentabilidade do feijão denuncia uma diminuição nas possibili-

dades de acesso à terra para o pequeno produtor, bem como seu deslocamento para áreas menos favoráveis.

Isto lhe confere a condição necessária para se transformar em trabalhador assalariado, de fato, e principalmente de engrossar um contingente de oferta de mão-de-obra que favorece sua utilização sob a forma de trabalhador temporário, obedecendo às variações na demanda de diferentes culturas.

A redução na área do café, no período 62/68 esteve baseada num programa de erradicação que resultou na liberação de 256.000 ha. O programa previa a eliminação de cafeeiros improdutivos e substituição por culturas temporárias, uma diversificação que cumprisse o papel de absorver a mão-de-obra liberada.

Para quantificação da mão-de-obra eventualmente liberada até 1966 o relatório do IBC traz o seguinte: "o fator mão-de-obra, eventualmente liberado até 1966, considerando em média que um homem trata de aproximadamente 2.200 cafeeiros, que uma família tem duas enxadas e se compõe de cinco pessoas, segundo levantamento da Codepar - 1966, Plano Preliminar de Diversificação, foi da ordem de 116.000 enxadas ou 58.000 famílias ou cerca de 290.000 pessoas ligadas à cultura do café, que ficariam marginalizadas nas zonas rurais".<sup>4</sup>

Como contrapartida deste volume liberado, tem-se que a área cafeeira erradicada foi reocupada em torno de 40% com pas-

---

<sup>4</sup> IBC - Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira do Estado do Paraná - 1967 - GERCA/DAC - p.32.

tagens<sup>5</sup> para exploração da pecuária, atividade de baixo índice de absorção de trabalho.

A continuidade do processo de erradicação é reforçada com a intensidade de geadas no Estado. Os registros de ocorrência deste fenômeno - 1962 - 1963 - 1966 - 1969 - 1972 e 1975 e da intensidade com que são atingidos os cafeeiros, aponta o ano de geada de 1975 como mais desastroso, quando 97% dos cafeeiros entre novos e velhos são atingidos.

A área ocupada naquele ano, antes da ocorrência de geada, correspondia a 1.050.033 ha. A tendência à eliminação de cafeeiros face aos prejuízos foi prevista em torno de 20,2% da área ocupada.

Para reocupação da área liberada - 211.633 ha - a cultura predominante passa a ser a soja (51,9%). Enquanto na área em recuperação prevalece o milho (53,5%) e arroz (28,6%), como culturas intercalares.<sup>6</sup>

Considerando a tendência do contexto agrícola e fundiário do Estado com a dinâmica da agricultura baseada em lavouras mecanizadas, as condições de reabsorção da mão-de-obra liberada na área cafeeira estão restritas. Porém, como um paradoxo, as maiores oportunidades de trabalho ainda que esporádico, na forma

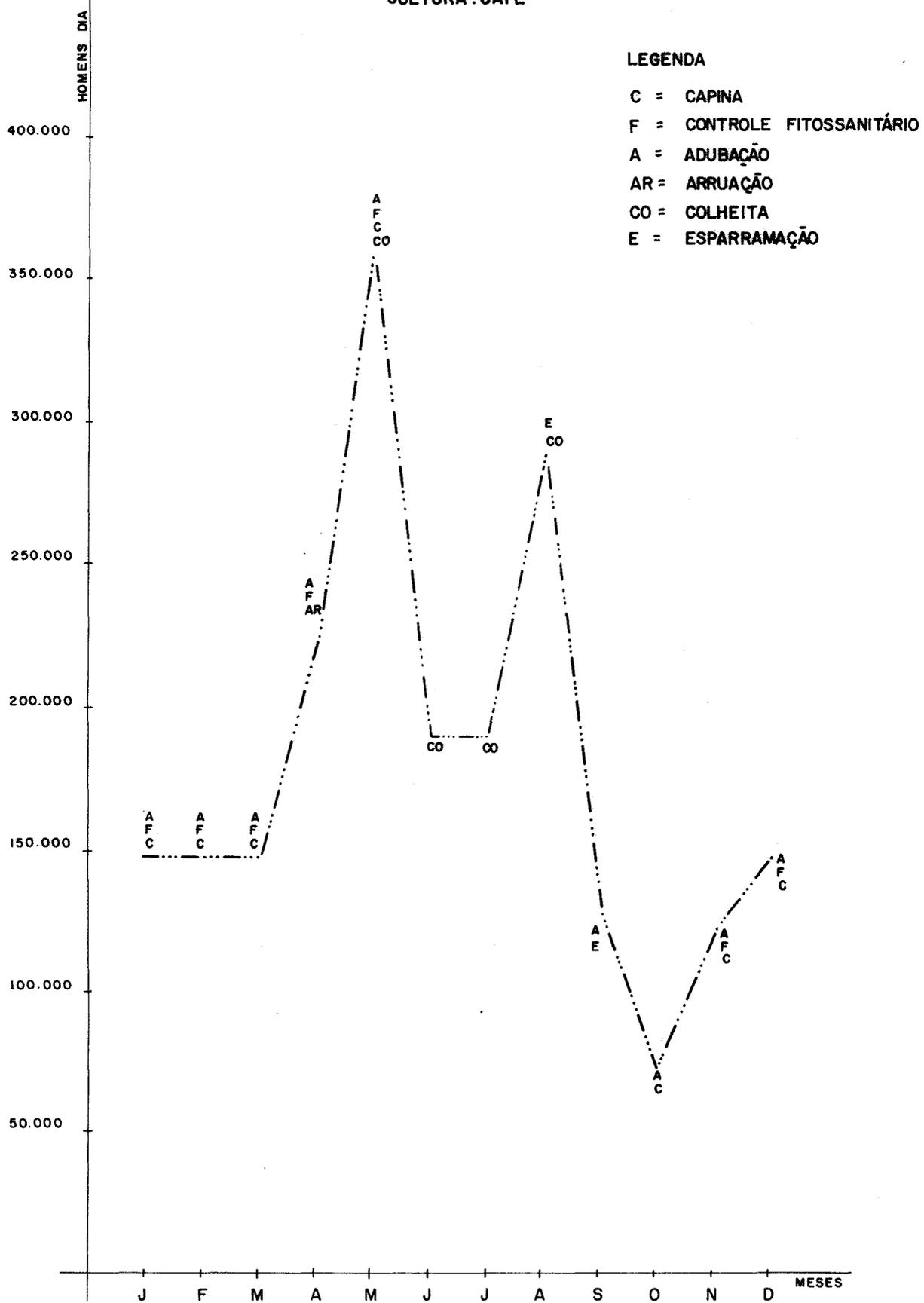
---

<sup>5</sup> Idem, op.cit. p.33.

<sup>6</sup> IBC - Resultados da 1ª. Previsão de Safra 76/77 e Estimativas Finais da Safra 75/76.

**GRÁFICO 01**

**PARANÁ - VARIAÇÃO MENSAL DO VOLUME DE MÃO-DE-OBRA REQUERIDA NOS TRATOS E COLHEITA EM 1975.**  
**CULTURA : CAFÉ**

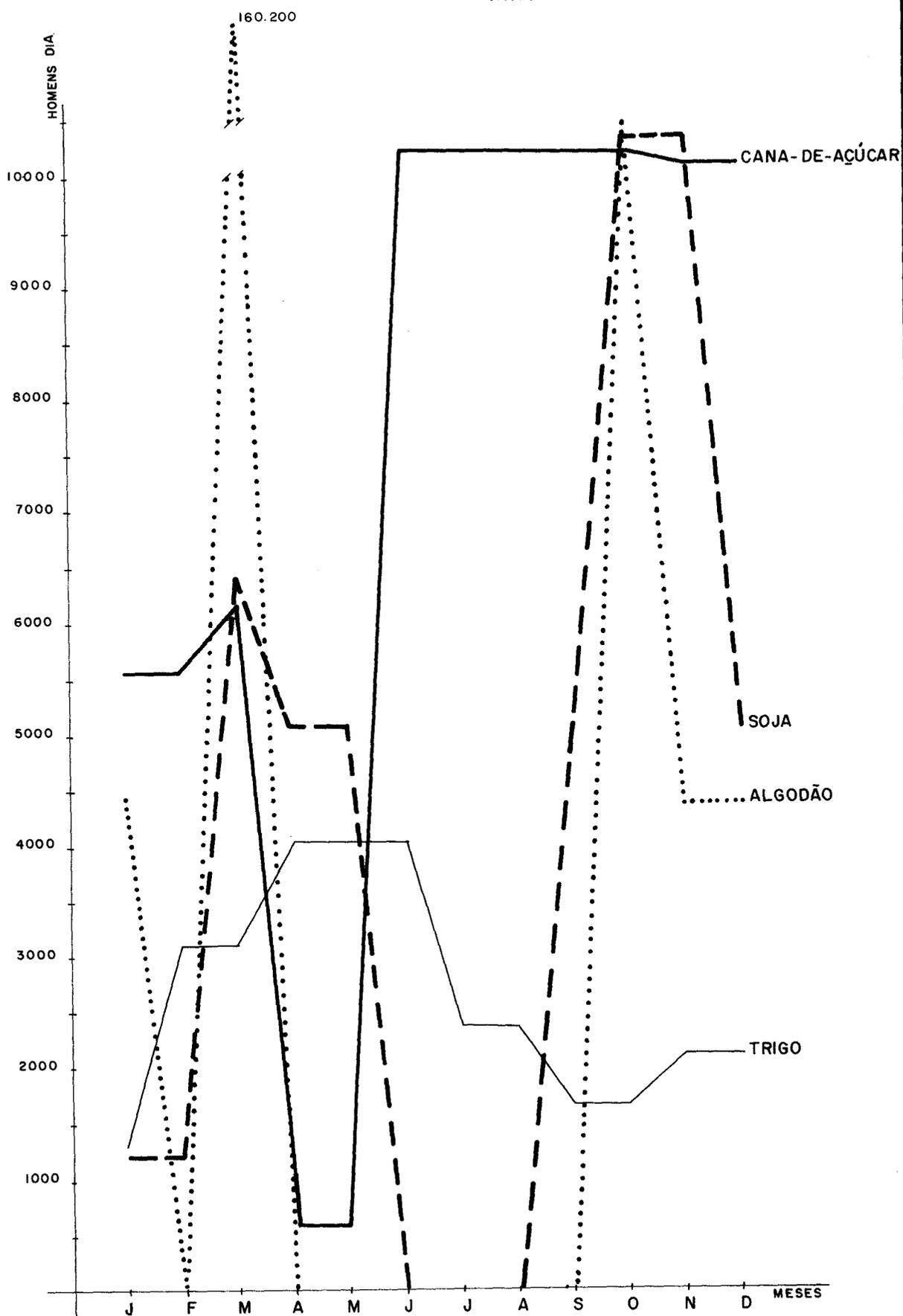


FONTE: PRGNÓSTICO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - 1976/77 - SEAG - DERAL/CEPA  
IBC - ÁREA COLHIDA DO CAFÉ - 1975

# GRÁFICO 02

## PARANÁ - VARIACÃO MENSAL DO VOLUME DE MÃO-DE-OBRA REQUERIDA NO PLANTIO, TRATOS E COLHEITA EM 1975.

CULTURAS : CANA-DE-AÇÚCAR, SOJA, ALGODÃO, TRIGO



FONTE: PROGNÓSTICO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - 1976/77 - SEAG- DERAL/CEPA

de volante, encontram-se na área cafeeira. Isto porque a maior necessidade de mão-de-obra no campo paranaense continua sendo na frente cafeeira. Os gráficos 01 e 02, obtidos a partir de coeficientes de necessidade mensal de mão-de-obra por ha, consideradas as etapas do cultivo de diferentes produtos, permitem perceber nitidamente esta situação a nível de Estado.

Cabe levantar ainda algumas observações em torno do último aspecto referente à cultura mecanizada da soja. Sua expansão foi ditada por condições excepcionais de mercado e estimulada por políticas creditícias que promoveram o consumo de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos, o que assegurou a possibilidade do notável aumento na área e rendimento desta leguminosa. (Tabelas A.3(07) e A.3(17)).

Um outro elemento foi notadamente importante: o grau de adaptação desta cultura ao território do Paraná. O estudo "Avaliação dos Recursos Naturais do Estado do Paraná para a Produção Agropecuária e Florestal" realizado no IPARDES, considerando a demanda ecológica da soja conclui: das oito culturas estudadas (café, cana-de-açúcar, milho, trigo, feijão, algodão, arroz e soja) a soja se distingue como cultura que melhor se adapta à oferta das unidades ambientais naturais do Estado. Para o plantio no mês de dezembro encontra quarenta e quatro U.A.N. (Unidades Ambientais Naturais),<sup>7</sup> ou 67% do total

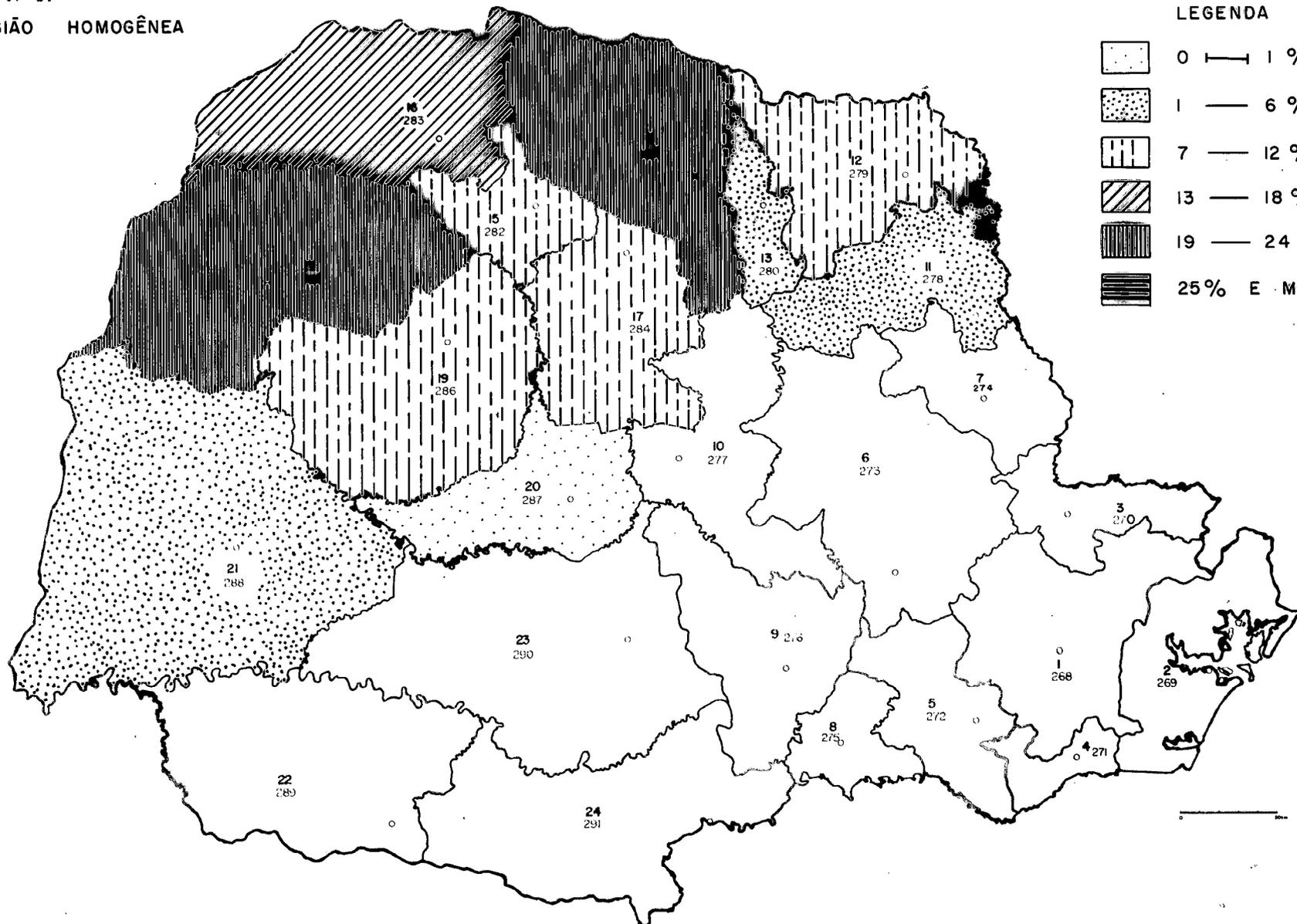
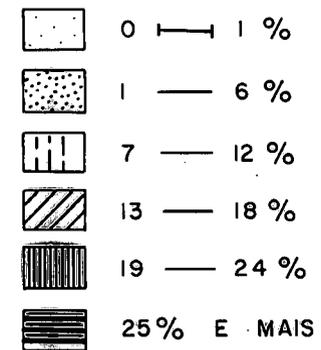
---

<sup>7</sup> "Uma unidade ambiental natural é aquela que constitui um sistema no qual as variáveis ambientais (climáticas, geológicas ou geomorfológicas) interatuam entre si, determinando uma estrutura e um comportamento próprios que a delimitam no espaço. — IPARDES — Avaliação dos Recursos Naturais do Estado do Paraná Para Produção Agropecuária e Florestal - 1977 - p. 37.

# PARANÁ - CAFÉ - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DO ESTADO - 1975

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA

LEGENDA



FONTE : IBGE - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1975

com aptidão classe A. Os casos de inaptidão são escassos e correspondem somente a três U.A.N. para cada data de plantio. É portanto a cultura com grau de adaptação mais alto ao território paranaense.<sup>8</sup> O rendimento médio por ha obtido na cultura da soja paranaense (2.200 kg/ha), em 1975, se comparado com o dos maiores países produtores, coloca o Estado acima da média mais elevada (1.909 kg/ha), correspondente à dos Estados Unidos. (Tabela 3.02).

### 3.2. TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA A NÍVEL REGIONAL

Tendo presentes as considerações anteriores, cabe retomar o quadro de mudança nas atividades agrícolas do Estado, porém agora com o objetivo de chegar à aproximação, ainda num nível muito geral, de peculiaridades e diferenças regionais.<sup>9</sup>

No período em análise (1960/75) cabe distinguir dois momentos muito nítidos de transformação na estrutura de utilização da terra. O primeiro, de 1960/70, cuja tônica é a erradicação do café e o aumento em área de lavouras temporárias, proporcionalmente menor ao das áreas de pastagens plantadas. O se-

---

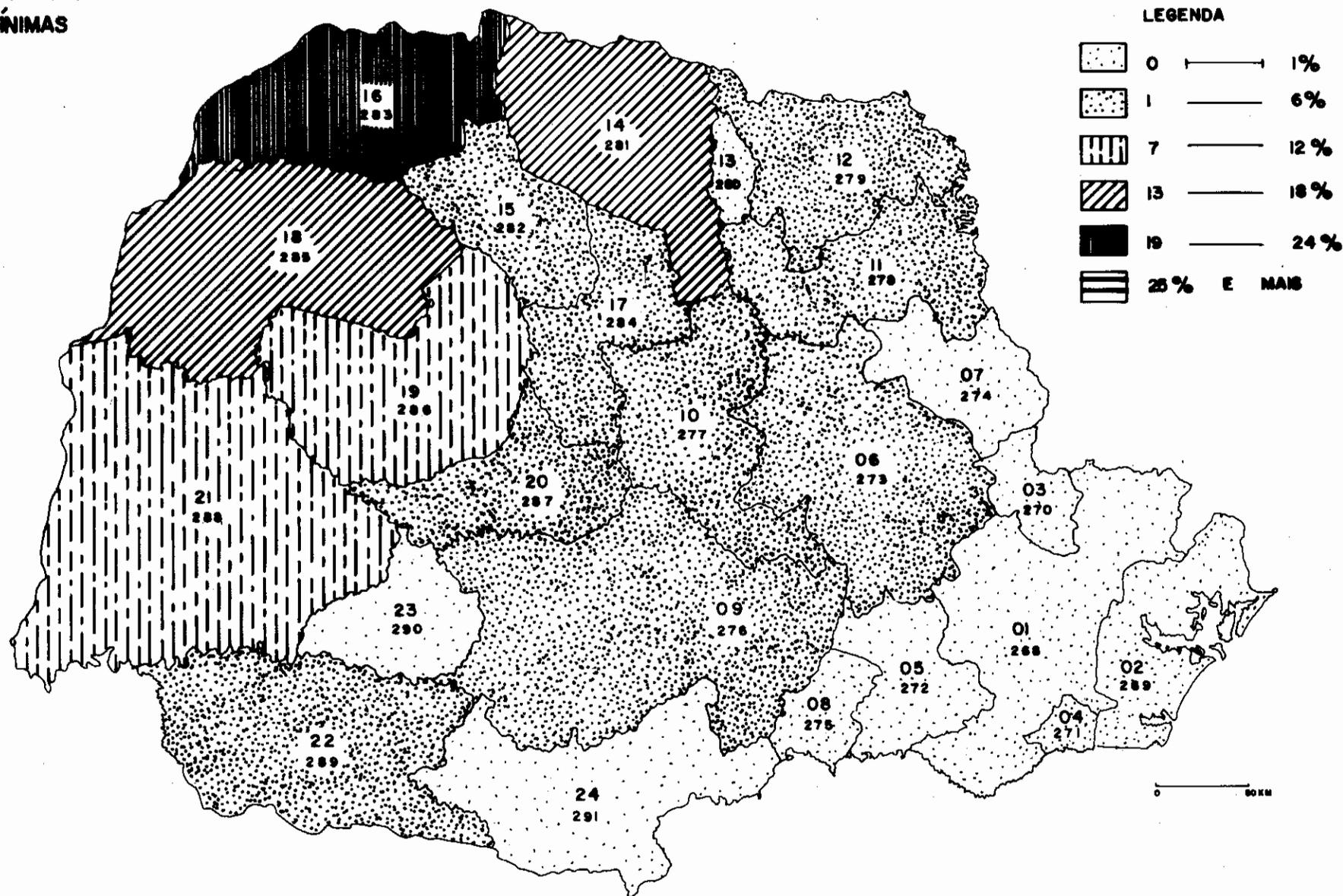
<sup>8</sup> Idem, p. 103.

<sup>9</sup> As informações básicas são as categorias de utilização das terras dos Censos de 1960, 1970 e 1975, agregadas a nível de Áreas Mínimas de Comparação. As informações sobre área colhida por produto foram extraídas da publicação do IBGE: "Levantamento da Produção Agrícola do Paraná - lavouras permanentes e temporárias", agregadas a nível de microrregião. Como diferem nestas publicações o procedimento de coleta de informações e os níveis de agregação para certas regiões, estes dados serão usados com mais cautela e de modo mais qualitativo.

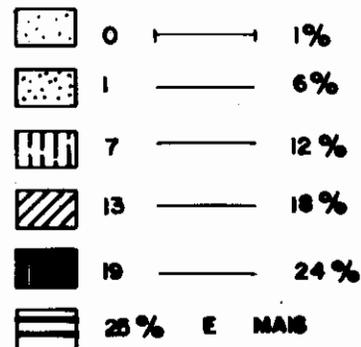
# PARANÁ

ÁREAS MÍNIMAS

## PASTAGENS PLANTADAS — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DO ESTADO - 1970



### LEGENDA



FONTE : IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO - PARANÁ - 1970

guinte, 1970/75, se caracteriza por um notável acréscimo na área de soja.

Torna-se importante para a análise que segue manter esta divisão, na medida que, a nível regional, estas alterações observam mais nitidamente estes períodos.

As análises da agricultura do Estado, no período 1960/70, estão necessariamente voltadas ao processo de erradicação de cafeeiros, o que, especialmente para este trabalho, tem um peso maior pelo caráter altamente absorvedor de mão-de-obra desta cultura. E o interesse maior é tentar perceber como se redefina a atividade rural, neste período.

A área cafeeira do Paraná está circunscrita à região do Estado menos sujeita à ocorrência de geadas fortes. Pode ser definida pela "linha de geada", teoricamente representada pelo "paralelo 24", que separa o norte do centro do Estado, avançando um pouco para o oeste (Prancha 01). Neste conjunto, as maiores áreas cafeeiras, em 1975, encontram-se em Norte Novo de Londrina (20,2%), Norte Novíssimo de Umuarama 19,4%, Paranavaí 15,4% e, secundariamente, Jacarezinho, Norte Novo de Apucarana, Campo Mourão e Norte Novo de Maringá. (Tabela 3.03).

Já se afirmou que, segundo relatório do GERCA, a pastagem substituiu em cerca de 40% a área de cafeeiros. Segundo a tabela 3.04, a redução na área de lavouras permanentes no Estado, entre 1960 e 1970, admitindo-se que fundamentalmente se trata de café, foi de 350,8 mil ha. Esta redução tem como contra-

TABELA: 3.02 - PARANÁ: RENDIMENTO DO ARROZ, ALGODÃO, CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR, FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E BRASIL EM 1975 - (Kg/ha).

PRODUTOS	PAÍSES				PARANÁ*1
	BRASIL	USA	INDIA	CHINA	
1 - ARROZ	1.642	5.105	1.826	3.235	1.726
2 - ALGODÃO	701	1.360	478	1.348	1.415
3 - CAFÉ	619	1.335	651	504	1.168
4 - CANA-DE-AÇÚCAR	43.463	82.605	-	70.539	50.106
5 - FEIJÃO	563	1.332	313	937	791
6 - MILHO	1.570	5.410	903	3.000	1.983
7 - SOJA	1.775	1.909	-	834	2.221
8 - TRIGO	600	2.060	1.338	1.367	555

FONTE: FAO - Production Yearbook - Vol. 29 - 1975.

1\* PARANÁ: IBGE - Levantamento da Produção Agrícola Municipal  
Lavouras Permanentes e Temporárias - 1975

IBC - 1975

TABELA: 3.03 - PARANÁ - ÁREA PLANTADA E ÁREA COLHIDA DE CAFÉ - 1974/1975 - (em ha)

Microrregião Homogênea	Área plantada em ha 1974	%	Área plantada em ha 1975	%	Área colhida em ha 1974	%	Área colhida em ha 1975	%
268/1 CURITIBA	-	-	-	-	-	-	-	-
269/2 LITORAL PARANAENSE	-	-	-	-	-	-	-	-
270/3 ALTO RIBEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	-	-	-	-	-	-	-	-
272/5 CAMPOS DA LAPA	-	-	-	-	-	-	-	-
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	-	-	-	-	-	-	-	-
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	-	-	-	-	-	-	-	-
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	-
276/9 COLONIAL DE IRATI	-	-	-	-	-	-	-	-
277/10 ALTO IVAÍ	-	-	-	-	-	-	-	-
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	30.681,9	2,5	30.681,9	2,5	23.802	2,5	24.307,6	2,3
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	126.412,8	10,5	126.944,8	10,5	95.124	10,2	88.499	8,5
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	17.317,1	1,4	17.440,1	1,4	18.483	2,0	13.256,3	1,3
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	244.190,5	20,3	244.748,7	20,2	209.306	22,4	215.739	20,7
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	91.317,8	7,6	91.957,8	7,6	79.360	8,5	84.672	8,1
283/16 NORTE NOV. DE PARANAVAÍ	186.356,8	15,5	187.463,8	15,4	152.052	16,3	178.955,9	17,1
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	104.368,0	8,7	108.962,0	9,0	81.205	8,7	92.500	8,9
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	235.021,7	19,5	235.049,7	19,4	156.792	16,8	203.494	19,5
286/19 CAMPO MOURÃO	102.571,6	8,5	103.459,0	8,5	87.280	9,3	90.999,3	8,7
287/20 PITANGA	604,0	...	604,0	...	159	...	219,5	...
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	66.787,0	5,5	66.964,6	5,5	30.066	3,2	50.852,1	4,9
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	-	-	-	-	-	-	-	-
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	-	-	-	-	-	-	-	-
291/24 MÉDIO IGUAÇU	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.205.629,2	100,0	1.214.276,4	100,0	933.677	99,9	1.043.494,7	100,0

FONTE: IBGE: Levantamento da Produção Agrícola Municipal - Culturas permanentes e temporárias - 1974/1975

partida um aumento no período, de 1,9 milhões de hectares em áreas de pastagem plantada e 1,6 milhões de hectares em áreas de lavouras temporárias.

A nível global, a origem destes aumentos está principalmente na incorporação de área pelos estabelecimentos das regiões Noroeste, Extremo Oeste e Sudoeste do Estado, como pode ser observado na referida tabela. O acréscimo na área total dos estabelecimentos correspondeu a 3,2 milhões de ha cabendo considerar também, uma utilização, supostamente mais intensiva da terra, de modo destacado nas regiões do Norte Novo e Norte Velho que apresentam redução em áreas de matas e no montante de terras incultas.

Portanto, fica nítido na tabela 3.04 que a década de 60 se caracteriza por uma expansão de áreas de pasto plantado, que excede a mera substituição de culturas, mas que se concentra no Norte do Estado, região de erradicação de café. (Prancha 0.2). Estes aumentos determinam uma inversão na estrutura de utilização da terra, como pode ser observada na tabela 3.05 que segue.

O aumento na área de pastagem plantada não corresponde e pouco tem a ver com a redução em áreas de pasto natural. Embora estas tenham apresentado, a nível de Estado, uma diminuição, foi pouco significativa e, principalmente, não alterou as tradicionais pastagens extensivas, típicas das regiões centrais do Estado do Paraná — os Campos Gerais — que envolvem Campos de Ponta Grossa, Campos de Guarapuava (incluído na Área

TABELA: 3.04 - PARANÁ - USO DA TERRA - 1960/70 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA \_

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS		PASTAGEM PLANTADA		LAVOURAS TEMPORÁRIAS		LAVOURAS PERMANENTES	
	Δ ABSOLUTO	Δ RELATIVO (%)	Δ ABSOLUTO	Δ RELATIVO (%)	Δ ABSOLUTO	Δ RELATIVO (%)	Δ ABSOLUTO	Δ RELATIVO (%)
EXTREMO OESTE PARANAENSE	995.701	160,3	195.797	603,3	487.300	435,8	37.776	174,7
NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA	656.143	129,8	376.437	602,1	166.767	230,9	77.574	41,7
CAMPO MOURÃO	379.992	68,9	172.513	386,5	231.877	204,7	-747	-0,9
SUDOESTE PARANAENSE	260.190	32,0	98.213	267,4	194.506	101,2	-1.460	-16,8
NORTE NOVO DE PARANAVAI	210.499	30,0	439.286	466,4	27.695	50,2	-79.993	-35,8
PARANÁ	3.240.598	28,5	1.918.335	245,3	1.628.516	91,3	-350.880	-21,2

FONTE: IBGE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 13  
Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 62

TABELA: 3.05 - PARANÁ - USO DA TERRA 1960/70 - VALORES RELATIVOS

	1960	1970
LAVOURAS TEMPORÁRIAS	15,7	23,3
LAVOURAS PERMANENTES	14,6	8,9
PASTAGEM NATURAL	16,8	12,4
PASTAGEM PLANTADA	6,8	18,5
MATAS NATURAIS	24,9	16,2
MATAS PLANTADAS	1,6	1,4
TERRAS INCULTAS	16,8	15,1
TOTAL	97,3	95,8

FONTE: TABELA A.3 (18) a A.3 (19)

Mínima de Comparação de Colonial de Irati) Médio Iguaçu e, secundariamente, Campos da Lapa e Curitiba. (Tabelas A.3(18) e A.3(19)). As maiores concentrações em áreas de pastagem plantada, em 1970, correspondem às regiões que tiveram os maiores acréscimos em área total: Extremo Oeste Paranaense, Norte Novo de Umuarama, Campo Mourão, Sudoeste e Norte Novíssimo de Paranavaí, à exceção de Londrina e Jacarezinho que já registravam as maiores áreas de pasto plantado do Estado em 1960, respectivamente 22,5% e 14,3%. (Tabela 3.06).

Por outro lado, as regiões que apresentaram as maiores reduções na área de lavouras permanentes, na década de 60, foram: Norte Novo de Londrina (-14,2 mil ha), Norte Velho de Jacarezinho (-109,2 mil ha), Norte Novo de Maringá (-87,4 mil ha), Norte Novo de Paranavaí (-79,9 mil ha) e Algodoeira de Assaí (-23,0 mil ha) — Tabela 3.07. Nas regiões de Jacarezinho e Assaí, essa redução foi acompanhada por um acréscimo maior em áreas com culturas temporárias. Na região de Londrina, o aumento na área com pastagem plantada supera a erradicada e, no Norte Novo de Paranavaí, região de terreno altamente erosivo, a área de pastagem plantada registrou um acréscimo seis vezes maior que a redução na área de lavoura permanente, passando a se constituir numa região típica de pastagem com 58,5% do total de sua área voltada para a pecuária bovina.

Como traço geral, tem-se para a redução de culturas permanentes um aumento maior para pastagem plantada. Embora se deva ter em conta que, em maior proporção no Norte Novís-

simo de Paranavaí e, secundariamente, no Norte Novo de Londrina, o acréscimo nas áreas de pastagem deve ter também como elemento explicativo o acréscimo na área total. Portanto, torna-se evidente que a expansão da pecuária obedeceu a outra frente e não foi, apenas, resultado da erradicação. Isto porque, ao desistímulo à atividade cafeeira não correspondeu uma frente agrícola competitiva. Este fato parece conferir à atividade pecuária a qualidade de uma melhor alternativa, reforçada pelo seu caráter de combate e controle à erosão.

Em termos de absorção de mão-de-obra, o desenvolvimento da pecuária, a partir de pastagem plantada, certamente requer um volume considerável de mão-de-obra, num curto espaço de tempo, para sua formação e, especialmente, conservação do pasto — corte e limpeza. Como não deixa de ser uma ocupação transitória explica a demanda, por esta atividade, do trabalhador temporário.

Assim, o grande aumento em áreas de pasto implica, tanto direta quanto indiretamente, em redução das possibilidades de ocupação de mão-de-obra no campo. Esta redução é direta, na medida em que o coeficiente de homem/dia por ha na pecuária está em torno de 1 família para 145 ha.<sup>10</sup> Indiretamente, a ocupação econômica do campo via pecuária, limita a reprodução de formas de relações de trabalho, como a parceria ou pequenos arrendamentos capazes de engendrar alternativas de

---

<sup>10</sup> IBC - GERCA - Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira do Estado do Paraná, 1967 - p.33.

TABELA: 3.06 - PARANÁ UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E ÁREAS IRRIGADAS - 1970 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL.

Áreas Míminas de Comparação	Total		Lavouras				Pastagens				Matas e Florestas				Terras Incultas		Terras Irrigadas	
	Estabelecimentos	Área	Permanentes		Temporárias		Naturais		Plantadas		Naturais		Plantadas		Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
			Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área				
268/1 CURITIBA	3,9	3,7	1,3	0,2	4,4	3,5	12,7	7,6	0,2	0,4	5,9	3,4	4,8	4,4	6,6	6,3	4,9	3,8
269/2 LITORAL PARANAENSE	0,4	0,5	0,9	0,5	0,4	0,2	0,6	0,3	0,1	...	0,9	1,1	0,3	0,8	1,1	1,1	0,3	0,7
270/3 ALTO RIBEIRA	0,5	0,7	0,2	0,1	0,6	0,4	1,3	0,9	0,1	0,2	0,4	0,3	0,3	0,1	1,3	2,6	0,1	0
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	0,5	0,2	...	...	0,5	0,3	0,7	0,4	...	...	0,5	0,3	0,3	0,1	0,6	0,3	-	-
272/5 CAMPOS DA LAPA	1,2	2,0	0,1	0,1	1,4	1,3	3,2	5,9	0,1	0,1	2,6	1,9	1,2	6,5	3,0	2,8	0,1	-
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	1,4	6,3	0,4	0,2	1,5	2,0	4,8	18,6	0,7	1,6	3,4	9,5	2,6	23,1	3,2	6,3	1,9	11,8
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	0,7	2,2	0,1	0,1	0,7	0,9	1,3	5,3	0,2	0,9	0,7	1,6	1,0	14,2	1,1	3,6	-	-
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	0,9	0,9	...	...	0,6	0,8	1,4	0,9	...	...	1,9	2,3	0,4	1,2	0,8	0,8	0,1	0
276/9 COLONIAL DE IRATI	6,0	9,1	0,8	0,1	5,8	6,5	15,3	22,9	1,1	1,3	6,1	8,9	2,7	11,6	11,8	16,1	0,5	0,4
277/10 ALTO IVAÍ	3,0	3,5	0,5	0,3	3,5	3,2	4,5	3,6	1,0	1,7	2,9	2,1	0,8	1,8	5,6	9,9	0,3	0,6
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	4,8	3,7	3,4	3,1	5,2	4,7	8,1	4,6	2,0	3,7	3,5	1,8	5,5	2,2	4,9	4,3	4,5	9,5
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	3,9	4,5	3,8	9,0	4,2	6,1	4,7	4,4	3,1	6,3	1,6	1,4	10,7	2,3	1,5	1,0	48,0	13,0
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	0,7	0,6	0,6	0,7	0,8	1,3	0,6	0,2	0,7	0,7	0,1	0,1	1,5	0,2	0,4	0,1	0,8	1,3
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	5,3	6,6	11,5	21,2	3,9	5,4	3,7	2,3	6,8	12,7	2,0	2,4	24,3	3,4	1,7	1,2	13,8	10,7
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	5,4	3,4	13,2	14,4	3,9	3,2	1,9	0,7	7,5	4,8	1,7	0,9	9,7	0,7	1,2	0,4	6,1	4,8
283/16 NORTE NOV. DE PARANAÍ	4,1	6,2	8,1	11,0	2,5	2,4	0,2	0,4	5,5	19,8	1,7	4,2	2,7	0,6	1,0	1,0	3,2	12,4
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	6,4	3,4	8,7	7,3	6,4	4,6	2,3	0,7	7,2	4,9	2,4	1,5	6,7	1,8	3,1	1,8	2,1	2,0
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	12,5	7,9	22,6	20,2	9,9	7,0	1,5	0,9	16,9	16,3	4,7	5,8	3,5	0,9	3,2	1,3	3,8	12,6
286/19 CAMPO MOURÃO	9,4	6,4	6,5	6,3	10,2	10,1	2,2	1,1	8,4	8,0	5,1	6,0	3,5	2,5	5,5	4,1	0,6	0,3
287/20 PITANGA	2,2	2,9	0,2	0,1	2,4	3,4	4,5	1,9	1,9	1,5	1,2	1,0	0,5	1,1	4,6	8,4	0,1	0,1
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	14,8	11,1	10,5	4,5	17,1	17,6	3,9	1,1	20,4	8,5	25,7	20,0	6,1	10,9	10,2	6,8	6,8	9,2
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	9,4	7,3	6,2	0,5	11,0	11,3	12,3	3,6	13,9	5,0	19,4	9,1	8,2	3,7	19,5	9,6	1,5	1,3
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	0,8	2,4	0,1	...	1,1	1,8	1,9	1,1	1,2	0,5	1,2	5,0	0,5	1,5	2,4	4,9	-	-
291/24 MEDO IGUAÇU	1,8	4,5	0,3	0,1	2,0	2,0	6,4	11,1	1,0	0,7	4,4	9,4	2,2	4,4	5,7	5,3	0,5	0,5
TOTAL	100,0	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: TABELA A.3 (19)

TABELA 3.07 - PARANÁ: USO DA TERRA - 1960/70 - VARIAÇÃO ABSOLUTA

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	Área Total dos Estabe- cimentos Δ Absoluta	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS		Terras Incultas Δ Absoluta	Terras Irrigadas Δ Absoluta
		Permanentes Δ Absoluta	Temporárias Δ Absoluta	Naturais Δ Absoluta	Plantadas Δ Absoluta	Naturais Δ Absoluta	Plantadas Δ Absoluta		
268/1 CURITIBA	- 9.800	- 730	- 20.099	13.683	4.876	24.189	- 21.062	- 17.211	256
269/2 LITORAL PARANAENSE	- 33.764	- 2.665	- 1.166	1.821	- 2.223	- 55.736	1.075	16.736	63
270/3 ALTO RIBEIRA	- 16.340	738	1.189	10.746	3.283	- 25.191	- 283	- 10.355	0
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	- 9.003	- 304	- 1.143	- 4.815	- 397	- 4.194	- 282	1.376	- 7
272/5 CAMPOS DA LAPA	2.060	- 5.025	- 2.509	- 30.399	- 3.420	15.714	12.364	3.450	-
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	164.411	1.039	28.008	- 27.786	25.012	88.737	5.259	46.654	951
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	711.161	2.908	16.871	- 25.393	19.050	- 15.717	24.492	37.142	-
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	- 8.247	- 27	5.676	- 35.923	90	32.326	2.464	- 15.782	- 6
276/9 COLONIAL DE IRATI	71.353	- 1.225	- 6.044	23.901	22.494	16.636	15.820	24.472	28
277/10 ALTO IVAÍ	103.501	102	21.395	2.200	40.063	- 49.472	- 1.401	77.151	56
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	- 22.748	- 8.659	64.965	4.694	64.349	- 33.774	- 1.848	- 120.546	834
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	18.705	- 109.194	96.050	13.856	59.475	- 58.352	- 4.232	- 24.273	1.602
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	754	- 23.013	13.675	1.473	8.914	- 2.508	- 9	- 1.295	43
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	70.285	- 146.210	86.903	13.973	167.786	- 60.985	- 2.326	- 5.445	698
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	33.581	- 87.398	69.029	6.673	70.879	- 35.947	- 3.605	- 1.105	306
283/16 NORTE NOV. DE PARANAVAÍ	210.499	- 79.993	57.695	- 10.515	439.286	- 182.584	- 3.175	9.735	917
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	117.106	6.215	78.563	- 5.471	91.399	- 62.549	- 2.458	734	174
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	656.143	77.574	166.767	11.554	376.437	- 28.112	- 217	16.804	1.144
286/19 CAMPO MOURÃO	379.992	- 747	231.877	10.430	172.513	- 118.249	- 1.650	61.518	- 61
287/20 PITANGA	24.603	- 1.671	51.254	6.477	34.609	- 40.681	- 232	- 28.098	- 3
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	995.701	38.776	487.300	906	195.797	140.924	12.466	62.426	- 491
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	260.190	- 1.460	194.506	44	98.212	- 132.409	- 9.123	84.401	- 1.693
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	126.440	- 673	23.376	- 1.581	17.146	77.314	- 5.005	9.820	- 7
291/24 MÉDIO IGUAÇU	71.474	- 5.638	- 5.622	- 35.497	15.705	36.860	57	56.462	26
<b>TOTAL</b>	<b>3.240.598</b>	<b>- 350.880</b>	<b>1.628.516</b>	<b>- 102.651</b>	<b>1.918.335</b>	<b>- 473.759</b>	<b>17.089</b>	<b>284.771</b>	<b>4.830</b>

FONTE: IBGE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 13  
Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 62

ocupação para a população rural.

Encarado a partir desta perspectiva, o aumento em áreas de pastagem e a redução de cafeeiros foram compensados, apenas em parte, no período 1960/70 pela expansão de lavouras temporárias.

O acréscimo de 1,6 milhões de ha em lavoura temporária (tabela 3.04) significou sua duplicação em relação à área existente em 1960. E embora passe a se constituir na forma predominante de uso da terra em 1970 (23,3% - tabela 3.05), está mais vinculada a um processo de conquista de área, conforme se observou anteriormente, que ao processo de substituição de culturas permanentes. E, enquanto parte de um processo de expansão de fronteira agrícola, via de regra, antecede a expansão de outras atividades, a partir de uma agricultura na forma de subsistência - excedente, que incorpora elevado contingente rural como pequenos produtores.

A cultura predominante no grupo de lavouras temporárias, nesse período, é o milho, cujo aumento corresponde a 41,3% do aumento verificado para área de culturas principais (tabela 3.08). Em outras palavras, praticamente metade do aumento de lavouras temporárias corresponde à área com milho, seguido do feijão que apresenta o segundo maior aumento na década (16,2% do total). Por sua vez, mais que a metade do aumento de áreas com lavoura de milho e de feijão correspondem a acréscimos registrados para Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Extremo Oeste e Sudoeste que neste período, caracterizam-se como áreas de expansão (tabelas A.3 (20) e A.3 (21)) e que são as regiões

TABELA: 3.08 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1960/1970/1975  
 INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO. (em ha)

	INCREMENTO ABSOLUTO 1960/1970	INCREMENTO RELATIVO 1960/1970	INCREMENTO ABSOLUTO 1970/1975	INCREMENTO RELATIVO 1970/1975	INCREMENTO ABSOLUTO 1960/1975	INCREMENTO RELATIVO 1960/1975
ALGODÃO	295.474	1,9	- 179.653	- 0,7	115.821	0,4
ARROZ	255.497	1,2	29.595	0,1	285.092	0,6
CAFÉ	- 677.700	- 0,4	- 58.967	- 0,1	- 736.667	- 0,4
CANA-DE-AÇÚCAR	12.086	0,5	9.186	0,2	21.272	0,9
FEIJÃO	407.651	1,1	- 28.318	- ...	379.333	1,0
MILHO	1.039.377	1,2	- 2.735	...	1.036.642	1,2
SOJA	299.152	59,1	1.263.829	0,8	1.562.981	309,0
TRIGO	205.103	2,5	526.689	0,6	731.792	8,9
TOTAL	2.514.340	1,48	1.618.593	0,3	4.132.233	2,4

FONTE: A.3 (01) a A.3 (08)

do Estado com aumento notável de estabelecimentos em pequenos estratos de área.

Por estes dados pode-se perceber que é a partir da produção de inúmeros pequenos produtores que cresce, neste período, a participação do Estado na pauta de produtos agrícolas do Brasil. Portanto, o desenvolvimento agrícola do Estado parece seguir a via da pequena propriedade, onde o primeiro momento de ocupação está baseado na exploração do trabalho familiar. Embora diferindo das formas de ocupação do Norte cafeeiro, no Oeste recente se reproduzem as condições de absorção da mão-de-obra familiar e a subsistência vinculada à terra. Porém, enquanto no Norte a atividade básica estava voltada para mercado e a cultura de produtos alimentares era secundária, no Oeste recente a fixação do trabalhador facilitada pela disponibilidade de terra, foi sobretudo baseada na produção para subsistência e venda do excedente. E é apenas no final da década de 60, quando se estreita a comunicação, com a construção de estradas, que se alteram estes padrões. Mas foram sob estas condições que proliferaram os pequenos estabelecimentos com parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.

Em 1960, a agricultura do Estado encontrava-se circunscrita ao café — que representava 42,6% da área colhida do Estado — e à região cafeeira. Em 1970, o acréscimo de área para diferentes culturas temporárias configuram novas alternativas de produção, determinadas pela ampliação dos limites da região agrícola do Estado.

A nível microrregional, este processo se manifesta de modo diferenciado e peculiar o que permite, em princípio, estabelecer quatro grupos distintos de área:

a) O primeiro, envolve regiões do Estado que apenas reforçam a área de uma pauta de culturas tradicionais, já existentes, sem que este aumento represente alteração significativa na sua participação estadual. Nele podem ser incluídas as regiões de Curitiba — que envolve a área metropolitana —, o Litoral Paranaense, Alto Ribeira, Alto Ivaí, Alto Rio Negro Paranaense, Campos da Lapa e São Mateus do Sul, estando a maior participação em lavouras temporárias em Curitiba.

As tabelas anexas A.3(23) a A.3(29) reproduzem a pauta de culturas para cada microrregião que, neste conjunto, está em torno de milho e feijão apresentando rendimentos médios entre os mais baixos do Estado, o que evidencia as condições rudimentares da agricultura nesta região do Paraná. Neste conjunto, os maiores montantes de área ainda estão nas categorias de terras incultas ou de pastagem natural.

b) O maior dinamismo agrícola do Estado, neste período, resulta do desenvolvimento deste segundo grupo que integra as regiões mais novas do Paraná.

Conforme já se apontou acima, uma grande parcela de incremento de lavouras de milho e de feijão tem origem nesta região, que compreende, por ordem de importância no aumento de área total de lavouras temporárias: Extremo Oeste, Campo Mourão, Sudoeste e Norte Novíssimo de Umuarama que em conjunto,

que registram as médias de rendimento mais altas do Estado.

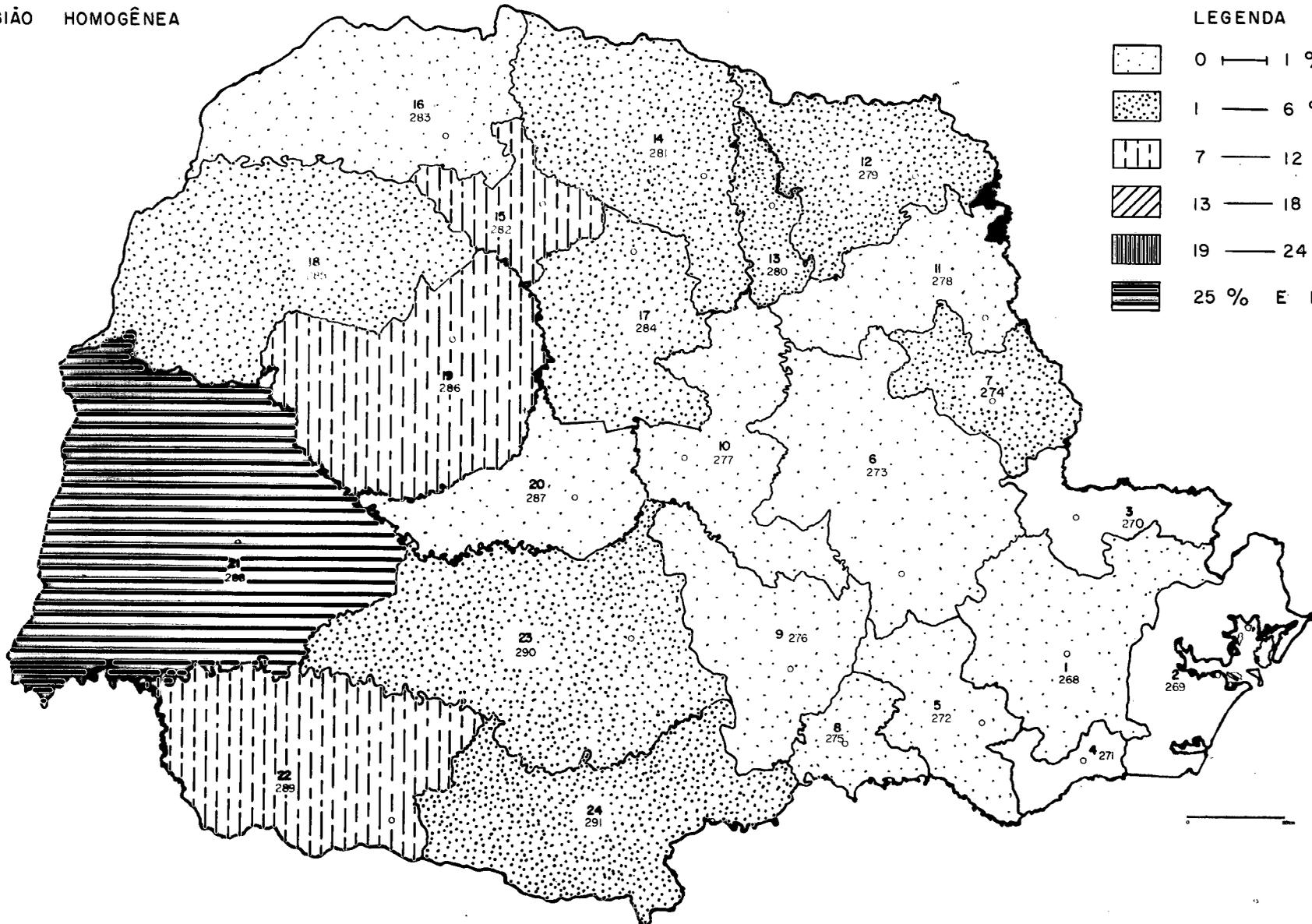
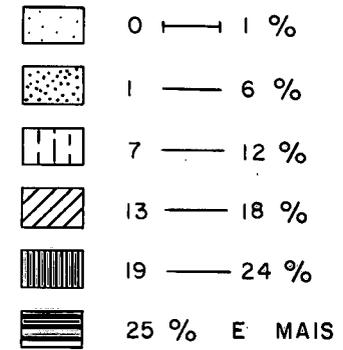
c) O terceiro grupo inclui as regiões onde já é possível perceber uma certa seleção pela qual vão sendo excluídas da pauta de culturas as lavouras típicas de pequeno produtor. É o caso de Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá e Norte Novíssimo de Paranaíba que, simultaneamente à erradicação e à intensificação do pasto, destinam os maiores aumentos para soja, trigo, algodão, arroz e cana-de-açúcar, enquanto as lavouras de milho e feijão são desativadas. (Tabelas A.3 (34) a A.3 (36)).

Na mesma linha estão Jacarezinho e Algodoeira de Assaí. (Tabelas A.3 (37) e A.3 (38)). A expansão de área de cana-de-açúcar, apesar de se constituir em fração pequena frente às demais culturas, tem um particular significado. Primeiro, porque define pela própria natureza do cultivo, elevada concentração de área, eliminando a pequena propriedade de seu espaço geográfico e, segundo, pelo fato de se constituir em típico mercado de trabalho para o trabalhador temporário no Estado. Como a este grupo corresponde também a grande totalidade de áreas de café, a concentração do trabalhador volante seguramente tem lugar nas regiões deste grupo. A redefinição da estrutura fundiária, que acompanha a redefinição na pauta de culturas, reduz o volume de estabelecimentos nos menores estratos de área e, com uso, diminui a população neles retida. Por sua vez, as lavouras de milho e feijão, mais especialmente o milho, apresentam grandes aumentos de rendimento neste período, especialmente para Norte Novo de Londrina, Maringá, Paranaíba e Norte Velho de Jacarezinho o que sugere a presença nestas lavouras de formas de cultivo mais modernas. (Tabela A.3 (39) a A.3 (40)).

# PARANÁ - SOJA - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DO ESTADO - 1975

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA

LEGENDA



FONTE: IBGE - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1975

representam em 1970, as quatro maiores áreas de lavoura do Estado.

Uma característica que distingue este grupo é a capacidade de realização de todas as atividades produtivas de base agrária, o que define uma utilização da terra muito mais dinâmica. (Tabelas A.3 (30) a A. 3 (33)).

Isto determina que mesmo na condição de frentes de expansão mais recente, ao inverso das regiões do primeiro grupo, apresentem os menores montantes de área em categorias que a "grosso modo" podem ser entendidas como economicamente mais atrasadas, como pastagem natural, ou propriamente não utilizadas -- o grupo de terras incultas. A exceção é o Sudoeste, onde a categoria de terras incultas é mais alta.

A importância deste grupo como região agrícola, pode ser constatada a partir da tabela 3.09. Nestas é nítido o deslocamento, para estas regiões, de substanciais frações de área de todas as culturas principais: 42,3% do algodão é produzido nesta área, 29,8% do feijão, 37,2% do milho, 43% do trigo e 74,1% da soja, que em 1970 apenas começava sua expansão. (Prancha 03). Vale notar que os dois únicos aumentos significativos em lavouras permanentes, no Estado, também estão registrados em regiões deste grupo: 77,5 mil ha para Norte Novíssimo de Umarama que corresponde à segunda maior área de café em 1975, e 37,7 mil ha para o Extremo Oeste. (Tabelas 3.03 e 3.04).

Os dados de rendimento também são favoráveis a este grupo, cujas regiões geralmente estão compreendidas entre aquelas

TABELA: 3.09 - PARANÁ: ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS, \*1 - 1960/1970/1975 - (em ha).

Microrregião Homogênea	1960	1970	1975	Δ ABSOLUTO 1960/1970	Δ RELATIVO 1960/1970	Δ ABSOLUTO 1960/1975	Δ RELATIVO 1960/1975
268/1 CURITIBA	60.503	95.756	85.337	35.253	0,6	24.834	0,4
269/2 LITORAL PARANAENSE	5.271	4.504	4.210	- 767	-0,1	- 1.061	- 0,2
270/3 ALTO RIBEIRA	11.911	25.260	25.934	13.349	1,1	14.023	1,
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	3.280	28.823	25.274	25.543	7,8	21.994	6,7
272/5 CAMPOS DA LAPA	46.230	52.780	84.740	6.550	0,1	38.510	0,8
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	49.192	94.271	183.620	45.079	0,9	134.428	2,7
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAIVA	5.693	33.808	43.150	28.115	4,9	37.457	6,6
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	14.500	17.650	26.425	3.150	0,2	11.925	0,8
276/9 COLONIAL DE IRATI	80.073	107.405	122.750	27.332	0,3	42.677	0,5
277/10ALTO IVAÍ	51.053	66.255	99.415	15.202	0,3	48.362	1,0
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	55.697	148.879	147.918	93.182	1,7	92.221	1,7
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	243.812	319.316	340.874	75.504	0,3	97.062	0,4
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	162.763	162.193	166.084	- 570	...	3.321	...
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	310.587	369.743	325.093	59.156	0,2	14.506	0,1
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	82.432	130.511	280.185	48.079	0,6	197.753	2,4
283/16NORTE NOV. DE PARANAVÁ	109.711	176.146	91.389	66.435	0,6	-18.322	0,2
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	102.506	436.214	431.230	333.708	3,3	328.724	3,2
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	16.874	376.077	296.615	359.203	21,3	279.741	16,6
286/19 CAMPO MOURÃO	34.163	251.275	620.732	217.112	6,4	586.569	17,2
287/20 PITANGA	18.896	97.066	198.937	78.170	4,1	180.041	9,4
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	28.241	593.345	1.232.154	565.104	20,0	1.203.913	42,6
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	95.023	367.409	608.485	272.386	2,9	513.462	5,4
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	63.009	176.235	366.425	113.226	1,8	303.416	0,8
291/24 MÉDIO IGUAÇU	45.879	80.718	135.335	34.839	0,8	89.456	2,0
TOTAL	1.697.299	4.211.639	5.942.311	2.514.340	1,5	4.132.933	2,4
CAFÉ	1.786.700	1.109.000	1.050.033	-677.700	-0,4	-736.667	- 0,4
TOTAL + CAFÉ	3.483.999	5.320.639	6.992.344	1.836.640	0,5	3.396.266	1,0

Obs. \*1 - O total de Área Colhida corresponde às seguintes culturas: Algodão, Arroz, Cana-de-Açúcar, Feijão, Milho, Soja e Trigo.

FONTE: IPARDES - Estatísticas Agrícolas - Subsetor Lavouras - 1960/1970.  
 IBGE - Levantamento da Produção Agrícola Municipal - Culturas Permanentes e Temporárias - 1975  
 IBC - Dados de Café 1960/1970/1975.

No interstício destas duas regiões e ainda neste grupo, pode ser compreendida a região de Apucarana cuja própria localização geográfica — repartida pela linha de geada do Estado — coloca-a com peso menor no conjunto de regiões cafeeiras. E, ao inverso do que ocorre para as demais regiões do terceiro grupo, registra acréscimos substanciais para áreas de milho e feijão — assumindo a posição, respectivamente, de segundo e primeiro maior produtor dessas culturas no Estado. Este comportamento, aliado ao acréscimo na área total, parece indicar que vem sendo capaz de absorver provavelmente pequenos produtores da vizinha região cafeeira. (Tabela A.3(41)).

Explicação semelhante parece poder ser aplicada a Norte Velho de Venceslau Braz — antiga região cafeeira do Estado — com participação atual muito pequena na produção de café. Nas franjas de redefinição de regiões dinâmicas como Londrina, Maringá e, secundariamente, Jacarezinho, Norte Velho de Venceslau Braz sofre uma reocupação baseada em lavouras de milho, feijão e arroz. (Tabela A.3(42)). Nesse sentido, não apenas os acréscimos em áreas com lavoura são explicativos. Esta é a região cujo crescimento está baseado na integração de mais de 50% de suas terras incultas — 120,5 mil ha — o que representa a maior redução de terras, desta categoria, no Estado.

d) Um quarto grupo reúne as regiões centrais do Estado — Campos de Ponta Grossa, Colonial de Irati (que compreende uma extensa área de Campos de Guarapuava), Pitanga, Campos de Guarapuava e, como extensão desta região central, Campos de

Jaguariaíva e Médio Iguaçu.

Por sua característica de região com extensas áreas subexploradas — reservam os maiores montantes do Estado na categoria de terras incultas e uma área ainda maior para uma pecuária extensiva — sua importância no conjunto do Estado não é muito significativa. Este grupo parece apresentar-se como uma possível fronteira para expansão futura da exploração econômica agrária do Estado. Segundo as tabelas A.3(43) a A.3(47) o surgimento do binômio soja/trigo na pauta de culturas destas regiões já sugere uma redefinição na utilização da área. Desse modo, sua condição de "fronteira" pouco tem a ver com o que ocorreu no Norte ou no Oeste recente. Em princípio, sua integração na agricultura se realiza a partir de uma lavoura condicionada a um nível tecnológico socialmente dados e, portanto, exclui a perspectiva de absorção do pequeno produtor. Além disso, mesmo na condição de região subexplorada, vem sofrendo intenso processo de recuperação de áreas que "estavam cedidas para parceiros ou pequenos arrendatários, tornando-as disponíveis para integrar a nova cultura. Como contrapartida, torna também "disponível" um elevado contingente de força de trabalho que, subtraído dos seus meios de trabalho, incrementa a oferta de mão-de-obra que seguramente o sistema local não consegue integrar".<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> IPARDES - A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região Centro Oeste Paranaense - 1977.

Da análise precedente podem ser sintetizadas algumas implicações que as modalidades de uso produtivo da terra, no Paraná, têm sobre a absorção de mão-de-obra, especialmente sob a forma assalariada volante.

A nível do Estado, as transformações no uso da terra apontam uma violenta redução, a partir da década de 60 e agudizada nos anos mais recentes, das possibilidades de ocupação estável no campo para um grande contingente populacional.

Uma dessas tendências é o estreitamento dos limites de existência para a pequena exploração agrícola, altamente absorvedora de mão-de-obra, sob a forma de produção familiar.

A produção de alimentos numa economia de subsistência — excedente, na qual o produtor mal consegue assegurar a reposição de sua própria força-de-trabalho, continua a subsistir no Estado. No entanto, sua convivência com o empreendimento capitalista dedicado às culturas de exportação parece estar sendo redefinida. Isso se manifesta na redução da área cultivada com feijão, uma cultura típica de pequeno produtor, e seu decrescente rendimento físico. Os altos preços internacionais das culturas de exportação aliados aos estímulos institucionais, resultam numa intensa valorização da terra e a conseqüente expulsão dos pequenos produtores de alimentos para fora do campo ou para áreas em condições menos favoráveis.

Uma outra tendência é a expansão, especialmente a partir de 1970, de culturas que incorporam um alto nível tecnológico, como soja e trigo. A difusão dessas culturas, especial-

mente quando ocorre em áreas antes dedicadas a outros cultivos mão-de-obra intensivos, implica em liberação de mão-de-obra já que, em decorrência do nível tecnológico empregado, não é gerado um volume correspondente de alternativas de trabalho.

Finalmente, o grande elemento liberador de mão-de-obra e responsável pela redução das possibilidades de trabalho estável no campo paranaense, é o processo de erradicação de café (por via planejada ou em decorrência de geadas) e sua substituição por pastagens ou culturas mecanizadas.

As áreas rurais mais dinâmicas, no Paraná, localizam-se a Oeste e Norte ocupando uma extensão equivalente à metade do Estado. A região composta pelo Extremo Oeste, Campo Mourão, Sudoeste e Norte Novíssimo de Umuarama concentra, no Paraná, as maiores áreas com algodão, milho, feijão, soja, trigo e café (Norte Novíssimo de Umuarama). Já a região Norte (de Jacarezinho até Paranavaí) está marcada pela erradicação do café, penetração da pecuária e por uma relativa "especialização" da pauta de culturas. Os maiores aumentos de área são dedicados a soja, trigo, algodão, arroz e cana-se-açúcar, enquanto reduz-se a área dedicada às culturas de feijão e milho (com exceção da região de Apucarana que é a maior produtora de feijão e a segunda de milho no Estado).

A localização espacial dessa pauta de culturas e o processo de sua definição acrescentam especificações às tendências mencionadas de liberação de mão-de-obra rural no Estado. Embora na região mais dinâmica do Paraná a pauta das principais culturas pareça desenhar um perfil de alta demanda por

mão-de-obra durante todos os meses do ano, o nível tecnológico incorporado em algumas culturas (soja, trigo e algodão, p. ex.) amplia, em cada área espacial contígua, a diferença entre períodos de maior demanda por trabalhadores, expondo um significativo contingente populacional a longos intervalos de desemprego rural ou subemprego urbano.

#### 4 - TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA E INCORPORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA PARANAENSE.

A modernização tecnológica da agricultura apresenta efeitos opostos sobre a absorção de mão-de-obra dependendo da natureza do conhecimento incorporado. A utilização de insumos químicos e orgânicos, ao elevar a fertilidade natural do solo, não só pode aumentar a necessidade global de mão-de-obra, como agudizar as diferenças entre a demanda por força-de-trabalho no momento da colheita e os demais períodos de atividade agrícola. Por outro lado, pode apresentar efeito liberador de mão-de-obra ao substituir, através do uso de herbicidas, o trabalho humano. Já a mecanização tende a substituir força-de-trabalho e, na medida em que resulta em elevação da área cultivada por trabalhador, cria uma população "sobrante" que é liberada do campo.

A questão que se procura analisar neste capítulo é a participação do processo de transformação tecnológica da agricultura paranaense na difusão e reprodução do trabalho assalariado, especialmente, na sua forma "volante".

A agricultura paranaense caracteriza-se por um intenso processo de transformação tecnológica que se precipita na atual década.

Até 1970, no entanto, era o ritmo dessas transformações que permitia vislumbrar, sua intensidade já que o quadro da agricultura paranaense, àquela época, não diferia muito do padrão de atraso tecnológico dominante na agricultura brasileira. Em 1970, a principal distinção entre o padrão tecnológico da agricultura paranaense e brasileira parecia residir no uso mais intenso, no Paraná, da força de tração animal. (Tabela 4.01). A força humana ainda era o principal recurso da agricultura paranaense, aliada ao animal e, em alguns casos, auxiliada pelo arado. Os instrumentos de trabalho agrícola dominantes ainda eram, no Paraná como no Brasil, a enxada e a foice.

Esse padrão de baixo desenvolvimento tecnológico da agricultura paranaense distinguia o Estado no quadro da Região Sul. Na Região, a força animal e o arado eram utilizados pela maioria dos estabelecimentos agropecuários que já não mais dependiam, tão grandemente, da pura força humana. Outra distinção importante é que, àquela época, quase 1/3 dos estabelecimentos agropecuários da Região já utilizava insumos modernos contra cerca de apenas 13% dos estabelecimentos paranaenses. É bem verdade que variações na qualidade do solo podem responder por parte dessa diferença especialmente quando o Paraná, dado seu recente processo de ocupação econômica, ainda possa contar com áreas de fertilidade não esgotada. No entanto, a utilização de insumos, mesmo em terra fértil, incrementa seu rendimento físico e demonstra uma orientação menos predatória na apropriação da natureza pelo homem.

O padrão tecnológico dominante na agricultura paranaense, em 1970, colocava-a em posição quase idêntica à do Rio Gran-

TABELA 4.01 - BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO O USO DE FORÇA, MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS, ADUBAÇÃO E CALAGEM - 1970 % TOTAL ESTABELECIMENTOS.

	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ
ESTAB.USO FORÇA HUMANA	65,8	28,8	46,2
ESTAB. USO FORÇA ANIMAL	27,9	61,0	45,0
ESTAB.USO FORÇA MECÂNICA*	6,2	10,2	8,8
ESTAB. C/ARADO	24,1	56,4	39,9
ESTAB. C/TRATOR	2,4	3,6	2,6
ESTAB. C/ADUBAÇÃO QUÍMICA**	12,6	25,9	12,4
ESTAB. C/CALAGEM	1,5	3,3	1,1

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - Brasil, 1970 - Tabelas 62,68,72 e 73

\* Força Mecânica, mais Força Animal e Mecânica

\*\* Adubação Química, mais Adubação Química e Orgânica.

de do Sul em 1960, e muito longe do padrão tecnológico da agricultura paulista na mesma época (tabela 4.02). Mesmo assim, em 1970, a proporção dos estabelecimentos agropecuários paranaenses que utilizavam arado era quase a metade da existente entre os estabelecimentos gaúchos 10 anos antes.

Transformações nesse quadro de baixo desenvolvimento tecnológico da agricultura paranaense já podem ser percebidas, no entanto, ainda na década de 60. Em 10 anos, a incorporação de novos tratores levou à redução de cerca de 411 ha cultivados por trator (de 664 ha/trator para 253 ha/trator), enquanto, no mesmo período, essa redução foi de 120 ha no Rio Grande do Sul (de 244 ha/trator para 124 ha/trator) e 105 em São Paulo (de 175 ha/trator para 70 ha/trator). Embora, em 1970, a relação área cultivada por trator ainda fosse desfavorável para o Paraná (pouco pior que a do Rio Grande do Sul 10 anos antes), representava menos da metade da existente em 1960. (Tabela 4.03).

Na década de 60, a transformação tecnológica da agricultura paranaense significou, pelo menos, a existência de arado em mais da metade dos estabelecimentos agropecuários, com exceção daqueles com área inferior a 10 ha onde pouco mais de 1/4 dos estabelecimentos tinha esse instrumento de trabalho. Em contrapartida, só os estabelecimentos com área total igual ou superior a 100 ha é que puderam beneficiar-se com a introdução de tratores e, mesmo assim, no estrato de área em que há maior proporção de estabelecimentos que usam trator (1.000 ha e mais), sua participação não chega à metade do total do estrato. (Tabela 4.04).

TABELA: 4.02 - PARANÁ, SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL: ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE USO DE TRATORES, ARADOS E ADUBAÇÃO SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA CULTIVADA POR TRATOR - 1960/1970.

	SÃO PAULO		PARANÁ		RIO GRANDE DO SUL	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
ÁREA CULTIVADA (ha) <sup>*</sup> - Variação relativa 60/70		- 0,7		37,1		34,2
TOTAL ESTABELECIMENTOS- Variação relativa 60/70		3,0		106,0		34,7
ESTAB. COM TRATOR/TOTAL	5,8	14,0	1,4	2,6	2,6	5,2
ESTAB. COM ARADO/TOTAL	50,9	58,4	25,4	39,9	74,7	73,6
ESTAB. COM ADUBAÇÃO QUÍMICA <sup>**</sup> /TOTAL	15,9	42,3	4,2	12,4	12,2	43,3
ESTAB. COM CALAGEM/TOTAL	2,5	6,6	1,0	1,1	1,0	5,5
ÁREA CULTIVADA/TRATOR (ha)	175,4	70,5	664,2	253,4	244,6	124,7

FONTE: Tabela A. 4(01)

\*Área com lavouras temporárias e permanentes

\*\*Adubação química mais adubação química e orgânica.

TABELA: 4.03 - PARANÁ: MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS E PESSOAL OCUPADO -  
1960/70/75.

	1960	1970	1975	VARIÇÃO RELATIVA (%)	
				60/70	70/75
ÁREA CULTIVADA*					
(ha)	3.440.971	4.718.607	5.545.233	37,1	17,5
Nº TRATORES	5.181	18.619	68.353 <sup>(1)</sup>	259,4	267,1
MENOS 50 CV	4.551	11.962	25.909 <sup>(2)</sup>	162,8	116,6
50 CV e MAIS	630	6.657	42.444 <sup>(3)</sup>	956,7	537,6
ÁREA CULTIVADA POR TRATOR					
(ha)	664,2	253,4	81,1	- 61,8	- 68,0
PESSOAL OCUPADO	1.284.695	1.981.471	2.141.059	54,2	8,0
ÁREA CULTIVADA/ P.OCUPADO	2,7	2,4	2,6	- 12,5	8,3

FONTE: IBGE - Censo Agrícola de 1960 - 1a. parte, tabela 6, 2a. parte, tabela 21.  
- Censo Agropecuário 1970, tabelas 62 e 72.  
- Sinopse Censo Agropecuário 1975, tabelas 3 e 6.

ACARPA - Dados sobre a situação da Agropecuária no Estado do Paraná, 1977

\* Área com culturas permanentes e temporárias.

(1) Ano agrícola 76/77 - Tratores de roda e micro-tratores.

(2) Menos de 60 CV, inclusive micro-tratores.

(3) 60 CV e mais.

TABELA: 4.04 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE ARADOS E TRATORES SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960/70.

GRUPOS ÁREA TOTAL (ha)	ESTABELECIMENTOS COM ARADO/TOTAL ESTABEL.		ESTABELECIMENTOS COM TRATOR/TOTAL ESTABEL.	
	1960	1970	1960	1970
Menos 10	15,8	27,4	0,2	0,5
10 - 20	23,8	50,7	0,6	1,8
20 - 50	31,4	58,4	1,5	4,7
50 - 100	39,2	58,7	2,6	9,7
100 - 200	40,1	52,6	5,5	15,9
200 - 500	38,3	49,2	11,8	23,2
500 - 1.000	46,4	49,9	20,9	35,2
1.000 e mais	49,3	55,6	29,6	49,4
Sem declaração	-	-	-	-
TOTAL	25,4	39,9	1,4	2,6

FONTE: Tabela A.4 (02)

Esse processo seletivo na transformação tecnológica é resultado e condição da baixa rentabilidade econômica dos pequenos estabelecimentos.

O valor bruto da produção dos estabelecimentos com área total inferior a 50 ha não permite, sequer, atingirem um salário mínimo mensal per capita. (Tabela 4.05). Se não descontadas as despesas que foram necessárias à obtenção daquele valor, as possibilidades de acumulação, nestes estabelecimentos, parecem anular-se. Evidentemente que, nessas condições, muito poucos dentre os pequenos produtores poderão incorporar, à produção, algo mais que a força humana própria e de sua família. Assim, 1 em cada 200 pequenos produtores (certamente, pequenos proprietários) consegue acumular o necessário para investir na elevação da produtividade de seu trabalho, seja através da compra ou aluguel. E é por isso que, na década de 60, há uma redução de 1.300 ha na relação área cultivada por trator entre os estabelecimentos com área total inferior a 10 ha. (Tabela 4.06). Mantiveram-se, entretanto, na mesma posição relativa, quanto à média do Estado, em que estavam 10 anos antes: a relação área cultivada/trator entre estes estabelecimentos era 3 vezes a do Estado.

Se, a nível do Paraná, o ritmo de transformação tecnológica acelerou-se a partir de 1970, não chegou a apresentar reflexos significativos na redução do número de pessoas necessárias para cultivar uma unidade de área. (Tabela 4.03). Na verdade, a relação área cultivada/pessoa manteve-se constante no período 60/75, apesar de toda a transformação tecnológica ocor

TABELA 4.05 - PARANÁ: VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL SEGUNDO O TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS - 1970

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)	Valor da Produção Animal e Vegetal em 1970		Despesas em 1970 (Cr\$1.000,00)	Valor Líquido da Produção Anim.Veg. em 1970		Pessoal Ocupado		Valor Bruto Anual Per-Capita (Cr\$)	Valor Bruto Mensal Per-Capita (Cr\$)	Valor Líquido Anual Per-Capita* (Cr\$)	Valor Líquido Mensal Per-Capita (Cr\$)
	(Cr\$1.000,00)	%		(Cr\$1.000,00)	(Cr\$1.000,00)	%	TOTAL				
MENOS DE 10	732.184	23,7	286.411	445.772	25,8	829.396	794.430	882,80	73,60	561,10	46,70
10 - 20	564.947	18,3	217.936	347.011	20,1	484.728	446.169	1.165,50	97,10	777,80	64,80
20 - 50	590.707	19,2	251.140	339.567	19,6	387.497	329.461	1.524,40	127,00	1.030,60	85,90
50 - 100	236.540	7,7	127.655	108.885	6,3	107.928	76.810	2.191,70	182,60	1.417,60	118,10
100 - 200	167.419	5,4	111.988	55.431	3,2	59.946	29.036	2.792,80	232,70	1.909,00	159,10
200 - 500	277.462	9,0	147.275	130.187	7,5	52.822	14.812	5.252,80	437,70	8.789,30	732,40
500 - 1000	185.290	6,0	79.808	105.482	6,1	24.992	3.299	7.414,00	617,70	31.973,90	2.664,50
1000 e +	316.828	10,3	131.949	184.879	10,7	34.097	2.228	9.292,00	768,50	82.979,80	6.915,00
SEM DECLARAÇÃO	11.497	0,4	315	11.182	0,6	65	39	-	-	-	-
T O T A L	3.082.874	100,0	1.354.477	1.728.396	99,9	1.981.471	1.696.284	1.555,90	129,70	1.118,90	93,20

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabelas nºs 16,31,34

\* Valor Líquido da Produção Animal e Vegetal (1970) / Responsável e Membros não Remunerados

Valor do Salário Mínimo no Paraná em 1970: 1.<sup>a</sup> Sub-região: 170, 40

2.<sup>a</sup> Sub-região: 156, 00

X = 163,20

TABELA: 4.06 - PARANÁ - RELAÇÃO ÁREA CULTIVADA/TRATOR - 1960/70

Grupos Área Total (ha)	1960		1970	
	Área Cultivada* (ha)	Área Cultivada/trator (ha)	Área Cultivada* (ha)	Área Cultivada/trator (ha)
Menos 10	418.522	2.071,9	1.264.722	737,0
10 - 20	542.779	1.247,8	1.079.092	440,1
20 - 50	967.210	834,5	1.089.638	224,3
50 - 100	445.062	676,4	402.385	149,4
100 - 200	323.615	484,4	280.820	130,4
200 - 500	352.197	363,5	295.079	131,3
500 - 1.000	162.987	379,9	143.768	129,6
1.000 e mais	228.599	346,4	163.102	117,4
Sem declaração	-	-	-	-
TOTAL	3.440.971	664,2	4.718.605	253,4

FONTE: IBGE - Censo Agrícola, 1960 - 1a.parte - tabela 6, 2a.parte - tabela 7  
- Censo Agropecuário, 1970 - tabelas 9 e 23

\* : Lavouras temporárias e permanentes

rida no Estado. Isso se deve a duas ordens de fatores.

Primeiro, todo o incremento na área de lavouras no Paraná, no período 60/70, deveu-se à multiplicação de estabelecimentos inferiores a 10 ha que incorporaram, no período, o correspondente a 4 vezes sua área cultivada em 1960. Por outro lado, houve uma enorme redução na área de lavouras entre os estabelecimentos com área superior a 20 ha, redução que não chegou a ser de todo recuperada no período seguinte.

Segundo, um grande volume de pessoal ocupado na área rural do Estado concentra-se nos estabelecimentos menores de 10 ha que absorvia em 1970, um volume 3 vezes maior que o existente em 1960, embora tenha sido os únicos a perderem população no período 70/75. Já os estabelecimentos maiores (50 ha e mais) perderam população, além de área de lavoura, na década de 60 sem, contudo, recuperá-la, totalmente, no período seguinte. (Tabela 4.07).

Assim, a relação área cultivada/pessoa pouco se altera na década de 60 mantendo-se em geral, muito baixa, o que constitui mais uma evidência do caráter mão-de-obra intensivo da agricultura paranaense.

No período seguinte (1970/75), a característica seletiva do processo de transformação tecnológica do campo paranaense é reafirmada pela elevação da relação área cultivada/pessoa apenas entre os estabelecimentos com área total maior que 100 ha. Entre os demais, essa relação mantém-se semelhante à que existia 15 anos antes.

TABELA: 4.07 - PARANÁ: ÁREA TOTAL DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS E PESSOAL OCUPADO 1960, 1970, 1975.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)	PESSOAL OCUPADO			ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS			ÁREA DE LAVOURAS / PESSOAL OCUPADO		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Menos de 10	259.047	829.396	748.513	418.522	2.119.541	1.687.920	1,62	2,56	2,11
10 a menos de 20	244.752	484.728	495.682	542.779	1.139.614	1.121.810	2,22	2,35	2,26
20 a menos de 50	363.287	387.497	442.180	967.210	649.212	988.642	2,66	1,68	2,24
50 a menos de 100	139.492	107.928	151.242	445.062	261.501	511.652	3,19	2,42	3,38
100 a menos de 200	93.763	59.946	91.015	323.615	215.698	440.698	3,45	3,60	4,84
200 a menos de 500	91.008	52.822	83.599	352.197	202.009	441.093	3,87	3,82	5,28
500 a menos de 1000	38.582	24.992	34.455	162.987	81.602	172.659	4,22	3,27	5,01
1000 E MAIS	54.379	34.097	42.817	228.599	49.429	180.759	4,20	1,45	4,22
SEM DECLARAÇÃO	388	65	1.556	-	-	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.284.698	1.981.471	2.141.059	3.440.971	4.718.606	5.545.233	2,68	2,38	2,59

FONTE: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná 1975 - Tabelas nº 6, Tabela nº 2  
 - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabelas nº 12, nº 9  
 - Censo Agrícola de 1960 - Tabelas nº 9 e nº 6.

Não se pode aceitar que, no Paraná, a transformação tecnológica da agricultura seja responsável pela liberação de mão-de-obra. Na verdade, o que os dados sugerem é que, à elevação no número de tratores e arados e na proporção dos estabelecimentos que os utilizam, corresponde uma elevação no volume de força-de-trabalho absorvida.

Por outro lado, a maior intensidade nessa transformação tecnológica vincula-se à introdução e difusão das culturas de soja/trigo que predominam em áreas antes escassamente povoadas. A liberação de mão-de-obra das atividades agrícolas paranaenses parece dever-se mais à substituição de culturas e à concentração fundiária, muitas vezes acompanhadas e possibilitadas pela mecanização.

Quanto ao consumo de fertilizantes, as poucas informações disponíveis indicam que seu aumento, no Paraná, tem seguido um ritmo irregular. (Tabela 4.08). Os maiores incrementos anuais foram alcançados no período de 1968 a 1970 e permitiram quase duplicar o consumo por área colhida. Nos anos seguintes, o crescimento anual é proporcionalmente menor, mas em 1972, o consumo por área era 3 vezes maior que o existente em 1968. Esse crescimento parece ter-se mantido após 1970 já que, num mesmo intervalo de tempo (1968/72 e 1970/75) a elevação do consumo por área foi a mesma. (Tabela 4.09).

TABELA: 4.08 - PARANÁ/BRASIL - CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES

ANO	P A R A N Á			B R A S I L		
	ÁREA * COLHIDA (ha)	CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES (t) (+)	CONSUMO / ÁREA COLHIDA (Kg/ha)	ÁREA * COLHIDA (ha)	CONSUMO APARENTE DE NUTRIENTES (t) (++)	CONSUMO / ÁREA COLHIDA (Kg/ha)
1968	4.476.329	48.347	10,8	31.276.839	601.711	19,2
1969	4.902.071	74.380	15,2	32.343.170	630.387	19,5
1970	5.568.303	110.070	19,8	33.678.178	998.567	29,7
1971	5.785.920	135.684	23,5	35.519.990	1.165.034	32,8
1972	5.928.543	180.220	30,4	-	1.746.522	-
1973	6.443.620**	219.500	34,1	-	-	-

FONTE: (\*) Ministério da Agricultura/EAGRI. As culturas consideradas são: Soja, algodão, amendoim, mamona, milho, café, trigo, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, batata inglesa, batata-doce, fumo

(\*\*) : Estimativa

(+) : Pesquisa de campo, IPARDES, 1973

(++) : ANDA

TABELA 4.09 - PARANÁ - CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES(N, P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, K<sub>2</sub>O) POR ÁREA CULTIVADA - 1970/75.

	1.970	1.975
ÁREA CULTIVADA* (ha)	4.718.607	5.545.233
CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES (t)	110.070	395.000
CONSUMO FÉRTIL/ÁREA CULTIVADA (kg/ha)	23,33	71,23

FONTE: IBGE - Sinopse do Censo Agropecuário, 1975 - Tabela 1  
IPARDES - Estudo de Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná, 1974.

Ruralidade, ano VII, n.21, jan.-fev., 1977 - p.20

\*Área com cultura permanente e temporária.

A fertilidade natural do solo paranaense ainda não esgotada, a não ser em áreas restritas e localizadas como o Noroeste altamente erodível, apenas em parte explica os baixos níveis de utilização de fertilizantes no Estado.

A grande área cultivada com produtos alimentares numa economia de subsistência-excedente e os baixos níveis de rentabilidade econômica desses cultivos, pode ser explicação mais satisfatória para que uma considerável área agrícola do Estado utilize pouco ou nenhum insumo agrícola.

A qualidade do solo paranaense pode ser atestada pelo fato de que o rendimento físico das principais culturas do Paraná tem sido igual ou superior a de outros Estados, nas quais

se utilizam insumos de modo mais intensivo.

No entanto, esse desempenho do campo paranaense não parece resultar, apenas, de fatores de ordem natural. O rendimento físico das culturas é menor entre os pequenos estabelecimentos e decrescente na cultura do feijão. (Tabela A.3(39)). Portanto, a baixa utilização de fertilizantes na agricultura paranaense parece dever-se menos à qualidade de solo que à pobreza de muitos que o cultivam.

A localização espacial dessas transformações tecnológicas no campo paranaense permite perceber que, embora reduzida, a elevação no uso de força mecânica está vinculada ao processo de ocupação recente do Oeste do Estado. (Tabela 4.10). Em 1960, os estabelecimentos que utilizaram força mecânica estavam concentrados no Norte cafeeiro (57%), principalmente na região de Jacarezinho (21%) e Londrina (19%). Em 1970, a metade dos estabelecimentos que utilizavam alguma mecanização estava no Sudoeste, especialmente na região do Extremo Oeste (44%), enquanto encontravam-se em Jacarezinho apenas 5%, em Londrina 10% e Maringá 7%.

Obtém-se um quadro mais nítido das transformações tecnológicas do campo paranaense e sua localização no espaço, quando se percebe que, na região onde se concentrava o uso de força mecânica em 1960 — Jacarezinho — isto se devia a apenas 7% de seus estabelecimentos. Nessa época, os principais recursos utilizados na agricultura, mesmo no Norte cafeeiro, eram a força humana e animal. O maior sinal de transformação desse quadro é o decréscimo na proporção dos estabelecimentos que em

TABELA 4.10 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A FORÇA UTILIZADA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	TRABALHOS AGRÁRIOS					TRABALHOS AGRÁRIOS				
	1960					1970				
	HUMANA	ANIMAL	MECÂNICA	ANIM.+ MEC.	TOTAL	HUMANA	ANIMAL	MECÂNICA	ANIM.+ MEC.	TOTAL
268/1 CURITIBA	4,8	14,2	3,7	7,3	7,2	1,8	6,5	2,2	2,0	3,9
269/2 LITORAL PARANAENSE	0,9	0,1	0,6	0,3	0,6	0,8	...	0,4	...	0,4
270/3 ALTO RIBEIRA	0,8	...	-	0,1	0,6	1,1	...	0,1	...	0,5
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	0,2	1,0	0,2	0,2	0,4	0,2	0,7	0,1	0,4	0,4
272/5 CAMPOS DA LAPA	0,9	4,7	1,5	1,9	1,9	0,5	2,1	0,6	0,8	1,2
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	1,5	2,7	4,3	5,7	1,9	1,5	1,2	3,1	0,6	1,3
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	0,4	0,9	0,5	0,4	0,6	0,7	0,7	0,5	0,3	0,7
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	0,8	3,3	0,2	0,4	1,4	0,3	1,6	0,1	0,1	0,9
276/9 COLONIAL DE IRATI	5,2	14,7	3,3	11,7	7,6	3,9	8,9	5,0	1,2	6,0
277/10 ALTO IVAÍ	2,8	2,4	0,6	0,2	2,6	4,3	2,1	0,5	0,3	3,0
273/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	4,3	9,3	4,0	10,3	5,6	3,4	6,7	0,8	2,4	4,8
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	3,9	6,3	21,0	19,6	4,7	1,9	4,1	4,7	18,1	3,9
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	1,7	4,0	7,8	15,0	2,5	0,1	0,6	2,1	4,7	0,7
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	8,6	6,2	19,2	11,5	8,1	4,4	5,6	9,9	8,0	5,3
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	8,2	1,4	5,6	2,1	6,4	5,0	5,5	7,1	6,9	5,4
283/16 NORTE NOV. DE PARANAÍ	7,8	1,6	5,8	2,1	6,2	4,8	3,8	2,4	2,0	4,1
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	6,5	0,9	5,0	2,9	5,1	10,2	3,2	4,7	2,2	6,4
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	10,0	0,7	3,5	0,9	7,5	16,5	10,3	3,0	2,7	12,5
286/19 CAMPO MOURÃO	8,7	0,5	3,3	1,1	6,6	11,9	7,5	7,1	5,7	9,5
287/20 PITANGA	3,7	1,1	0,2	0,5	3,0	1,9	2,9	0,2	0,6	2,2
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	5,7	3,9	3,4	2,1	5,2	17,1	9,3	43,5	26,3	14,9
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	9,4	11,9	3,9	1,8	9,9	5,8	12,8	1,1	12,4	9,2
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	1,0	1,8	0,8	0,5	1,2	0,4	1,4	0,1	0,9	0,9
291/24 MÉDIO IGUAÇU	2,1	6,5	1,6	1,4	3,2	1,5	2,5	0,7	1,4	1,9
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: TABELA A.4 (03)

1970, dependiam exclusivamente da força humana. (Tabela 4.11).

Em Jacarezinho e Londrina, respectivamente 30% e 14% dos estabelecimentos já utilizavam algum tipo de força mecânica e no Extremo Oeste, que concentrava a maior parte do uso de alguma mecanização no Estado, isso se devia a quase 1/5 de seus estabelecimentos agropecuários.

O Norte cafeeiro concentrava, em 1960 e 1970, mais da metade de todos os tratores em uso no Estado e aí, também, registravam-se os menores valores da relação área cultivada por trator, o que indica a concentração nesta região, em todo esse período, do progresso tecnológico da agricultura paranaense. A outra frente agrícola do Estado, o Oeste, passa a reter, na década de 60, um razoável contingente de tratores o que leva a uma grande redução na área cultivada por trator da região Extremo Oeste de 1.991 ha/trator para 381 ha/trator que, no entanto, mantém-se acima da média do Paraná. (Tabela 4.12).

A repercussão das alterações no padrão tecnológico da agricultura paranaense sobre a elevação da área cultivada por pessoa, mostra duas tendências opostas localizadas no Estado. A primeira, é a elevação da área cultivada por pessoa concomitante a uma perda de população, o que ocorre no Norte cafeeiro. A segunda, é sua elevação acompanhada de aumento na absorção de mão-de-obra, que é tendência verificada no Oeste (especialmente Campo Mourão e Extremo Oeste). (Tabela 4.13). Na primeira, nada indica que a transformação tecnológica ocorrida tenha atingido a principal cultura da área - o café - e é justamente da erradicação dessa cultura que se libera um grande con-

TABELA 4.11 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A FORÇA UTILIZADA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	1960					1970				
	HUMANA	ANIMAL	MECÂNICA	ANIM. + MEC.	TOTAL	HUMANA	ANIMAL	MECÂNICA	ANIM. + MEC.	TOTAL
268/1 CURITIBA	48,5	50,3	0,4	0,8	100%	20,8	74,6	1,7	2,9	100%
269/2 LITORAL PARANAENSE	96,8	2,1	0,8	0,3	100%	93,2	3,2	3,2	0,4	100%
270/3 ALTO RIBEIRA	99,6	0,3	-	0,1	100%	98,0	1,6	0,3	0,1	100%
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	37,9	61,3	0,4	0,4	100%	21,5	73,2	0,3	5,0	100%
272/5 CAMPOS DA LAPA	35,8	62,8	0,6	0,8	100%	17,5	77,2	1,4	3,9	100%
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	59,3	36,4	1,7	2,6	100%	51,2	39,4	6,8	2,6	100%
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	58,9	39,7	0,7	0,7	100%	48,7	46,6	2,4	2,3	100%
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	40,6	59,0	0,1	0,3	100%	17,8	81,2	0,3	0,7	100%
276/9 COLONIAL DE IRATI	49,6	48,8	0,3	1,3	100%	29,6	66,7	2,5	1,2	100%
277/10 ALTO IVAÍ	77,1	22,6	0,2	0,1	100%	67,8	31,2	0,4	0,6	100%
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	56,1	41,8	0,6	1,5	100%	33,0	63,5	0,5	3,0	100%
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	59,5	33,7	3,3	3,5	100%	22,6	46,9	3,5	27,0	100%
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	51,4	41,2	2,3	5,1	100%	9,5	40,7	9,0	4,8	100%
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	77,7	19,4	1,7	1,2	100%	38,1	47,5	5,5	8,9	100%
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	93,7	5,4	0,6	0,3	100%	42,7	46,0	3,8	7,5	100%
283/16 NORTE NOV. DE PARANAVAÍ	92,2	6,8	0,7	0,3	100%	54,1	41,4	1,7	2,8	100%
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	94,4	4,5	0,7	0,4	100%	73,6	22,2	2,2	2,0	100%
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	97,4	2,2	0,3	0,1	100%	61,0	37,0	0,7	1,3	100%
286/19 CAMPO MOURÃO	97,4	2,1	0,3	0,2	100%	58,4	35,9	2,2	3,5	100%
287/20 PITANGA	90,4	9,4	0,1	0,1	100%	39,1	59,0	0,3	1,6	100%
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	80,1	19,0	0,5	0,4	100%	53,1	27,9	8,6	10,4	100%
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	69,1	30,5	0,3	0,1	100%	29,0	62,7	0,3	8,0	100%
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	60,4	38,8	0,4	0,4	100%	23,0	71,0	0,2	5,8	100%
291/24 MÉDIO IGUAÇU	48,0	51,3	0,4	0,3	100%	36,0	58,6	1,1	4,3	100%
TOTAL	73,0	25,4	0,8	0,8	100%	46,2	45,0	2,9	5,9	100%

FONTE: TABELA A.4 (03)

TABELA 4.12 - PARANÁ: RELAÇÃO ÁREA CULTIVADA POR TRATOR - 1960/1970

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	1960			1970		
	ÁREA CULTIVADA (ha)	Nº TRATORES	ha/CULT. TRATOR	ÁREA CULTIVADA (ha)	Nº TRATORES	ha/CULT. TRATOR
268/1 CURITIBA	142.414	231	616	121.585	615	197
269/2 LITORAL PARANAENSE	16.793	24	699	12.962	85	152
270/3 ALTO RIBEIRA	14.344	2	7.172	16.271	7	2.324
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	11.086	9	1.231	9.639	12	803
272/5 CAMPOS DA LAPA	51.472	86	598	43.938	243	180
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	43.362	370	117	72.409	1.022	70
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	14.359	30	478	31.538	191	165
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	20.335	14	1.452	25.984	33	787
276/9 COLONIAL DE IRATI	229.619	395	581	222.350	829	268
277/10 ALTO IVAÍ	93.055	15	6.203	114.552	124	923
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	142.506	336	424	198.812	587	338
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	340.209	1.130	301	327.065	2.968	110
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	62.309	534	116	52.971	1.206	43
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	519.621	855	607	460.314	3.280	140
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	318.419	218	1.460	300.050	1.603	187
283/16 NORTE NOV. DE PARANAVÁ	278.335	225	1.237	226.037	628	359
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	167.321	212	789	252.099	687	366
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	258.077	143	1.804	502.418	670	749
286/19 CAMPO MOURÃO	196.081	127	1.543	427.211	1.414	302
287/20 PITANGA	67.439	10	6.743	117.022	56	2.089
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	133.433	67	1.991	658.509	1.725	381
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	200.797	79	2.541	393.843	412	955
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	39.100	18	2.172	61.803	46	1.343
291/24 MÉDIO IGUAÇU	80.485	51	1.578	69.225	176	393
<b>TOTAL</b>	<b>3.440.971</b>	<b>5.181</b>	<b>664</b>	<b>4.718.607</b>	<b>18.619</b>	<b>253</b>

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1970 - Tabelas 62,72 - Censo Agrícola, 1960 - 1a. Parte. Tabela 13 - 2a. Parte, tabela 7.

TABELA 4.13 - PARANÁ: ÁREA CULTIVADA\* , PESSOAL OCUPADO E RELAÇÃO ÁREA CULTIVADA POR PESSOA  
1960/70/75.

ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO	1960		1970		1975		ÁREA CULTIVADA P/PESSOA		
	P.O.	Área Cultivada (ha)	P.O.	Área Cultivada (ha)	P.O.	Área Cultivada (ha)	1960	1970	1975
268/1 CURITIBA	73.565	142.414	66.725	121.585	73.226	108.166	1,9	1,8	1,5
269/2 LITORAL PARANAENSE	7.747	16.793	7.237	12.962	9.242	90.724	2,2	1,8	9,8
270/3 ALTO RIBEIRA	6.080	14.344	9.075	16.271	14.484	16.193	2,4	1,8	1,1
271/4 ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	4.798	11.086	7.614	9.639	6.294	9.855	2,3	1,3	1,6
272/5 CAMPOS DA LAPA	17.248	51.472	20.076	43.938	23.094	60.943	3,0	2,2	2,6
273/6 CAMPOS DE PONTA GROSSA	20.160	43.362	29.910	72.409	28.759	132.744	2,3	2,4	4,6
274/7 CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	5.688	14.359	13.559	31.538	15.747	51.527	2,5	2,3	3,5
275/8 SÃO MATEUS DO SUL	14.774	20.335	14.018	25.984	20.594	31.071	1,4	1,9	1,5
276/9 COLONIAL DE IRATI	71.469	229.619	85.291	222.350	89.227	276.554	3,2	2,6	3,1
277/10 ALTO IVAÍ	25.131	93.055	60.613	114.552	73.862	159.984	3,7	1,9	2,2
278/11 NORTE VELHO DE W. BRAZ	61.958	142.506	83.274	198.812	94.446	219.402	2,3	2,4	2,3
279/12 NORTE VELHO DE JACAREZINHO	129.486	340.209	101.172	327.065	89.671	307.095	2,6	3,2	3,4
280/13 ALGODOEIRA DO ASSAÍ	25.400	62.309	19.397	52.971	14.787	50.443	2,5	2,7	3,4
281/14 NORTE NOVO DE LONDRINA	177.026	519.621	158.703	460.314	138.986	441.065	2,9	2,9	3,2
282/15 NORTE NOVO DE MARINGÁ	124.655	318.419	103.231	300.050	118.807	309.164	2,6	2,9	2,6
283/16 NORTE NOV. DE PARANAVÁ	89.183	278.155	71.820	226.037	74.106	161.852	3,1	3,1	2,2
284/17 NORTE NOVO DE APUCARANA	61.261	167.321	113.056	252.099	106.504	244.791	2,7	2,2	2,3
285/18 NORTE NOV. DE UMUARAMA	96.252	258.077	230.663	502.418	223.183	435.910	2,7	2,2	2,0
285/19 CAMPO MOURÃO	71.175	196.081	187.149	427.211	178.240	503.275	2,8	2,3	2,9
287/20 PITANGA	22.971	67.439	41.712	117.022	63.651	150.266	2,9	2,8	2,4
288/21 EXTREMO OESTE PARANAENSE	52.254	133.433	309.312	658.509	377.823	1.080.406	2,6	2,1	2,9
289/22 SUDOESTE PARANAENSE	86.100	200.797	197.326	393.843	247.902	535.014	2,3	2,0	2,2
290/23 CAMPOS DE GUARAPUAVA	11.700	39.100	17.806	61.803	21.030	83.393	3,3	3,5	4,0
291/24 MÉDIO IGUAÇU	28.544	80.485	35.672	69.225	37.394	85.396	2,8	1,9	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.284.695</b>	<b>3.440.971</b>	<b>1.981.471</b>	<b>4.718.607</b>	<b>2.141.059</b>	<b>5.545.233</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,6</b>

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - 1a. Parte, tabelas 13 e 16  
 - Censo Agropecuário do Paraná - 1970, tabelas 62 e 69  
 - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - 1975, tabela 15  
 \* Área com cultura permanente e temporária

tingente de mão-de-obra. Na segunda, a transformação tecnológica parece estar vinculada à introdução e extensão da soja em pequenas e médias propriedades numa área de povoamento recente.

A transformação do quadro de baixo desenvolvimento tecnológico da agricultura paranaense não parece estar vinculada, diretamente, à existência e difusão do trabalho volante no Estado. A utilização dessa forma de trabalho assalariado é dominante na cultura do café, mas utilizada tanto na soja quanto na conservação de pastagem. Com níveis diferenciais de incorporação de tecnologia, a presença do volante nestas atividades impede de se atribuir a ela a responsabilidade pelo estabelecimento de certas relações sociais entre os agentes da produção.

O que vem ocorrendo no Paraná é que, ao incremento no nível tecnológico da agricultura, corresponde um aumento na concentração da terra. Isto resulta tanto das necessidades técnicas das culturas mecanizadas quanto da valorização do solo que leva à incorporação, ao cultivo dominante, de áreas antes dedicadas a culturas secundárias, na forma de parceria ou pequeno arrendamento.

Nesse caso, a mecanização resulta num efeito liberador de mão-de-obra, já que a população expulsa do campo não encontra contrapartida equivalente no volume de novos empregos agrícolas. O desenvolvimento das culturas mecanizadas ao mesmo tempo que reforça um crescente contingente populacional "sobrante", gera um volume reduzido de trabalho temporário. A realização desse trabalho temporário na forma assalariada volante não consiste numa implicação necessária da mecanização propriamente dita.

Além disso, a difusão de culturas mecanizadas no Estado, a partir de estímulos de mercado e institucionais, tem significado a incorporação de grandes áreas contíguas acarretando uma "especialização" produtiva muito próxima à monocultura. O despovoamento conseqüente resulta, mais uma vez, no reforço a uma população que, mal sobrevivendo nas áreas urbanas, dispõe-se a vender sua força de trabalho por qualquer preço e em qualquer condição, no campo ou na cidade.

**SEGUNDA PARTE:**

**EXISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DO TRABALHO VOLANTE NO PA-  
RANÁ**

## 5 - O USO DE TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

A análise dos dados secundários, realizada na primeira parte deste estudo, mostrou que uma parcela significativa da população ocupada no Estado, é constituída por empregados temporários.

Das inúmeras relações de trabalho que são englobadas nesta categoria (pequenos proprietários, parceiros, arrendatários) encontra-se o objeto desse estudo, o trabalhador assalariado volante.

Assim, quantificar o volume de trabalhadores volantes utilizados na agropecuária paranaense não é fácil, considerando que é um contingente com alto grau de mobilidade espacial.

É importante notar ainda que as flutuações sazonais do trabalho volante dificultam estimar seu número. Dependendo da época do ano seu número atinge um "máximo" (em geral, na carpa e colheita) e, em outra, atinge um "mínimo".

Segundo a última estimativa realizada pela FETAEP e publicada há um mês, haveria 550970 trabalhadores volantes no Estado. Pode-se contudo, lembrar que em virtude da atual es-

tiagem esse número tenha se elevado.

O objetivo do presente estudo não é fazer uma estimativa do volume desses trabalhadores, mas principalmente estabelecer alguma relação entre a utilização desse trabalhador e características estruturais dos imóveis, tais como: área cultivada (indicando o âmbito do empreendimento), culturas predominantes, tecnologia empregada, etc..

Em vista disto, investigou-se 491 imóveis rurais no Norte e Noroeste do Estado.<sup>1</sup>

Na verdade, inúmeros obstáculos impediram a realização desse objetivo, sendo um dos maiores a época da coleta de dados que ocorreu entre 20 de julho e 15 de agosto de 1977.

Neste período as atividades rurais principais na região em estudo eram a colheita da cana-de-açúcar e do café, estando o trigo em fase de crescimento e, portanto, sujeito a tratamentos culturais como aplicação de defensivos.

Em meados de agosto, inicia-se o preparo do solo para algumas culturas que são plantadas em setembro/outubro como o feijão, o arroz e o milho.

---

1

A amostra utilizada foi a mesma definida pelo SERPRO para todo o País (Convênio INCRA/SERPRO) considerando-se apenas os municípios selecionados para o presente estudo e excluindo-se os imóveis com área total inferior a 5 ha. Ver: AMOSTRAGEM - ANEXO METODOLÓGICO.

Tendo em vista esse quadro, compreende-se que nos municípios onde ocorria a colheita da cana-de-açúcar e café, o emprego do volante deveria ser maior que nos outros onde não se cultivava esse produto. Além disso, a cana-de-açúcar está limitada a alguns municípios da amostra, e o café que restou da geada de 75 era muito pouco o que explica o uso de trabalhadores volantes relativamente menor que o esperado.<sup>2</sup>

Os municípios onde não se constatou a presença de volantes, através dos dados da pesquisa foram: Cruzeiro d'Oeste, Formosa, Maringá, Nova Esperança e Porecatu.

Com relação a esse último município, sua inclusão na amostra, deveu-se a informações locais que o indicavam como grande absorvedor de mão-de-obra volante. No entanto, das 6 entrevistas que deveriam ter-se realizado no município, 4 eram com Usinas de cana-de-açúcar e que não foram completadas devido à recusa ou obstáculos internos na prestação de informações.

Tinha-se conhecimento, por exemplo, da existência de "frentes de trabalho", constituídas por volantes que percorrem as várias fazendas das usinas, mas não se conseguiu informação acerca delas.

Supunha-se ainda que outro obstáculo fosse a omissão dos entrevistados em relação à informações sobre o uso de volan-

<sup>2</sup> Haviam decorridos 2 anos após a geada de 75. Os pés plantados ou re-  
cepados depois desse tempo ainda não estão em condições de serem colhidos.  
Como se sabe, a partir do 4º ano, em geral é que se realiza a colheita do  
café.

tes na data da entrevista.

Comparando-se duas informações, localizadas em posições diferentes no formulário, o número de imóveis que declarou ter volantes no quadro de pessoal ocupado e os que responderam afirmativamente à questão: "utiliza volante na data da entrevista?" chega-se a conclusão que realmente os imóveis em sua grande maioria não utilizavam volante na data da entrevista.

Diante dessas ressalvas, portanto, a análise dos dados a seguir deve ser tomada, apenas, como uma etapa exploratória na investigação do fenômeno do trabalho volante a partir do empreendimento agrícola que o utiliza.

A área total dos imóveis foi considerada a variável básica, através da qual elaborou-se os estratos cuja composição é descrita abaixo:

Estratos (ha)	nº de imóveis
5 a 9	59
10 a 14	117
15 a 24	135
25 a 49	58
50 a 99	39
100 a 999	36
1000 e mais	39
TOTAL	491

A tabela 5(01) mostra o volume de pessoal ocupado na data da entrevista, relacionado com local de moradia e segundo o estrato de área dos imóveis.

TABELA 5.01 - PESSOAL OCUPADO NA DATA DA ENTREVISTA, SEGUNDO CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO, LOCAL DE MORADIA E ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

Ocupação Atual	Área Atual (HA)	Local de Moradia	0005 - 0009				0010 - 0014				0015 - 0024				0025 - 0049				0050 - 0099				0100 - 0999				1000 E MAIS				NÃO ESPECIFICADO		
			Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total	Fazenda	Cidade Vila	Não Especificado	Total			
Pessoal Administrativo	1	1	-	2	4	1	1	6	22	2	-	24	6	1	-	7	11	1	1	13	20	1	-	21	91	5	-	96	-	-	-		
Operador de Máquina	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	1	10	6	5	-	11	14	6	1	21	29	2	-	31	172	2	-	174	1	-	1		
Parceiro	8	3	5	16	30	2	3	35	48	4	2	54	38	3	1	42	28	-	-	28	49	-	2	51	93	3	-	96	-	-	-		
Assalariado Permanente	2	2	-	4	23	3	1	27	80	1	-	81	47	-	-	47	62	5	-	67	127	-	-	127	866	-	126	992	-	5	5		
Assalariado Temporário	5	13	14	32	-	11	10	21	8	67	4	79	1	23	2	26	-	44	-	44	17	41	-	58	157	303	5	465	-	-	-		
Assalariado Almojado na Fazenda	5	-	-	5	3	-	-	3	25	-	-	25	18	-	-	18	31	-	-	31	20	-	2	22	124	-	-	124	-	-	-		
Pequeno Proprietário - Vizinho	-	-	4	4	-	-	4	4	6	-	7	13	11	-	1	12	4	-	2	6	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-			
Outro	3	1	-	4	1	-	-	1	6	-	-	6	10	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	14	6	-	20	-	-	-			
TOTAL	24	20	23	67	61	17	19	97	200	78	14	292	137	32	4	173	150	56	4	210	263	44	4	311	1.517	319	131	1.967	1	5	6		

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Quando se especifica o número de trabalhadores volantes, refere-se ao número de trabalhadores assalariados temporários que residem na cidade e em local não especificado, excluindo apenas os que residem na fazenda.

A predominância de trabalhadores assalariados temporários ocorre no 1º estrato (de 5 a 9 ha), onde 32 (em 67) são temporários, seguidos de 16 parceiros.

Desses 32 assalariados temporários, 27 podem ser considerados volantes. Considerando que apenas 7 (dos 59) imóveis deste estrato de área afirmaram ter utilizado o trabalhador rural volante na data da entrevista, chega-se a média de 4 volantes por imóvel. (Tabela Anexa A.5(01)).

Dentre esses imóveis, as culturas que mais utilizam esse tipo de trabalhador são: feijão, café, soja, arroz e milho. (Tabela Anexa A.5(02)).

A parceria ocorre principalmente entre essas mesmas culturas, porém em baixa proporção. (Tabela Anexa A.5(03)).

Em relação ao trabalho familiar, 25 (dos 59) imóveis deste estrato têm 1 a 2 membros da família ocupados no imóvel e 12 têm de 3 a mais membros. Todavia, 22 imóveis não têm ninguém da família ocupado no imóvel. (Tabela 5.02).

TABELA: 5.02 - Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA OCUPADOS DO IMÓVEL  
SEGUNDO ÁREA TOTAL.

ÁREA TOTAL (HA) \ Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA OCUPADOS	NENHUM	01-02	3 E MAIS	NÃO ESPE- CIFICADO	TOTAL
5 a 9	22	25	12	-	59
10 a 14	33	37	47	-	117
15 a 24	53	35	47	-	135
25 a 49	25	18	15	-	58
50 a 99	16	14	9	-	39
100 a 999	20	11	5	-	36
mais de 1000	30	6	2	1	39
Não especifi- cado	1	5	2	-	8
TOTAL	200	151	139	1	491

FONTE: Pesquisa de campo.

Para os demais estratos, o quadro do Pessoal Ocupado pode ser resumido como se segue:

1) O trabalho assalariado temporário aparece em todos os estratos de área da amostra, o que indica o "modelo" que assume e se difunde, no Estado, o capitalismo no campo, no que se refere às relações de trabalho.

Nos estratos maiores, a fração desse tipo de trabalhador é mais significativa; nos estratos menores ela aparece complementando o trabalho familiar.

2) O trabalho assalariado permanente cresce à medida que cresce o assalariado temporário e decresce o trabalho familiar. Há ainda a acrescentar o fato de ocorrer, na maioria dos estratos, uma parcela significativa de trabalhadores na categoria de operador de máquinas e pessoal administrativo. Esses constituem a mão-de-obra "especializada" ou "qualificada".

3) Como parte de mão-de-obra ocupada, encontra-se parceiros em todos os tamanhos de imóveis. Eles podem representar uma substituição do trabalho assalariado permanente, na medida em que incorporam o trabalho gratuito dos membros da família.

No estrato de 25 a 49 ha, encontram-se 42 parceiros e é onde se acha a maior proporção de imóveis que cultivam café. Pode-se supor que grande número dos parceiros sejam com o café visto que, depois da geada de 75, muitos entregaram seu cafezal ao parceiro como forma de diminuir o "risco".

Chama a atenção a área dada em parceria. Nos estratos até 25 ha esta é predominantemente de 50% para mais da área total dos imóveis. À medida que aumenta o tamanho do imóvel a porcentagem da área dada em parceria é bem menor, assim como o número de imóveis que utilizam essa categoria de trabalhador. Donde se infere que a parceria é uma forma complementar de exploração do imóvel nos maiores empreendimentos, mas continua sendo dominante nos menores.

A tabela 5.03 mostra que os imóveis até 100 ha, utilizam a maior parte de sua área total com alguma cultura permanente ou temporária, enquanto no estrato de 1000 ha e mais, apa

TABELA: 5.03 - PERCENTUAL DA ÁREA CULTIVADA, SEGUNDO ÁREA TOTAL.

Área Total (ha) \ Área Cultivada em % da Área Total	0	%	1 a menos de 50	%	50 a menos de 70	%	70 a menos de 100	%	TOTAL	%
5 a menos de 9	2	3,4	2	3,4	4	6,8	51	86,4	59	100,0
10 a menos de 14	7	6,0	5	4,3	24	20,5	81	69,2	117	100,0
15 a menos de 24	6	4,5	23	17,0	20	14,8	86	63,7	135	100,0
25 a menos de 49	2	3,5	9	15,5	18	31,0	29	50,0	58	100,0
50 a menos de 99	4	-	7	-	3	-	25	-	39	-
100 a menos de 999	6	-	9	-	4	-	17	-	36	-
1000 e +	13	-	20	-	4	-	2	-	39	-
TOTAL	40	8,3	75	15,5	77	15,9	211	60,3	483	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

OBS. Total inferior a 491

recem 13 (dos 39) imóveis sem qualquer área cultivada.

Nos imóveis com área inferior a 100 ha, o produto mais cultivado é o café, ressaltando que no estrato de 25 a 49 ha, 42 (dos 58) cultivam esse produto.

No estrato de 100 a 999 ha, dos 36 imóveis, 14 têm como atividade dominante a pecuária, 12 a cultura do feijão e 10 milho e café.

No estrato de 1000 ha e mais, dos 39 imóveis, 16 se dedicam ao cultivo do café e pecuária, 12 ao feijão e arroz e 10 ao trigo e soja.

A tabela 5.04 mostra o total da área cultivada com cada cultura e a participação relativa de cada uma das culturas (café, soja, trigo, arroz, milho e feijão) nesse total.

Nos estratos menores, de 5 a 25 ha, a predominância em área cultivada é com café, soja, feijão e milho. Convém lembrar que essas culturas, feijão, milho e até soja, podem ser intercalares com o café. Nesse sentido a tabela 5.04 mostra uma certa equivalência em área com café e soja (no estrato de 10 a 14 ha).

À medida que aumenta o tamanho do imóvel, o destaque é para a soja, seguido de café ou trigo. Chama a atenção, o estrato de 100 a 999 ha, onde 83% da área total cultivada com as principais culturas são com soja e trigo.

TABELA: 5.04 - ÁREA TOTAL CULTIVADA POR CULTURA, SEGUNDO ÁREA TOTAL

CULTURAS	5 a 9		10 a 14		15 a 24		25 - 49		50 - 99		100 - 999		1000 E MAIS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Café	115	24,3	392	23,7	517	21,6	556,5	29,2	630	26,9	606,5	6,0	5.726,5	24,6	8.543,5	20,3
Soja	94	19,8	392	23,7	628,5	26,3	581	30,5	734	31,4	4.337,5	42,9	6.046,5	26,0	12.813,5	30,4
Trigo	56	11,8	231	13,9	320,5	13,4	353	18,5	519	22,2	4.069,5	40,3	5.094,5	21,9	10.643,5	25,3
Arroz	55	11,6	134	8,1	231,5	9,7	100,5	5,3	102	4,4	120,5	1,2	1.136,5	4,9	1.880,0	4,5
Milho	59	12,4	259	15,6	346	14,5	207	10,9	221,5	9,5	739	7,3	4.113,5	17,7	5.945,0	14,1
Feijão	95	20,0	248	15,0	346,5	14,5	107,5	5,6	132,5	5,7	234	2,3	112,5	4,8	2.288,5	5,4
Totais	474	100,0	1.656	100,0	2.390	100,0	1.905,5	100,0	2.339	100,0	10.107	100,0	23.242,5	100,0	42.114,0	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

No último estrato (de 1000 ha e mais), concentram-se também as maiores áreas com pastagens já que 15 (dos 39) imóveis têm acima de 70% da sua área total com pastagens. (Tabela 5.05).

Esses dados podem ser tomados como uma manifestação do processo de substituição de culturas por pastagens, que tem ocorrido no Estado, especialmente a partir dos programas de erradicação do café, na década de 60.

Dos imóveis que utilizavam máquinas ou implementos ocorreu predominância nas atividades; "Preparo do solo" e "Plantio".<sup>3</sup> Esse dado pode ser atribuído, pelo menos em parte, à época da coleta de dados. A predominância no uso de máquinas para ambas as atividades ocorreu em todos os estratos variando o número de imóveis a utilizar essa mecanização. (Tabela 5.06). Até 25 ha, não chegou a 50% a proporção dos imóveis que empregam alguma forma de mecanização.

Nos estratos maiores, como era de se esperar, maior número de imóveis utilizam alguma forma de mecanização, indicando terem um número maior de atividades agrícolas mecanizadas.

---

<sup>3</sup> Para se analisar o nível de mecanização construiu-se o índice com base em informações obtidas no imóvel, referentes ao uso de máquinas ou implementos, na data da entrevista. Não se levou em consideração se eram máquinas próprias ou alugadas e nem o número utilizado. Interessava saber, quais as atividades que o imóvel mecanizava.

As atividades principais e seus respectivos índices eram as seguintes: Preparo do solo (1); plantio (2); aplicação de defensivos (4); carpa (8); colheita (16); processamento (32); transporte (33). Se o imóvel mecanizava (1) e (2), recebia um valor (3). Se mecanizava (1) e (4), recebia um valor (5), e assim por diante.

TABELA: 5.05 - PERCENTUAL DA ÁREA TOTAL EM RELAÇÃO A ÁREA COM PASTAGEM, SEGUNDO ÁREA TOTAL.

ÁREA COM PASTAGEM ÁREA TOTAL (HA)	0	%	1 - 10	%	10 - 20	%	20 - 30	%	30 - 50	%	50 - 70	%	70 MAIS	%	TOTAL	
5 a - 9	23	38,9	-	-	24	40,7	7	11,9	2	3,4	1	1,7	2	3,4	59	100,0
10 a - 14	29	24,8	22	18,8	27	23,1	6	5,1	19	16,2	6	5,1	8	6,8	117	99,9
15 a - 24	32	23,7	20	14,8	19	14,1	27	20,0	13	9,6	16	11,9	8	5,9	135	100,0
25 a - 49	13	22,4	10	17,2	11	19,0	10	17,2	6	10,3	4	7,0	4	6,9	58	100,0
50 a - 99	9	-	10	-	6	-	-	-	3	-	5	-	6	-	39	-
100 a - 999	6	-	9	-	5	-	2	-	2	-	1	-	11	-	36	-
1000 E MAIS	1	-	1	-	3	-	1	-	9	-	9	-	15	-	39	-
TOTAL	113	23,4	72	14,9	95	19,6	53	11,0	54	11,2	42	8,7	54	11,2	483	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

OBS: Total inferior a 491

TABELA: 5.06 - ÍNDICE DE MECANIZAÇÃO, SEGUNDO ÁREA TOTAL (ha)

ÍNDICE DE MECANIZAÇÃO \ ÁREA TOTAL (HA)	5 a 9	10 a 14	15 a 24	25 a 49	50 a 99	100 a 999	MAIS DE 1.000	NÃO ESPECIFICADO	TOTAL
Preparo do Solo	12	29	36	12	9	10	19	2	129
Preparo do Solo mais Plantio	2	20	15	11	3	4	1	1	57
Preparo do Solo mais Aplicação de Defensivos	1	-	3	3	2	4	1	-	14
Preparo do Solo mais Plantio mais Aplicação de Defensivos	1	3	7	2	5	6	5	-	29
Preparo do Solo mais Plantio Mais Colheita	2	-	-	1	1	1	2	-	7
Outros	3	4	5	6	4	5	7	-	34
Total (a)	21	56	66	35	24	30	35	3	270
Nº Total Imóveis (b)	59	117	135	58	39	36	39	8	491
(a) / (b)	35,6%	47,9%	48,9%	60,3%	61,5%	83,3%	89,7%	37,5	55,0%

FONTE: Pesquisa de Campo.

A tabela 5.07 mostra quantos dos imóveis amostrados pertenciam a proprietários de outros imóveis, o que poderia explicar o nível de mecanização daqueles classificados nos menores estratos de área da amostra.

Convém salientar que não só pela época da pesquisa de campo, encontra-se um predomínio de mecanização para as atividades de "Preparo do solo" e "Plantio". Isto ocorre, porque essas são as duas práticas do processo produtivo totalmente mecanizáveis, ao nível de desenvolvimento tecnológico atingido pela agricultura no Estado.

A aplicação de defensivos, também mecanizada, libera maior volume de mão-de-obra do que quando se utiliza a carpa manual, mas na região investigada, a carpa ainda absorve grande número de trabalhadores volantes.

Outra prática agrícola demandante de mão-de-obra é a colheita. Porém, com exceção da soja e do trigo, que têm colheitadeiras mecânicas, nas outras culturas como café e cana-de-açúcar a colheita ainda é manual.

Sendo assim, a mão-de-obra necessária nos imóveis rurais se reduz nas atividades de plantio e tratamentos culturais e, aumenta na colheita. Esse fato contribui para elevar a sazonalidade da oferta de trabalho rural sem, no entanto, explicar sua realização sob a forma do trabalho assalariado volante.

TABELA: 5.07 - ÁREA MÉDIA OUTRAS PROPRIEDADES - SEGUNDO A ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS

ÁREA TOTAL (ha) \ ÁREA MÉDIA - OUTRAS - (ha)	5 a 9	10 a 14	15 a 24	25 a 49	50 a 99	100 a 999	1.000 E MAIS	NÃO ESPECIFICADO	TOTAL
0	45	73	74	34	14	18	12	4	274
5 a menos de 25	10	33	33	9	4	2	-	3	94
25 a menos de 100	1	4	19	8	11	4	1	-	48
100 a 1.000 e Mais	1	5	7	6	9	12	21	1	62
Não Especificado	2	2	2	1	1	-	5	-	13
TOTAL	59	117	135	58	39	36	39	8	491

FONTE: Pesquisa de Campo

## 6 - TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E O TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE

### 6.1 - OPORTUNIDADES DE TRABALHO E MOBILIDADE ESPACIAL

A estrutura de produção no campo paranaense, dentro da qual têm sido mobilizados grandes contingentes de mão-de-obra, vem se tornando cada vez mais nitidamente capitalista. Isto se manifesta, não apenas pela crescente dependência da agricultura em relação a insumos industriais mas, principalmente, pelas alterações nas relações de trabalho, de tal forma que o assalariamento torna-se a relação dominante sendo, inclusive, a condição de ex-pequenos proprietários, ex-posseiros, ex-arrendatários, ex-colonos e ex-parceiros.

A população investigada revela, através de seu perfil migratório, as alterações em suas relações de trabalho que, ao interferirem sobre as oportunidades ocupacionais, determinam seu deslocamento espacial. Essas pessoas, sem dúvida, fazem parte dos grandes contingentes mobilizados pela transformação da organização de produção agrícola, e o que se trata aqui são as características desse movimento.

A evidência mais geral, identificada através dos dados empíricos, é o quadro de sucessivas tentativas dessa popula-

ção por ligar-se de modo mais estável ao sistema de produção agrícola, sob as várias formas de ocupação já conhecidas, pela posse da terra, por arrendamento, parceria ou, ainda, através de colonato.

A história ocupacional da população investigada (chefes de família de trabalhadores volantes) demonstra um processo de expropriação progressivo e recorrente, durante o qual chega a ter acesso temporário aos meios de produção até um momento em que, definitivamente, toda ela torna-se mão-de-obra simplesmente assalariada. A esse processo corresponde a desvinculação do trabalhador agrícola de formas de ocupação mais estáveis, o que é acompanhado de seu deslocamento espacial.

#### 6.1.1 - Mobilidade Intermunicipal<sup>1</sup>

O processo de mobilidade espacial é descrito aqui, segundo seus dois grandes momentos, isto é, a nível interestadual e intermunicipal.

O movimento espacial que antecede a chegada ao Paraná e os deslocamentos que se verificam dentro do Estado são descritos através de um esquema geral que distingue o ponto de partida e a trajetória dos migrantes.

---

<sup>1</sup>Os dados foram obtidos através de amostra de 1104 domicílios onde residiam volantes, aplicada a 22 municípios do Norte e Oeste do Paraná (ver Volume II - Anexo Metodológico). A pesquisa realizou-se entre 24/07 e 15/08 de 1977.

Os dados trabalhados neste item referem-se aos chefes de famílias de volantes.

A população investigada é composta por dois grupos no que diz respeito à experiência migratória interestadual: um grupo de 188 pessoas naturais do Paraná das quais apenas 11 sofreram mobilidade interestadual; o outro, composto por 916 pessoas naturais de quase todos os Estados do Brasil.

Assim, tem-se 32% da população investigada de naturalidade mineira, 26% de São Paulo e 20% são dos Estados do Nordeste, principalmente da Bahia (9%).

TABELA: 6.01 - Nº DE PESSOAS SEGUNDO OS ESTADOS E REGIÃO DE NATURALIDADE.

ESTADO E REGIÃO DE NATURALIDADE	Nº DE PESSOAS
Minas Gerais	358
São Paulo	285
Nordeste	226
Paraná	188
Outros Estados	46
TOTAL	1.104

FONTE: Pesquisa de Campo.

O montante de pessoas que viveu experiência migratória interestadual distribui-se, segundo o número de etapas que apresenta essa experiência, como se observa na tabela a seguir.

TABELA:6.03 - NÚMERO DE PESSOAS SEGUNDO O ÚLTIMO LOCAL DE RESIDÊNCIA EM CADA ETAPA DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL.

ÚLTIMO LOCAL DE RESIDÊNCIA	NÚMERO DE ETAPAS				TOTAL
	UMA	DUAS	TRÊS	QUATRO	
RURAL	544	-	-	-	544
URBANO	82	-	-	-	82
RURAL-RURAL	-	173	-	-	173
RURAL-URBANO	-	18	-	-	18
URBANO-URBANO	-	20	-	-	20
URBANO-RURAL	-	29	-	-	29
RURAL-RURAL-RURAL	-	-	26	-	26
RURAL-RURAL-URBANO	-	-	2	-	2
RURAL-URBANO-URBANO	-	-	3	-	3
RURAL-URBANO-RURAL	-	-	4	-	4
URBANO-URBANO-URBANO	-	-	3	-	3
URBANO-URBANO-RURAL	-	-	1	-	1
URBANO-RURAL-URBANO	-	-	1	-	1
URBANO-RURAL-RURAL	-	-	3	-	3
RURAL-RURAL-RURAL-RURAL	-	-	-	3	3
RURAL-RURAL-RURAL-URBANO	-	-	-	1	1
URBANO-URBANO-URBANO-URBANO	-	-	-	1	1
URBANO-URBANO-URBANO-RURAL	-	-	-	1	1
URBANO-RURAL-URBANO-RURAL	-	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>626</b>	<b>240</b>	<b>43</b>	<b>7</b>	<b>916</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA: 6.02 - NÚMERO DE PESSOAS SEGUNDO O ESTADO E REGIÃO DE NATURALIDADE E O NÚMERO DE ETAPAS DE SUA MOBILIDADE INTERESTADUAL.

ESTADOS E REGIÃO DE NATURALIDADE	NÚMERO DE ETAPAS					TOTAL DE PESSOAS
	Nenhuma	Uma	Duas	De três a quatro	Não Especificam	
Minas Gerais	-	235	100	20	3	358
São Paulo	-	260	10	10	5	285
Nordeste	-	96	109	18	3	226
Paraná	177	-	11	-	-	188
Outros Estados	-	30	14	3	-	46
TOTAL	177	621	244	51	11	1.104

FONTE: Pesquisa de Campo.

Assim, tem-se 56% de migrantes que vieram diretamente para o Paraná, a partir de seus Estados de naturalidade.

O grupo de pessoas que realizou migração em duas etapas representa 22% da população total. Destas pessoas, 83% seguiram um mesmo padrão de trajetória, ou seja, vieram de seus Estados de naturalidade para São Paulo e de São Paulo para o Paraná.

Pelo que se observa nos dados da tabela 6.03, das 916 pessoas já referidas, 93% residiam na zona rural de seus Estados de naturalidade. No caso das pessoas que efetuaram migração interestadual com mais de uma etapa, verifica-se o predomínio do movimento rural-rural.

No que diz respeito aos Estados de onde procederam as 916 pessoas, São Paulo representa 54%, Minas Gerais 27%, a re-

gião Nordeste 11% e outros Estados apenas 6%.

TABELA: 6.04 - NÚMERO DE PESSOAS SEGUNDO OS ESTADOS E REGIÃO DE PROCEDÊNCIA

ESTADOS E REGIÃO DE PROCEDÊNCIA	Nº DE PESSOAS
SÃO PAULO	500
MINAS GERAIS	256
NORDESTE	103
OUTROS ESTADOS	57
TOTAL	916

FONTE: Pesquisa de Campo.

Tomando-se os dados de local de procedência e época de chegada no Paraná, verifica-se que os períodos de maior afluxo foram os anteriores à década de 60, tanto para os que vieram da zona rural, como para os procedentes de zona urbana.

TABELA: 6.05 - NÚMERO DE PESSOAS PROCEDENTES DE ZONA RURAL SEGUNDO O PERÍODO DE CHEGADA NO PARANÁ

ESTADOS E REGIÃO DE PROCEDÊNCIA	Ate 1949	De 1950 a 1959	De 1960 De 1964	De 1965 De 1969	De 1970 a 1977	TOTAL
SÃO PAULO	140	151	67	36	15	409
MINAS GERAIS	80	80	47	22	8	237
NORDESTE	17	40	15	5	9	86
OUTROS ESTADOS	7	20	8	6	2	43
TOTAL	244	291	137	69	34	775

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA: 6.06 - NÚMERO DE PESSOAS PROCEDENTES DE ZONA URBANA SEGUNDO O PERÍODO DE CHEGADA NO PARANÁ

ESTADOS E REGIÃO DE PROCEDÊNCIA	Até 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1964	De 1965 a 1969	De 1970 a 1977	TOTAL
SÃO PAULO	33	24	11	6	4	78
MINAS GERAIS	4	4	5	2	2	17
NORDESTE	3	5	7	2	2	19
OUTROS ESTADOS	5	3	-	2	4	14
TOTAL	45	36	23	12	12	128

FONTE: Pesquisa de Campo.

A manipulação dos dados relativos a mobilidade interestadual das pessoas em questão, remete ao papel do Paraná como frente de trabalho agrícola, que teve seu auge, nos anos de 30 a 60, época em que o café se introduziu e expandiu em toda região Norte do Estado. A população que se investiga é, portanto, sobrevivente das grandes levas que vieram atuar na colonização do norte paranaense, uma vez que, 70% dela, chega ao Estado até o ano de 1960.

#### 6.1.2 - Mobilidade Intermunicipal

Os dados relativos à migração intermunicipal<sup>2</sup>, revelam o intenso movimento a que esteve submetida a população investi-

<sup>2</sup>Com vistas a facilitar a manipulação dos dados, procedeu-se à agregação dos municípios de entrevista segundo as suas respectivas Microrregiões:

NORTE VELHO DE JACAREZINHO (279) - Andirá, Bandeirantes, Cambará, Jacarezinho e Santo Antonio da Platina.

NORTE NOVO DE LONDRINA (281) - Arapongas, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Centenário do Sul e Londrina.

NORTE NOVO DE MARINGÁ (282) - Maringá

gada. Cerca de 779 pessoas das 1.104, apresentaram algum movimento dentro do Estado e apenas 325 permaneceram nos municípios onde foram entrevistadas. Isso não implica que não tenham efetuado movimentos internos nos municípios em que se encontram, seja de caráter urbano-rural ou rural-urbano.

Fundamentalmente, as pessoas que chegaram ao Paraná, vindas de outros Estados, tiveram como destino as microrregiões do Norte Velho de Jacarezinho e Norte Novo de Londrina. (Tabela A.6.(01)).

As 779 pessoas que efetuaram mudanças dentro do Estado, apresentam-se distribuídas segundo o número de etapas que teve sua trajetória.

A característica básica dessa mobilidade é, segundo apontam os dados, ter ocorrido entre os municípios das próprias regiões do Norte Velho, Novo e Novíssimo, Campo Mourão e Extremo Oeste Paranaense. Registrando-se casos esparsos entre outros municípios e os das referidas regiões.

---

NORTE NOVO DE PARANAÍ(283)	- Paranavaí e Nova Esperança
NORTE NOVO DE APUCARANA(284)	- Apucarana
NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA(285)	- Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Iporã e Umuarama
CAMPO MOURÃO (286)	- Campo Mourão e Goio-Erê
EXTREMO OESTE PARANAENSE(288)	- Assis Chateaubriand e Formosa.

TABELA: 6.07 - NÚMERO DE PESSOAS SEGUNDO AS ETAPAS DE MIGRAÇÃO INTERMUNICIPAL POR MICRORREGIÃO DE ENTREVISTA.

MRH DE ENTREVISTA	NÚMERO DE ETAPAS DA MIGRAÇÃO				TOTAL
	NENHUMA	UMA	DUAS	DE TRÊS A CINCO	
NORTE VELHO DE JACAREZINHO (279)	100	50	52	44	246
NORTE NOVO DE LONDRINA (281)	104	89	51	56	300
NORTE NOVO DE MARINGÁ (282)	12	10	13	25	60
NORTE NOVO DE PARANAVATÍ (283)	30	26	17	18	91
NORTE NOVO DE APUCARANA (284)	13	8	10	12	43
NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA (285)	37	43	44	50	174
CAMPO MOURÃO (286)	20	25	16	20	81
EXTREMO-OESTE PARANAENSE (288)	9	18	18	31	76
TOTAL	325	269	221	256	1.071*

FONTE: Pesquisa de Campo

\* 33 pessoas não especificaram o nº de mudanças.

Dada a variedade de combinações de mudanças entre municípios, houve grande dificuldade em precisar exatamente o padrão da mobilidade intermunicipal. Por isso, descreve-se somente o movimento de procedência para os municípios de entrevista.

Nesse aspecto, tem-se dois comportamentos básicos: um, que revela ser mais acentuado o fluxo entre municípios da própria microrregião onde se localizam os de entrevista, do que o fluxo procedente das demais microrregiões. É o caso típico do movimento de afluxo, em Jacarezinho, Londrina e Paranavaí. E outro, que revela um fluxo de procedência externo às microrregiões de entrevista, mais numeroso que o que se deu internamente a elas; movimento este comum às microrregiões de Maringá, Apucarana, Umuarama, Campo Mourão e Extremo-Oeste Paranaense. (Tabela A.6.(02)).

Em todo movimento migratório interno ao Paraná, a procedência rural é a dominante, já que atinge 87% dos chefes de família de volantes que apresentaram esse tipo de deslocamento.

Observando-se os dados de época de chegada aos municípios de entrevista, verifica-se que a partir da década de 50, cada período foi igualmente significativo, havendo um certo destaque, no início da década de 70, conforme se vê na tabela a seguir.

TABELA: 6.08 - NÚMERO DE PESSOAS SEGUNDO A ÉPOCA DE CHEGADA AOS MUNICÍPIOS DE ENTREVISTA

ÉPOCA DE CHEGADA AOS MUNICÍPIOS DE ENTREVISTA	Nº DE PESSOAS
Até 1949	38
De 1950 a 1959	131
De 1960 a 1964	99
De 1965 a 1969	129
De 1970 a 1974	190
De 1975 a 1977	119
TOTAL	706*

FONTE: Pesquisa de Campo.

\* 73 pessoas não informaram a época de chegada aos municípios de entrevista.

Se, por um lado, a maior parte da população investigada afluíu para os municípios de entrevista até a década de 60, por outro, um volume que chega a quase metade da população, migrou nos últimos 7 anos.

Os dados relativos à migração intermunicipal mostram que essa população recentemente chegada à área urbana e parte do contingente de trabalhadores volantes, manteve-se no campo às custas de intenso deslocamento. Sua mobilidade espacial reflete as alterações nas oportunidades de trabalho decorrentes da erradicação do café no período de 1962 a 1967, em todo o Norte Velho e Novo do Estado, bem como pelas grandes transformações

que se intensificaram a partir de 1970, com a difusão de culturas altamente mecanizadas, concentração fundiária e aumento de áreas com pastagens.

## 6.2 - ANTECEDENTES SOCIAIS À CONDIÇÃO ASSALARIADA VOLANTE

Tendo sempre como objetivo da investigação a existência e reprodução do trabalho volante, pretende-se, neste item apresentar as condições de vida familiar passada desses trabalhadores no que diz respeito à ocupação produtiva<sup>3</sup>. Para isso a variável utilizada é a última ocupação do chefe da família antes de deixar a zona rural.

A razão de se investigar a condição de ocupação anterior do chefe de família e não necessariamente do volante se justifica por ser aquele, ao menos teoricamente, o principal responsável pela economia familiar e, portanto, pela decisão de migrar em busca de novas alternativas de sobrevivência.

Destaque-se, preliminarmente, que as alterações analisadas a seguir são resultado de transformações mais profundas na economia agrícola do Estado: a erradicação do café, a expansão da soja com padrões tecnológicos dados internacionalmente e o aumento de pastagens. A conseqüente mudança da estrutura fundiária em função da substituição de culturas e mes

---

<sup>3</sup>O total de formulários analisados neste item é 1048. A diferença entre o total pesquisado e este se deve ao fato de que alguns informantes nunca tiveram ocupação na zona rural.

mo da atividade agrícola para pastoril, apresenta uma tendência para a concentração da terra que, aliada à sua decorrente valorização, constituem as principais alterações (mas não as únicas) responsáveis pelas mudanças nas relações de produção no campo paranaense.

A migração interestadual teve grande peso no período 50/60, sendo São Paulo o grande fornecedor de mão-de-obra principalmente para o Norte do Paraná. Atualmente, esse processo migratório já não representa um dado significativo para a análise populacional do Estado. A grande maioria desta população já tem sua história de vida ocupacional centrada no Paraná - 93,3% teve sua ocupação imediatamente anterior à atual, na agricultura do Estado. (Tabela A.6.(04)).

Os dados sobre época de saída da população pesquisada da zona rural apontam os primeiros anos da década de 70 como o período de maior migração rural-urbana. (Tabela A.6.(05)).

Analisando-se as categorias ocupacionais que constam como última atividade produtiva antes da migração rural-urbana, aparece uma forte concentração de assalariados e, secundariamente, de parceiros.

TABELA 6.09 - ÚLTIMA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA ZONA RURAL

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO ANTERIOR	ABSOLUTO	%
PROPRIETÁRIO	45	4,3
POSSEIRO	9	0,9
ARRENDATÁRIO	23	2,2
PARCEIRO	302	28,8
COLONO	65	6,2
ASSALARIADO RURAL	496	47,3
MEMBROS NÃO REMUNERADOS	106	10,1
NÃO ESPECIFICADO	2	0,2
TOTAL	1.048	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

O assalariamento é a relação de trabalho que prepondera antes do deslocamento dos entrevistados para a área urbana, demonstrando a capitalização crescente do campo. Esse processo de capitalização para se efetivar expulsa a população do campo, estabelecendo relações de trabalho também de assalariamento mas com novas características.

Estas transformações na estrutura produtiva refletem a intensificação da entrada direta do capital no campo o que cria condições de separação do trabalhador dos meios de produção.

A análise da última relação de trabalho antes de ocorrer a migração para a cidade, pode fornecer elementos para que se compreenda melhor o processo recente de transformação destas relações.

Pela tabela 6.09 viu-se que das categorias de trabalho pesquisadas a maior incidência é de trabalhadores assalariados (47,3%). Os dados das tabelas 6.10 e 6.11 a seguir, indicam que destes assalariados, 97,2% seriam contratados por 31 dias e mais, desenvolvendo atividades em culturas permanentes, no caso específico, o café.

TABELA: 6.10

TEMPO CONTÍNUO DE TRABALHO (EM DIAS)	ABSOLUTO	%
2 a 6	6	1,2
7 a 13	2	0,4
14 a 20	5	1,0
31 e +	482	97,2
Não Especificado	1	0,2
TOTAL	496	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA 6.11

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	ABSOLUTO	%
PECUÁRIA	30	4,9
CULTURAS PERMANENTES	322	53,0
CULTURAS TEMPORÁRIAS	127	20,9
CULT.PERM./TEMP.	11	1,8
NÃO ESPECIFICADO	118	19,4
TOTAL	608	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

Este tempo contínuo de trabalho para um mesmo empregador agrícola caracteriza como permanente a relação de emprego.

Isto demonstra que, ainda em 1970, há um contingente significativo de assalariados permanentes, contrariando a tentativa de explicação de que a legislação trabalhista ou, mais particularmente, o Estatuto do Trabalhador Rural, teria sido um dos principais responsáveis pelo surgimento do trabalhador volante.

Este estudo, em seu conjunto, pretende demonstrar que o volante surge como decorrência da crescente capitalização do campo paranaense, o que tem acarretado uma grande valorização da terra. Assim, este meio básico de produção, que anteriormente era cedido ao trabalhador como uma forma de remuneração de sua força-de-trabalho, torna-se suficientemente valorizado para poder ser dispensado da produção para mercado, tornando antieconômicas as formas de trabalho como a parceria, o colonato e similares.

A relação de trabalho típica da cultura cafeeira, pelo menos até a década de 1960, era a do colonato. Neste regime de produção, o trabalhador tinha sua residência na fazenda, recebendo um pedaço de terra para cultivo próprio e uma remuneração fixa ou variável, dependendo da cultura e do tipo de trabalho exigido naquele momento. A terra recebida para o cultivo, normalmente não se constituía de um determinado espaço destinado apenas a esta função, mas, na maioria dos casos, o trabalhador era autorizado a plantar entre as fileiras de café. Dessa forma, ficava o colono sempre preso à fazenda.

Do total da população pesquisada como colono, 73% recebiam remuneração fixa (Tabela 6.12) além de desenvolver uma cultura de subsistência, plantando principalmente feijão, milho e arroz. (Tabela A.6.(06)).

TABELA: 6.12

COMO ERA REMUNERADO	ABSOLUTO	%
QUANTIA FIXA	48	72,7
QUANTIA PAGA POR CULTURA	11	16,7
NÃO ESPECIFI- CADO	7	10,6
TOTAL	66	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

A família do colono, com poucas exceções, tomava parte ativa no processo de produção sem que para isso necessariamente fosse remunerada. Assim é que 67% das famílias pesquisadas não recebiam remuneração de parte do fazendeiro pelos trabalhos prestados.

TABELA: 6.13

MÃO-DE-OBRA FAMILIAR REMUNERADA			USO DE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR		
	ABS.	%		ABS.	%
SIM	13	19,7	SIM	51	77,3
NÃO	44	66,7	NÃO	10	15,1
NÃO ESPE- CIFICADO	9	13,6	NÃO ESPE- CIFICADO	5	7,6
TOTAL	66	100,0	TOTAL	66	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

Além das duas categorias analisadas, encontram-se como última condição de ocupação antes da migração rural-urbana destas famílias, a parceria, o arrendamento, a situação de posseiro e de proprietário. As variáveis que foram levantadas na pesquisa de campo para a configuração destas categorias foram praticamente as mesmas: área cultivada, culturas, mão-de-obra utilizada, destino da produção, uso de empréstimos, adubos e máquinas.

Isso possibilita o trato destas categorias, para efeito de análise, num mesmo conjunto.

Os dados sobre a área cultivada e tipo de cultura expostos nas tabelas A.6 (07), (08), (09), (10), mostram que os arrendatários e parceiros cultivavam especialmente, milho, feijão e arroz numa área média que variava de 5 a 9 ha. O café aparece como uma cultura de certa importância para os parceiros que, para isso, utilizavam uma área pouco maior. 24,5% dos parceiros produtores de café ocupavam uma área de 15 a 24 ha.

Os posseiros concentram-se numa área menor - até 4 ha - também como produtores de milho, feijão e arroz. Já os proprietários, produzindo estas mesmas culturas, utilizavam-se de uma área que variava de 5 a 14 ha.

Não existe uma variação substancial entre estas categorias quanto ao uso e tamanho da área cultivada.

O modo de produzir também não apresenta variações importantes. A grande maioria dos produtores não empregava mão-

-de-obra assalariada nas plantações, utilizando-se, portanto, de sua própria força de trabalho e da sua família para realizar seu empreendimento agrícola. Estes dados podem ser comprovados na tabela abaixo.

TABELA: 6.14

CONDIÇÃO OCUPAÇÃO ANTERIOR	USO DE ASSALARIADOS			TOTAL
	Sim	Não	Não espe- cificado	
PROPRIETÁRIO	8	35	2	45
POSSEIRO	-	9	-	9
ARRENDATÁRIO	2	19	2	23
PARCEIRO	42	251	10	303
TOTAL	52	314	14	380

FONTE: Pesquisa de Campo.

A mão-de-obra familiar tem peso significativo nestas pequenas unidades produtivas, sendo, em grande porte, absorvida por ela, haja visto o pequeno número de pessoas das famílias que se dedicavam a atividades fora desta unidade produtiva (variavam em torno de 32% em cada cultura, segundo tabela A.6.(11)).

A relação área cultivada por trabalhador familiar (tabelas A.6.(12), (13), (14), (15)) aponta que nos menores estratos de área cultivada concentrava-se o maior número de trabalhadores familiares por ha, sendo esta relação válida para todas as categorias. Supõe-se que nos maiores estratos de área, onde esta relação era maior, o fator mecanização seja a variável explicativa.

Na pesquisa realizada, constatou-se a utilização de maquinária no processo produtivo, mas em número reduzido, sendo na categoria de parceiros este fator um pouco mais relevante, especialmente para a cultura do café. (Tabela A.6(16)). Dessa forma, estes dados complementam-se entre si: o uso de maquinário é reduzido, assim como é igualmente reduzido o cultivo de áreas maiores que 10 ha, exceto no caso do café para a categoria de parceiros.

A mesma relação ocorria para o uso de adubos, recaindo sobre os parceiros produtores de café a maior utilização desta prática. (Tabela A.6.(16)).

Além do uso de máquinas e adubos, estava a prática de empréstimos, basicamente bancários, como forma de financiamento da produção. Os proprietários eram os que mais utilizavam empréstimos bancários, enquanto arrendatários e parceiros, além desse tipo de empréstimos contraíam dívidas junto ao proprietário da terra e a comerciantes locais. (Tabela A.6.(18)).

Finalmente, os dados sobre o destino da produção completam este quadro sucinto de caracterização destas categorias ocupacionais anteriores a situação de volante.

A grande maioria destes antigos produtores tinha como objetivo de seu trabalho, ao mesmo tempo, a auto-sustentação e a comercialização do excedente.

Difere, em parte, a situação do parceiro, dado seu vínculo com o proprietário do estabelecimento agrícola que retém

uma parte da produção como forma de pagamento pelo uso da terra. A parte da produção retida pelo proprietário varia de contrato para contrato, mas, principalmente, em função das culturas. Assim, em culturas cujo preço dos produtos era maior e mais estável, como o café, a parte retida pelo proprietário da terra era também maior, variando de 51 a 75% da produção.

Da população pesquisada 51% dos parceiros produtores de café, estabeleciam seus contratos com o proprietário da terra dentro da referida faixa.

A maior participação dos parceiros se dava nas culturas do arroz, feijão e milho, cujos contratos designavam uma retenção por parte do proprietário entre 25 e 50% da produção. (Tabela A.6. (19)).

A parcela da produção do parceiro deveria corresponder às necessidades de reprodução da força de trabalho própria e da família. Portanto, no estabelecimento destas proporções deveriam estar contidas variáveis como o valor dos produtos perante o comércio, o tempo gasto para produzi-lo, o custo da produção etc..

Os dados sobre os arrendatários mostram que o percentual retido pelo proprietário nas culturas de feijão, milho e arroz era menor do que a proporção devida pelo parceiro. O pagamento in natura ao proprietário da terra para a maioria dos

arrendatários não ultrapassava a 25% do total da produção<sup>4</sup>. (Tabela A.6(20)).

A parcela da produção comercializada era pequena em todas as categorias, particularmente a dos arrendatários e parceiros, que tinham grande parte de sua produção comprometida com o dono da terra.

A produção que excedia ao consumo e pagamento pelo uso da terra era geralmente vendida, em todas as categorias, através da rede de comercialização que englobava intermediários, fazendeiros e comerciantes. (Tabela A.6(21)).

Esta relação de comércio mostra a pluralidade de meios utilizados para a retirada da produção de seu local de origem até o mercado consumidor, o que demonstra, de forma indireta, a deteriorização do preço pago ao produtor, face a intermediação entre este e o mercado.

Concluída a análise da última atividade produtiva antes da migração rural-urbana, resta saber a atual situação ocupacional dos chefes de família de volante.

---

<sup>4</sup>Na medida em que esses dados só fazem referência ao pagamento em produto, não é possível tomá-los como pagamento total, pois poderiam estar sendo de forma combinada em dinheiro e produto.

TABELA: 6.15 - CONDIÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR E OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA

Condição Trabalho Anterior	Ocupação Atual	Trabalhador Rural Volante	Outras Ocupações Setor Primário	Ocupações Urbanas	Não Trabalharam	TOTAL
Proprietário		13	4	10	18	45
Posseiro		3	-	2	4	9
Arrendatário		8	1	3	11	23
Parceiro		115	3	71	113	302
Colono		25	1	13	26	65
Assalariado		220	18	73	185	496
Total		384	27	172	357	940

FONTE: Pesquisa de Campo.

Verifica-se pela tabela 6.15 que os assalariados que perderam suas ocupações mais permanentes, ou os que perderam a propriedade ou posse da terra, não foram liberados, em sua maioria, da agricultura. Permaneceram como volantes (41%) e outras atividades do setor primário (3%), ou estão disponíveis, sem trabalho (38%). Mesmo os que se alocaram no setor urbano encontram-se em subsetores como serviços ou comércio ambulante (18%).

Como pode-se perceber na análise precedente, há um predomínio de pessoas que já eram assalariadas como última condição de ocupação na área rural.

Contudo, os elementos disponíveis sobre a remuneração dessa categoria, não permitem qualquer comparação, a este ní-

vel, com a atual relação de trabalho volante.

O único dado que mostra sua diferenciação é a relativa estabilidade que gozavam como assalariados permanentes.

Supondo-se que todas as garantias legais estendidas a esse tipo de trabalhador fossem cumpridas, sua saída do campo deveria ser explicada pela alternativa que se coloca aos proprietários de poderem dispensá-los para, em seguida, recontratá-los sob uma nova forma, na qual as obrigações legais devidas ao trabalhador podem ser escamoteadas, barateando dessa forma, as despesas com a mão-de-obra.

A possibilidade deste tipo de contratação seria dada pela existência de uma massa de mão-de-obra disponível ampliada pela entrada direta de capital na produção agropecuária.

Historicamente, tem-se verificado que os trabalhadores só conseguem fazer valer seus direitos a partir do momento em que estejam suficientemente organizados.

O próprio fenômeno do trabalho volante indica que esse não é o caso da mão-de-obra rural no país. Por isso a hipótese de que esses direitos teriam sido respeitados num momento anterior não parece válida. Donde pode-se concluir que as condições de remuneração dessa mão-de-obra assalariada rural acabam por obrigá-la a migrar para o meio urbano em busca de alternativas de venda da força de trabalho de todos os membros ativos de sua família.

Identificou-se, ainda, entre os chefes de família de volantes, a presença marcante daqueles que tiveram como última relação de trabalho no campo a parceria o pequeno arrendamento e o colonato.

O que parece explicar a funcionalidade que estas categorias representavam para o proprietário da terra eram as condições objetivas a que estavam submetidas e que geravam um valor maior que o custo de sua reprodução. Entretanto, a entrada de capital no campo, particularmente na forma que se dá no Estado através de tecnologias mais sofisticadas e cultivos mais intensivos, geram crescente valorização da terra. Isto faz com que essas formas se tornem gradativamente antieconômicas.

O trabalhador rural volante como substituto de parceiros, pequenos arrendatários e colonos possibilita a apropriação do mesmo ou maior volume de sobretrabalho sem comprometimento de um dos elementos mais caros da produção - a terra.

A permanência de relações como a parceria e o pequeno arrendamento, parece estar ligada, conforme se viu na Primeira Parte deste estudo, à ocupação do território quando o valor da terra ainda permite uma "sociedade" em que os riscos do empreendimento são partilhados.

Preparado o solo e tendo portanto as condições básicas para iniciar a produção propriamente dita, o parceiro ou pequeno arrendatário são dispensados e, muitas vezes, reincorporados sob a forma de volante. Dentro das atuais condições de

produção no meio rural do Paraná estas relações tendem se não a desaparecer, pelo menos a permanecerem confinadas, por curto período, a regiões de ocupação ou "reocupação".

A proporção da categoria de proprietários e posseiros como última ocupação dos chefes de família de volantes é baixa. Isso não indica necessariamente que suas perspectivas de sobrevivência sejam muito diferentes de outros pequenos produtores rurais. Pelo contrário, como se procurou mostrar neste capítulo, os pequenos produtores em geral têm condições de produção similares que garantem a reposição de sua força de trabalho a níveis bastante precários. Por outro lado, a análise da estrutura fundiária do Estado aponta para uma participação tendencialmente em declínio do pequeno estabelecimento rural. A entrada de capital no campo altera as condições de produção que permitiam a reprodução destes pequenos produtores. Impondo níveis tecnológicos mais altos, estrutura de comercialização mais complexa e predomínio de relações assalariadas, acaba por aniquilar uma população que se auto-sustentava com a troca de serviços.

Esses elementos indicam uma tendência a expulsão do pequeno produtor que, sendo proprietário, dispõe ainda de um mínimo de condições econômicas que lhe permitem buscar novas frentes de expansão agrária ou encontrar melhor posicionamento no setor urbano. Fato que não ocorre como regra, já que os dados indicam a presença desses elementos em condições similares à de antigos parceiros, arrendatários ou mesmo assalariados permanentes e participando na composição do contingente de trabalhadores assalariados volantes.

## 7 - A RELAÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE NO PARANÁ

### 7.1 - TRABALHO TEMPORÁRIO E TRABALHO VOLANTE

A utilização de mão-de-obra agrícola sob a forma do trabalho volante não depende, como no caso do assalariamento temporário, da sazonalidade da atividade agrícola. Encarando esta como a disposição, por períodos de tempo, das atividades requeridas por um cultivo determinado, não se pode afirmar que seja "natural". Isto porque a interferência do homem sobre a natureza pode alterar até mesmo o tempo de maturação de um fruto. Dado que o grau de sazonalidade é determinado não só pelas exigências dos tratos culturais, como também pela tecnologia empregada, pode-se afirmar que a demanda por mão-de-obra agrícola depende dela, mas apenas em parte.

A demanda temporária por trabalho, que pode explicar a sazonalidade da ocupação de mão-de-obra na agricultura, deve ser distinguida, em 1º lugar, do assalariamento temporário, e em 2º lugar do trabalho assalariado rural volante. Estes últimos, enquanto partes de um processo, refletem do mesmo, momentos diferentes.

O assalariamento temporário, se do lado do empresário resultava na obtenção de mão-de-obra nos momentos de "pico" da

atividade agrícola, para o trabalhador podia ter dois significados: ou o acesso à terra não lhe possibilitava trabalhar apenas na produção para si, ou seu assalariamento se prendia a exigências de ordem contratual. Na maior parte das vezes, ocorriam as duas coisas. Ou seja, a atividade de subsistência era insuficiente para garantir o sustento do trabalhador e de sua família, ao mesmo tempo em que o empresário exigia a prestação de trabalho durante um período do ano. O importante a ressaltar aqui é que o assalariamento tinha caráter temporário, pois embora a agricultura já estivesse sob o domínio do capital, este ainda permitia formas de organizar a produção cuja base não assentasse no trabalhador despossuído dos meios de produção.

O assalariamento temporário não decorre, portanto, necessariamente da demanda temporária por trabalho. Desde que ao trabalhador se coloque a opção, "assalariar-se ou não" dependerá do grau em que seu acesso à terra lhe permita sobreviver. Se para os parceiros, colonos e pequenos arrendatários o assalariamento temporário visa atender uma necessidade de complementar a renda familiar, em virtude de um acesso à terra que não lhes permite o perfeito domínio sobre a mesma, no caso dos pequenos proprietários ele indica um processo de proletarização, com a consequente perda do domínio sobre a terra. Ou seja, a propriedade da terra tornou-se apenas formal<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dados da pesquisa de campo, relativos à condição de ocupação anterior, de chefes de família de volantes, apontam para a inexistência de distinção entre os que eram proprietários da terra e os que não o eram com relação às possibilidades de manter o acesso à terra. Ou seja, independentemente de ter sido colono, parceiro, pequeno arrendatário ou pequeno proprietário, o produtor se encontrava num processo de ruína progressiva. Daí a propriedade da terra distingui-los apenas formalmente, pois não impede que os proprietários se assalariem, num 1º momento temporariamente, acabando por ter, no salariato, sua condição definitiva de vida.

No Paraná, dois processos, paralelos e interrelacionados, transformam grande parte dos produtores rurais em assalariados. De um lado, a incorporação de extensas áreas ao cultivo da soja, incentivada por sua elevada cotação no mercado internacional, expulsa para fora das grandes propriedades o cultivo de produtos alimentares, como o milho e o feijão, que antes eram cultivados junto com o café. Por outro lado, a valorização das terras, e a conseqüente elevação do seu preço, terão uma dupla atuação: além de tornarem desvantajosa, aos olhos do proprietário agrícola, a manutenção de trabalhadores residindo em sua fazenda, facilitarão um processo de eliminação de pequenos proprietários, que vendendo suas terras tentarão se estabelecer em regiões mais distantes, onde seu preço é menos elevado.

Ao reduzir a necessidade de mão-de-obra para a execução de certas tarefas, a mecanização da atividade agrícola atua diretamente sobre a sazonalidade da demanda de mão-de-obra, aumentando-a. No Paraná, entretanto, a mecanização parece ter atuado de forma indireta. Não se mecanizou o cultivo do produto que mais absorvia mão-de-obra agrícola - o café. A mecanização se fez através da substituição do café por uma cultura cuja forma de produzir já estava dada pelos padrões internacionais de produção. A soja, ao se tornar o principal produto da agricultura paranaense, instaurou uma nova organização da produção, eliminando, desta forma, grandes contingentes de trabalhadores, usando-os apenas esporadicamente, em atividades como a carpa, e principalmente em regiões cuja topografia impede a utilização do trator.

A pecuária, que em certas áreas também substituiu o café, concorreu igualmente para diminuir o número de trabalhadores necessários permanentemente no campo. Por outro lado, a diversificação de culturas, iniciada no Norte através do plano de erradicação de cafezais, acaba por fornecer oportunidades de trabalho durante um extenso período do ano, evitando os constantes deslocamentos dos volantes. Mas os que não conseguem trabalho o ano todo, saem a sua procura, tendo seu deslocamento limitado apenas pela baixa remuneração, que impede o trabalhador, quase sempre de arcar com os custos do transporte. Mas ele se desloca, mesmo sem recursos, pois o capital assume os custos do deslocamento, sempre que precisa atender a necessidades urgentes e momentâneas de mão-de-obra.

Não se pode confundir a mecanização com a causa da utilização de trabalhadores volantes. Ela tem a ver apenas com o processo que transforma os produtores diretos em assalariados, que de seu têm apenas a força de trabalho e a prole.

A mecanização não tem impedido, principalmente em algumas fazendas de São Paulo, que se utilizem as chamadas "turmas firmes", ou seja, turmas de volantes que trabalham sempre para um mesmo proprietário ou com um mesmo "gato". A relação de emprego, apesar de ser permanente, é descaracterizada pelo empregador, que tenta com isso livrar-se de cumprir, quanto ao trabalhador, as exigências legais.

Para indicar que a descontinuidade do emprego depende mais do descumprimento da lei, o caso das "turmas firmes" é citado aqui como um exemplo de que, para o empresário, a

simples existência da relação de emprego parece não caracterizar, do seu lado, nenhuma obrigação. Mas se para as "turmas firmes" a questão se reduz ao reconhecimento de que são empregados permanentes (com base, inclusive no texto legal), para os volantes a questão é mais complexa. Em 1º lugar, porque a descontinuidade do trabalho é dada quase como regra, na medida em que o volante trabalha um dia numa fazenda, outro noutra. Por mais que isso ocorra, entretanto, acaba trabalhando sempre nas mesmas fazendas, o que de certo modo poderia caracterizá-lo como empregado. Mas a falta de organização impede-o de reivindicar seus direitos, entre os quais está a aplicação da legislação à sua relação de trabalho.

O excesso "relativo" de mão-de-obra responde também pela descontinuidade do trabalho volante. Resulta não só da não-absorção, pelas atividades urbanas, de uma mão-de-obra acrescida pelo êxodo rural, como também da baixa remuneração, que compele toda a família do trabalhador a vender sua força de trabalho. É importante salientar, porém, que este excesso relativo de mão-de-obra só tem sentido numa formação político-econômica em que aos trabalhadores não se permite a livre organização pela defesa de seus direitos, impondo-lhes, cada vez mais, a redução de seu padrão de vida, através de uma política salarial e de emprego que não atende a suas mínimas necessidades de sobrevivência.

Para sobreviver, aqueles que têm de seu apenas a força de trabalho, precisam vendê-la permanentemente. Não só do ponto de vista do trabalhador esta venda deve ser continuada. Para a produção capitalista, é importante, além de uma força

de trabalho livre, que sua venda seja sistemática e contínua, por consideráveis períodos de tempo, a uma mesma unidade de produção. Isto é indispensável à reprodução da força de trabalho, conforme argumenta Paul Singer:

"Ela pressupõe que o trabalhador entre numa série de relações contratuais a prazo — que ele alugue casa, ponha os filhos em escola, faça seguros, compre prestações — que requerem um fluxo contínuo de renda. Uma relação de emprego que se faz, desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares não pode constituir uma base adequada para a reprodução normal da força de trabalho.

Pois bem, apesar de tudo isso a proletarização do trabalhador rural, no Brasil, não redundou na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou "volantes", como são comumente conhecidos. (...) Esta anomalia tem raízes mais profundas no próprio processo de transformação capitalista da agricultura brasileira. (...) Resta acrescentar, no entanto, que a expansão e eventual predomínio desta relação de produção não pode ser explicada exclusivamente do ponto de vista do capital: é preciso considerar que condições institucionais lhe são próprias e sobretudo de que modo a continuidade do processo produtivo e da reprodução da força de trabalho se compatibiliza com

a intermitência da relação de emprego."<sup>2</sup>

Se para o trabalhador que se assalariava temporariamente a sazonalidade da demanda por mão-de-obra não interferia nas condições de sua reprodução, para o trabalhador volante ela é significativa. Indica, por um lado, que apenas em alguns momentos ele terá condições de vender sua força de trabalho no setor agrícola. Por outro lado, indica também que para suprir esta falta de emprego, ele oferecerá sua força de trabalho no mercado urbano, embora dependa principalmente do trabalho assalariado no campo.

## 7.2 - O TRABALHADOR ASSALARIADO VOLANTE E SEU SIGNIFICADO

A relação de trabalho volante é fundamentalmente uma relação de trabalho assalariada. O produtor direto, desprovido dos meios de produção, tem de seu apenas a força de trabalho, de cuja venda depende a sua subsistência. Desta venda resulta o salário, preço que o empresário paga ao adquirir a força de trabalho. Na realidade, a sobrevivência do trabalhador vai depender da magnitude do salário em relação ao preço das mercadorias básicas para sua sobrevivência, ou seja, em última análise, do poder aquisitivo do salário.

A forma assalariada significa, assim, em 1º lugar, que diante do processo de expansão do sistema capitalista a situa-

---

<sup>2</sup>SINGER, Paul. INTRODUÇÃO. In: PINSKY, J. (org.) "Capital e Trabalho no Campo". S.Paulo, HUCITEC, 1977, p.2.

ção, ao menos para os assalariados, é irreversível. Ou seja, a condição de assalariado envolve, ao menos de modo imediato, a impossibilidade de ter acesso aos meios de produção, e consequentemente a impossibilidade de viver de outra forma que não vendendo sua força de trabalho. A forma concreta que assume esta relação de trabalho assalariada é portanto decisiva. Ela indica o grau em que se permite ao trabalhador sua sobrevivência. Neste sentido, a importância da relação de emprego constitui um 2º elemento decorrente da forma assalariada. Desde que o trabalho doméstico foi substituído pelo trabalho na própria empresa, a continuidade do trabalho é fundamental, pois garante ao trabalhador a certeza de um salário continuado. Para garantir a sobrevivência do trabalhador, seria necessário que seu salário não sofresse perda nenhuma em decorrência da descontinuidade do trabalho. Como, entretanto, isto não ocorre, a continuidade do trabalho é fundamental. Daí a importância da formalização da relação de trabalho, através de uma relação de emprego considerada como tal pela sociedade.

O trabalhador rural volante é um assalariado como outro qualquer. Isto é, como assalariado, sujeita-se às mesmas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. À objeção de que esta afirmação retira do volante sua especificidade, responde-se com o exame das características que segundo a maioria dos autores apontam esta especificidade. Depois de examinar várias definições, José Gomes da Silva e Vera Lúcia Rodrigues apontam uma síntese, contendo elementos indicados por todos os autores. O volante seria então, para eles, um

"trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, remunerado por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por turmeiro, e que geralmente se locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões."<sup>3</sup>

Seriam 4, portanto, as principais características do trabalhador volante, segundo estes autores: o trabalho assalariado, o local de residência (fora da propriedade agrícola), o deslocamento quase sempre diário para o local de trabalho e a temporariedade do trabalho, quase sempre do emprego.

Quanto à forma assalariada, não restam dúvidas de que é a característica fundamental. O que não ocorre como 2º aspecto apontado, a residência do trabalhador fora da propriedade agrícola. Enquanto característica de todos os assalariados, o fato de residir fora do local de trabalho, ou distante dele, não é específico do trabalhador rural volante, sendo antes mais característico do trabalhador urbano.

Num momento em que a mão-de-obra era relativamente escassa, e o preço dos terrenos ainda não se elevara a ponto de compelir para regiões mais distantes as populações carentes de recursos, os empresários chegaram a construir vilas operárias próximo às fábricas. Isto, entretanto, deixou de ser

---

<sup>3</sup> ABRA, Set/Out. 1975, p.9.

feito no momento em que, a intensificação do crescimento industrial veio somar-se o aumento do número de trabalhadores. Uma mão-de-obra barata e disponível não necessitava ser fixada próximo à indústria. Se do ponto de vista do empresário a inversão em habitações populares era desvantajosa, do ponto de vista do trabalhador ela se tornava quase impossível, por vários motivos: ao mesmo tempo em que se intensificava a pressão sobre a oferta de habitações populares, pelo aumento da população trabalhadora nas cidades, a valorização dos terrenos tornava desvantajosa para as empresas a construção de vilas operárias. Estas tendem então a desaparecer, dando lugar a aglomerados, geralmente clandestinos, carentes de infraestrutura e distantes do centro das cidades. Designados por "periferia", abrigarão a mão-de-obra necessária ao crescimento da produção.

No caso dos trabalhadores rurais, houve momentos também em que era necessário fixá-los nas fazendas. No final do século passado, os fazendeiros do café chegaram a reivindicar uma legislação de trabalho que, além de regularizar os contratos de trabalho, prendesse os trabalhadores à terra. A estabilidade do trabalhador era interessante, neste momento, devido a vários problemas, todos eles relacionados com a falta de mão-de-obra: a grande saída de imigrantes do país, devido principalmente à situação de insegurança em que se encontravam, aliada à necessidade de cuidar de grandes fazendas de café. Dois projetos de lei, visando solucionar este problema, foram rejeitados pelo Congresso. Este, entretanto, votará em maio de 1907, medidas protetoras ao imigrante, que, consubstanciadas nas Cadernetas agrícolas, acabarão se constituindo

em garantias dos fazendeiros para controlar sua mão-de-obra. Através de um contrato, o trabalhador se obrigava a morar um ano agrícola na propriedade onde trabalhasse. Deveria também dar um certo número de dias de serviço para a conservação da estrada. O contrato estipulava ainda quanto o trabalhador ganharia pelo trato de mil pés de café e pela colheita, quanto ganharia por dia de serviço, além de discriminar quais eram seus direitos.<sup>4</sup>

Se no início do século era vantajoso para o proprietário agrícola manter os trabalhadores morando em suas fazendas, algumas mudanças, ocorridas mais recentemente, modificaram esta situação: o acesso dos grandes proprietários ao crédito, o estímulo à expansão de uma agricultura comercial de exportação, o estímulo à mecanização, resultam na valorização da terra, e conseqüentemente na concentração fundiária. Concentração que se dá não apenas através da eliminação dos pequenos proprietários, como também através de mudança na organização da produção, resultando na eliminação de parceiros e pequenos arrendatários.

O deslocamento diário para o local de trabalho, apontado como característica do trabalhador volante, também não lhe é específico. Todos os trabalhadores se deslocam diariamente para o local de trabalho, variando o tempo de percurso de acordo com a distância que têm de percorrer, assim como os recursos do sistema de transporte. Os que residem na periferia

---

<sup>4</sup> Conforme CARONE, Edgard - "A República Velha". Difusão Européia do Livro - S. Paulo, 1970, p.243.

das cidades não apenas se deslocam diariamente para o local de trabalho, como perdem muito tempo neste deslocamento. Dados para a Grande São Paulo apontam, de 1968 para 1975, um aumento de 30% no tempo médio de deslocamento, ao mesmo tempo em que, principalmente para os operários, que se utilizam do transporte de massa, aumentaram as distâncias a serem percorridas: é de 3 a 4 horas o tempo que os usuários da periferia permanecem nos veículos que os levam ao trabalho e trazem de volta para casa.<sup>5</sup>

A configuração das cidades, principalmente as de maior porte, fornece bem uma idéia da violência que se pratica em relação a toda a classe trabalhadora: seu confinamento na chamada "periferia" das cidades significa não apenas distância do local de trabalho, e a necessidade de utilizar o transporte de massas, como também a distância de todo um complexo infra-estrutural que a cidade fornece a seus habitantes mais favorecidos: luz, água, esgoto, além da facilidade de adquirir gêneros alimentícios a preço mais baixo.

O fato de ser em caminhões o transporte dos volantes pode parecer um desrespeito à condição humana do trabalhador, que estaria sendo transportado quase como os animais. Porém, em termos de segurança, rapidez e comodidade para o trabalhador, parece não existir grande diferença entre ser transportado em ônibus velhos lotados, pendurado nos trens da Central, ou em caminhões. O tempo de deslocamento (que varia de 3 a 4

---

<sup>5</sup>Dados apresentados em "São Paulo 1975 - crescimento e pobreza." Edições Loyola, S.Paulo, 4a. edição, p.33.

horas, em geral), assim como o desgaste que acarreta, são os aspectos principais a serem considerados no que tange ao transporte dos volantes. Portanto, quanto a este aspecto, ele se distingue apenas aparentemente dos demais trabalhadores assalariados.

A presença de um intermediário ("gato") entre empresários e trabalhadores tem sido também apontada como característica da relação de trabalho volante. Entretanto, não basta identificar um vilão da história para desvendar a natureza da exploração a que é submetido o volante. Mesmo porque não é da existência do "gato" que decorre esta exploração. O "gato" existe justamente porque ao grande contingente de mão-de-obra disponível soma-se a inexistência de organização entre os trabalhadores, impedindo-os de reivindicar seus direitos. O "gato", neste caso, atua como fator de organização da força de trabalho, não só pela formação de "turmas firmes"<sup>6</sup> como também pela possibilidade que tem de barganhar com o empresário salários mais elevados.<sup>7</sup>

Mais do que uma característica específica da relação de trabalho volante, a presença de um intermediário caracte-

---

<sup>6</sup> As chamadas "turmas firmes" são turmas de volantes que costumam trabalhar numa mesma fazenda, ou que são costumeiramente contratados por um empregador de mão-de-obra determinado.

<sup>7</sup> Cabe ainda ressaltar que para justificar a criação de cooperativas de volantes, aponta-se o "gato" como um problema, pois não só vive da venda da força de trabalho alheia, como a explora até os seus limites. A existência do "gato", entretanto, pode dificultar a identificação do empregado, mas não a impede. A promotoria de São Paulo vem acionando diretamente o proprietário, nas demandas trabalhistas, por entender que na maioria dos casos o turmeiro é apenas um preposto do mesmo.

riza uma desorganização da força de trabalho, que facilita a sua manipulação por locadores de mão-de-obra. Vários trabalhadores urbanos, principalmente do setor de serviços, têm sua relação de emprego acertada com locadoras de trabalho. Desde 1974, o trabalho temporário nas empresas urbanas é regulado por lei (lei 6019 de 3/01/74). Ao trabalhador temporário urbano são assegurados todos os direitos do trabalhador permanente, exceto o trabalho continuado. Trata-se de uma distinção importante, que entretanto perde um pouco de seu significado se observada à luz da perda da estabilidade, em 1967, por todos os trabalhadores.

Quanto à forma de pagamento, é importante distinguir entre pagamento por tempo, produção, tarefa ou empreitada. Esta distinção, entretanto, não caracteriza apenas o trabalho volante. Pode ser observada não apenas entre trabalhadores rurais permanentes, como também entre operários industriais. O importante, quanto à remuneração do volante, e que parece distinguí-lo de outros trabalhadores, é o fato de ser esta remuneração muito baixa. Podendo ser rebaixada ainda mais pois não existe, para o trabalhador, possibilidade concreta de exigir um salário que lhe permita subsistir num certo nível. Por outro lado, em vista do uso que o capital faz do trabalho, tornando abundante uma mão-de-obra que poderia estar empregada, o trabalhador se sujeita a receber qualquer salário, desde que não perca a oportunidade de trabalhar, mesmo por pouco tempo.

O registro parece não ser, segundo os autores, uma característica do trabalhador rural volante, pois eles próprios

admitem que ele não seja registrado. O importante a ressaltar aqui é que a falta de registro, justificada pelos empresários pelo caráter temporário da atividade agrícola, é usada para descaracterizar o volante enquanto empregado. Isto porque, sendo registrado, torna-se mais fácil ao volante provar sua relação de emprego, no caso de reclamar seus direitos na Justiça. Mas a falta de registro apenas dificulta esta prova, sem contudo impedi-la, pois o art.456 da CLT, ao mesmo tempo em que elege a Carteira Profissional como prova específica do contrato de trabalho, admite, na sua ausência, todos os meios de prova aceitos pelo direito.

Portanto, não se pode caracterizar o volante pelo registro, ou sua falta. Sem distinguí-lo, no essencial, dos outros assalariados, a falta de registro lhe impõe uma situação menos estável no emprego, por exemplo, além de servir para justificar a descontinuidade do seu trabalho. A questão que se coloca, portanto, é saber por que o volante não é registrado, e porque não encontra trabalho continuamente.

O último aspecto apontado — temporariedade do trabalho (ou do emprego) — também não caracteriza apenas o volante. Todos os assalariados, desde a implantação do FGTS (em janeiro de 1967), em substituição à estabilidade por tempo de serviço, estão sujeitos a ela. Estudos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), junto à categoria dos metalúrgicos paulistas, demonstram que a rotatividade da mão-de-obra começou a se intensificar a partir de 1968, e "que as dispensas de empregados apresentam picos

anuais às vésperas dos reajustes salariais da categoria".<sup>8</sup> Conforme observa Luiz Werneck Vianna, "a partir de 1967, quando os efeitos típicos da legislação do FGTS começam a fazer-se sentir, nota-se um extraordinário aumento no nível de dispensa às vésperas dos dissídios das categorias profissionais. Por esse mecanismo se mantém o salário da força de trabalho orbitando numa curva pouco superior ao salário mínimo, impedindo-se pela rotatividade, que se beneficie com os aumentos cumulativos resultantes dos sucessivos dissídios coletivos".<sup>9</sup>

É claro que a temporariedade pode assumir proporções diferentes conforme se trate de trabalhadores mais qualificados, ou menos, e conforme seu grau de organização lhes permita reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. A descontinuidade do trabalho, que para o volante se constitui a regra, ocupa a última posição na escala da temporariedade. Além dela, está o desemprego. Entretanto, a verificação de que os volantes, no campo, trabalham quase sempre numa fazenda, onde usualmente permanecem por mais de 30 dias, coloca em questão esta descontinuidade. Pois se por um lado ela parece estar relacionada com uma relativa abundância de mão-de-obra, por outro parece reforçá-la.

Em síntese, todas as características apontadas quanto ao volante são apenas externas à sua relação de trabalho, que é uma relação assalariada. Cabe investigar então a razão de,

---

<sup>8</sup>Revista Veja, 5 de abril de 1978.

<sup>9</sup>VIANNA, Luiz Jorge Werneck - "Liberalismo e Sindicato no Brasil". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, p.280.

apesar de ser um assalariado, o volante, na prática, não ser tratado como tal. O que torna a descontinuidade do trabalho e o baixo salário aspectos marcantes na determinação de suas condições de sobrevivência.

O exame da legislação trabalhista relativa ao trabalhador rural, assim como das condições empíricas em que se realiza o trabalho volante, pode apontar algumas indicações da magnitude desta questão.

### 7.3 - ASPECTOS LEGAIS DA RELAÇÃO DE TRABALHO VOLANTE E SUA CARACTERIZAÇÃO EMPÍRICA

Como todo trabalhador assalariado, o volante necessita vender continuamente sua força de trabalho, e por um preço que lhe permita um certo nível de subsistência. A relação de emprego é, portanto, fundamental, pois formaliza a relação de trabalho, possibilitando ao trabalhador exigir do empresário a contrapartida pela venda de sua força de trabalho. Entretanto, se no nível abstrato isto deveria ocorrer, no nível da realidade o que ocorre é bem diferente.

Para o volante, a relação de emprego existe apenas no texto legal. Conforme dispõe o artigo 2º da lei 5889/73, são não se enquadram na definição de empregado rural aqueles que realizam atividade de natureza eventual: "empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário".

Serviço eventual é aquele que não faz parte da atividade normal do estabelecimento. O conserto de uma cerca, numa propriedade que se dedique ao cultivo da soja, não constitui atividade normal da mesma, podendo ser tratada como serviço eventual. O mesmo não ocorre com atividades como a carpa, o plantio, a colheita, que fazem parte da rotina das propriedades agrícolas, em cujos calendários são previstas anualmente.

Uma vez que o trabalho volante é descontínuo, e não eventual, não se pode, a rigor, considerar que sua relação de trabalho não se enquadre no texto legal. Ao se caracterizar a relação de emprego, na prática, ela passa para a esfera jurídica, pois o texto legal assim o dispõe. Entretanto, a inobservância da lei, e a tentativa de descaracterizar a relação de emprego, acabam resultando num total desamparo ao trabalhador volante, que em face de suas necessidades de sobrevivência vê-se quase forçado a aceitar trabalho em quaisquer condições.

Diante da inexistência de mecanismos rápidos e eficazes, que possam ser acionados pelos trabalhadores volantes, para fazerem valer seus direitos, desde o momento inicial do contrato de trabalho, o que ocorre é a recorrência à justiça depois do ocorrido. Na maioria dos casos, o trabalhador nem chega a entrar com reclamatória trabalhista, por falta de orientação e de recursos.

Mas a interpretação da lei, veiculada através de várias decisões dos tribunais do trabalho, vem apontando para a caracterização do volante como empregado. Mesmo em casos específicos, como o de acidente com caminhão que transporte vo-

lantes, configura-se a relação de emprego, para fins de pagamento de indenização. Não importa que o transporte seja feito pelo empregador, turmeiro ou empreiteiro de mão-de-obra; o responsável pelas indenizações cabíveis será sempre o proprietário. A própria jurisprudência tem admitido que o turmeiro ou empreiteiro de mão-de-obra, embora assuma a aparência de empregador, não passa de um simples fiscalizador e agenciador do serviço, sendo do proprietário rural toda a responsabilidade.

Quanto à afirmação de que o volante não mantém com o empregador nenhuma relação empregatícia, por ser contratado, fiscalizado e pago por empreiteiro, subempreiteiro ou turmeiro, "o problema é solucionado pelo artigo 455 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o qual o empreiteiro principal responde pelas obrigações e, quando o subempreiteiro não tem capacidade econômica para atender as indenizações pleiteadas pelos operários, a lei autoriza que estes cobrem os ditos direitos do dono da obra."<sup>10</sup> Deve-se acrescentar ainda que é desprovida de valor jurídico a cláusula ou acerto que vise eximir o empregador de responsabilidade quanto aos empregados contratados por "turmeiro", "gato" ou "empreiteiro".

Do ponto de vista legal, o volante se caracteriza como um empregado, não só para fins específicos, como o de receber indenização por acidente de trabalho, como também no que

---

<sup>10</sup>PASSOS DE FREITAS, Gilberto - O acidente "in itinere" e o trabalhador rural volante "boia-fria". Botucatu, 1977, p.4, mimeo.

tange à própria relação de trabalho. Uma vez contratado para desempenhar, numa propriedade agrícola, determinada atividade, deve estar amparado, por lei, para discutir e obter os direitos que lhe são devidos. Isto, entretanto não ocorre. Vários meios são utilizados pelo empresário agrícola, para descaracterizar a relação de emprego. Um deles é a descontinuidade do trabalho.

Como se pode observar através dos dados da pesquisa de campo,<sup>11</sup> a descontinuidade parece consistir mais num recurso dos empresários para descaracterizar a relação de emprego, do que numa característica do trabalho volante em si mesmo. Ela é, portanto, artificial, ou seja, criada.

De um total de 1065 entrevistados, 29,4% foram contratados por 1 dia; 8,9% foram contratados para trabalhar de 2 a 6 dias; 17,1% foram contratados por mais de 7 dias e 7,0% por mais de 1 mês. O fato de 37,3% não terem especificado o tempo pelo qual foram contratados parece indicar que foi por tempo indeterminado.

Quanto ao tipo de contrato, apenas 3 possuíam Carteira de Trabalho; 2 entrevistados realizaram contrato escrito, e os restantes, 1060, tinham apenas contrato verbal. A estes dados se poderia justificar lembrando que a ausência de formalismos caracteriza o contrato de trabalho no Direito Brasi-

---

<sup>11</sup> As observações que seguem referem-se a uma parte específica do questionário, que visava caracterizar a relação de trabalho volante.

leiro, favorecendo de certa forma o trabalhador. Conforme resalta Mozart V. Russomano, em seu Curso de Direito do Trabalho, "embora na imensa maioria dos casos o contrato de trabalho surja de entendimento expresso entre as partes, pode resultar, também, do simples fato concreto da prestação de serviços, uma vez reunidas as características essenciais ínsitas na definição legal do empregado".<sup>12</sup> Mas o próprio Russomano reconhece as desvantagens desta "informalidade". Salienta ele:

"As desvantagens do contrato oral e tácito são evidentes demais para que sejam postas em tela: basta lembrar, de passagem, que os contratos celebrados verbal ou tacitamente são, muitas vezes, causas de profundas discórdias na execução de suas condições, pois é inevitável que se apresentem cheios de lacunas. Tais lacunas forçaram a lei nacional a adotar numerosas normas supletivas, que integram os vazios resultantes da manifestação incompleta de vontade das partes. Entre essas normas, a título de mera exemplificação e, especificamente, em relação aos contratos de trabalho, podemos indicar: a) art.447, segundo o qual, inexistindo prova sobre qualquer condição essencial do contrato celebrado verbalmente (ou tacitamente, acrescentamos), esta se presumirá adotada pelas partes consoante os preceitos jurídicos mais adequados; b) art.456, que, mencionando a carteira profissional como prova específica do contrato, acrescenta que

---

<sup>12</sup>RUSSOMANO, Mozart Victor. "Curso de Direito do Trabalho". José Konfino Editor, Rio de Janeiro, 1974, p.110.

essa prova será suprida por todos os meios admitidos em Direito; c) art.460, relativo a remuneração e salário, que atribui ao trabalhador — na falta de estipulação comprovada — o direito de receber o salário pago, na mesma empresa, a trabalhador que realize tarefa equivalente (não idêntica) ou aquele que, habitualmente, for pago pela execução de serviço semelhante".<sup>13</sup>

Para o trabalhador volante, o meio mais seguro de provar o contrato de trabalho é a Carteira de Trabalho. Ela dispensa outro tipo de prova usual nas reclamações trabalhistas, como é o caso da testemunha. Ser testemunha implica, para o trabalhador, no risco de sofrer algum tipo de represália por parte do empregador, que geralmente entende o seu gesto como indisciplina.

Não só a Carteira de Trabalho garante ao volante a observância, pelo empregador, da relação de emprego. Para todas as atividades, a empresa é obrigada a registrar seus empregados, conforme dispõe o art.41 da CLT. Parece, entretanto, que o registro dos trabalhadores volantes é uma prática pouco (ou quase nunca) usada pelos empresários agrícolas.

A maioria (52,0%) dos entrevistados teve seu trabalho acertado diretamente com o proprietário; 40,2% acertaram com o "gato" e 7,8% com o empreiteiro do trabalho. Parece não ha-

---

<sup>13</sup>RUSSOMANO, Mozart Victor - op.cit., pg. 111-112.

ver diferenças significativas, quanto ao tempo de trabalho, em função de com quem teria sido feito o contrato.

Os entrevistados que já trabalhavam na propriedade (onde estavam no último dia de trabalho) constituíram 78% dos casos e apresentaram uma diferença em relação aos 22% que não haviam trabalhado na propriedade antes, conforme se observa na tabela 7.01.

TABELA: 7.01 - EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA PROPRIEDADE E DURAÇÃO DO ACERTO DE TRABALHO.

DURAÇÃO DO ACERTO DE TRABALHO NA PROPRIEDADE	Sim	%	Não	%	TOTAL
Menos de 1 dia	1	0,1	-	-	1
1 dia	214	25,3	105	43,9	319
de 2 a 6 dias	76	9,0	76	31,8	95
de 7 a 20 dias	114	13,4	29	12,3	143
de 21 a 30 dias	37	4,3	4	1,6	41
31 dias e mais	64	7,5	11	4,6	75
Não especificado	340	40,1	71	29,7	412
TOTAL	846	100,0	239	100,0	1.086

FONTE: Pesquisa de Campo.

Enquanto que 40,1% dos que já trabalhavam na propriedade foram acertados por tempo indeterminado (NÃO ESPECIFICADO), 43,9% dos que não trabalhavam antes na propriedade foram contratados por 1 dia.

Esta diferença pode indicar justamente que a rotatividade da mão-de-obra, ou sua descontinuidade no trabalho, é criada pelo empresário agrícola.

Comparando o tempo médio de trabalho numa semana com a duração média da jornada de trabalho, percebe-se, em primeiro lugar, que é de 3 a 4 dias por semana o tempo médio de trabalho dos volantes. Em segundo lugar, que muitos deles tentam compensar os dias em que não têm trabalho, trabalhando nos outros, mais que 10 horas por dia.

A média de horas trabalhadas por semana gira em torno de 30. Dos entrevistados, 73,6% trabalham menos de 40 horas por semana, e 26,4% mais de 41 horas.

Analisando a média de dias em que o volante conseguiu encontrar trabalho, na semana da entrevista, percebe-se que é bastante elevado o número daqueles que não encontraram trabalho (15,4%), embora 55,2% dos entrevistados tenham encontrado trabalho entre 4 e 6 dias, conforme se observa na tabela 7.02.

TABELA: 7.02 - MÉDIA DE DIAS DE TRABALHO NA SEMANA DA ENTREVISTA E VINCULAÇÃO HABITUAL COM INTERMEDIÁRIOS ("GATO")

VINCULAÇÃO HABITUAL COM INTERMEDIÁRIO ("GATO")	MÉDIA DE DIAS QUE ENCONTROU TRABALHO NA SEMANA DA ENTREVISTA											
	0		1 - 3		4 - 6		7		NE		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
SIM	40	18,7	37	17,3	131	61,2	-	-	6	2,8	214	100
NÃO	128	14,7	258	29,6	469	53,9	2	0,2	13	1,5	870	100
NE	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-
TOTAL	168	15,4	295	27,1	600	55,2	2	0,1	29	1,9	1086	100

FONTE: Pesquisa de Campo.

É difícil, através destes dados, perceber a existência de "turmas firmes". Do total de entrevistados, apenas 19,8% costumam trabalhar sempre com o mesmo "gato", enquanto que 80,2% não costumam. Poderia haver "turmas firmes" que trabalhassem não com o mesmo gato, mas na mesma fazenda. Mas o tempo médio de permanência do volante numa mesma fazenda, embora superior, na maioria dos casos, a 31 dias, não nos permite chegar a esta conclusão, pois não se refere a trabalho continuado, nem exclui a possibilidade de trabalho em mais de uma fazenda.

Um dado a ressaltar é que a intermediação do "gato" não parece ser garantia de obtenção de emprego. Na semana da entrevista, pouco mais da metade dos volantes investigados encontrou trabalho entre 4 e 6 dias, independentemente de estarem ou não vinculados a um "gato".

O tempo médio de trabalho numa mesma fazenda é superior a 1 mês em 56,5% dos casos, embora este tempo não seja necessariamente contínuo. (Tabela 7.03).

TABELA : 7.03 - TEMPO MÉDIO DE TRABALHO NUMA MESMA FAZENDA E VINCULAÇÃO HABITUAL COM INTERMEDIÁRIO ("GATO").

VINCULAÇÃO HABITUAL COM INTER- MEDIÁRIO ("GATO")	TEMPO MÉDIO DE TRABALHO NUMA MESMA FAZENDA													
	1 dia		2 - 6		7 - 13		14 - 30		31 dias e +		NE		TOTAL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
SIM	2	0,9	25	11,7	14	6,5	31	14,5	141	65,8	1	0,4	214	100
NÃO	7	0,8	162	18,6	100	11,5	126	14,5	472	54,2	3	0,3	870	100
Não especi- ficado	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-
TOTAL	9	0,8	187	17,2	114	10,5	158	14,5	614	56,5	4	0,3	1086	100

FONTE: Pesquisa de Campo.

A presença do "gato" parece diminuir esta descontinuidade, pois é de 65,8% a percentagem dos que trabalham mais de 1 mês na mesma fazenda (entre os que trabalham sempre com o mesmo "gato"). Diminui a descontinuidade, mas não altera a instabilidade do trabalho, pois esta se relaciona mais diretamente com a possibilidade de o trabalhador garantir, todos os dias a reposição de sua força de trabalho.

Esta reposição se dá em moldes ínfimos, conforme se pode observar através das informações sobre o salário do volante. Ela não apenas o obriga a intensificar sua jornada de trabalho, como também a incorporar todos os membros da família na força de trabalho.

Dos 1104 entrevistados, apenas 465 (42,1%) estavam trabalhando como volante na data da entrevista, embora todos os

entrevistados já tenham trabalhado como volante. De toda a população investigada, incluindo crianças, 54,1% afirmaram já ter trabalhado alguma vez como volante, o que indica ser este trabalho, para eles, uma alternativa de sobrevivência. Uma alternativa, aliás, muito limitada, conforme se depreende examinando o salário dos volantes.<sup>14</sup>

Na sub-região I, 42,2% dos entrevistados receberam, no último dia de trabalho, menos de 1 salário mínimo regional. Na sub-região II, este percentual foi bem menor: 27,8% dos entrevistados. Na sub-região I, 52,1% dos entrevistados receberam entre Cr\$ 34,00 e Cr\$ 50,00 no último dia de trabalho. Levando-se em conta que o volante não consegue trabalho todos os dias, e que não recebe, além do salário, benefícios trabalhistas a que teria direito (férias proporcionais, repouso semanal remunerado, gratificação de Natal e salário-família), percebe-se que seu salário é muito baixo. Dificilmente atenderá às necessidades do trabalhador e de sua família. Além de ser o mínimo, está definido também como salário individual. É o que diz o artigo 76 da CLT: "Salário mínimo é a contra-prestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, hi-

---

<sup>14</sup> Conforme a tabela a que se refere o Decreto nº 79610 de 28 de abril de 1977, fixando novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional, o Paraná se divide em 2 sub-regiões. Na 1ª sub-região, com um salário mínimo de Cr\$ 1.027,20, em junho/77, estão os municípios de Campo Mourão, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Bandeirantes. Os outros municípios da pesquisa pertencem à sub-região II, onde o salário mínimo era de Cr\$ 945,60 na época da coleta de dados.

giene e transporte."

Quanto ao salário-família, instituído pela lei 4266 de 3 de outubro de 1966, consiste num percentual sobre o salário mínimo local: para cada filho menor de 14 anos, o trabalhador receberá uma quota de salário-família no valor de 5% do salário mínimo.

Como se vê, o salário-família não complementa o salário individual, de modo a impedir o trabalho de crianças. Consiste, na realidade, numa contribuição quase simbólica.

Na sub-região II, 44,4% dos entrevistados receberam entre Cr\$ 31,00 e Cr\$ 46,00 no último dia de trabalho, enquanto que 21,2% receberam entre Cr\$ 47,00 e Cr\$ 62,00.

Considerando ainda que a época da pesquisa, os voluntários estavam trabalhando principalmente na colheita do café (atividade que requer muita mão-de-obra) tem-se uma idéia mais clara do nível relativo dos salários recebidos. Ou seja, se no período de maior demanda por trabalho, os salários não chegam a ultrapassar 2 salários mínimos, no período de retração da demanda eles cairão abaixo do mínimo

Pode-se observar, através da tabela 7.04, que não existem diferenças significativas entre a remuneração paga em diferentes culturas. O arroz, na sub-região I, parece constituir exceção.

TABELA: 7.04 - SALÁRIOS RECEBIDOS NO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO POR TIPO DE CULTURA.  
SUB-REGIÃO I.

CULTURAS	SALÁRIOS RECEBIDOS NO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO NA SUB-REGIÃO I (EM CR\$)								TOTAL
	1 - 16	17 - 33	34 - 50	51 - 67	68 - 84	85 - 101	102 e +	Não especi- ficado.	
CAFÉ	11	73	107	8	-	-	1	6	206
ALGODÃO	5	17	30	5	-	1	-	3	61
CANA-DE-AÇÚCAR	7	32	18	2	1	-	1	-	61
SOJA	-	15	28	1	-	-	-	2	46
MILHO	-	10	19	3	-	-	-	4	37
FEIJÃO	-	2	4	-	-	-	-	-	6
PASTAGEM	-	7	14	-	-	-	-	-	21
TRIGO	-	1	2	-	-	-	-	1	4
ARROZ	-	9	4	-	1	-	-	-	14
OUTRAS	-	7	6	2	-	-	-	1	16
NÃO ESPECIFICADO	2	7	22	-	1	-	-	4	36
TOTAL	26	180	254	21	3	1	2	21	508

FONTE: Pesquisa de Campo.

OBS.: A soma dos totais das tabelas 7.04 e 7.05 é inferior a 1104, pois do cruzamento das variáveis pode ter resultado a eliminação de casos que não se aplicavam em uma ou outra.

TABELA: 7.05 - SALÁRIOS RECEBIDOS NO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO POR TIPO DE CULTURA.  
SUB-REGIÃO II.

CULTURAS	SALÁRIOS RECEBIDOS NO ÚLTIMO DIA DE TRABALHO NA SUB-REGIÃO II (EM CR\$)								TOTAL
	1 - 14	15 - 30	31 - 46	47 - 61	62 - 76	77 - 91	92 e +	Não especificado	
CAFÉ	12	56	104	51	5	3	7	4	242
ALGODÃO	1	26	34	11	4	1	5	3	85
CANA-DE-AÇÚCAR	-	13	4	2	2	-	-	4	25
SOJA	-	3	12	7	-	1	1	-	24
MILHO	-	7	10	4	-	1	1	1	24
FEIJÃO	-	8	17	12	-	-	1	-	38
PASTAGEM	2	4	17	5	-	-	1	-	29
TRIGO	-	-	8	1	-	-	-	-	9
ARROZ	1	1	4	-	-	-	-	-	6
OUTRAS	-	5	4	5	1	-	-	-	15
NÃO ESPECIFICADO	-	10	24	16	1	-	-	4	55
TOTAL	16	133	238	114	13	6	16	16	552

FONTE: Pesquisa de Campo.

Com exceção de cana-de-açúcar, os salários pagos aos volantes no último dia de trabalho situam-se, na maior parte dos casos, entre Cr\$ 31,00 e Cr\$ 46,00, na sub-região 11.

A maioria dos volantes estava trabalhando na carpa (31,4%) e na colheita (28,6%), no último dia de trabalho. Principalmente nas culturas de café (41,9%), algodão (13,7%), cana-de-açúcar (8%) e soja (6,7%). Esta relativa diversificação de culturas parece caracterizar o Norte do Estado, onde se realizou a maior parte das entrevistas. O fato de a maioria dos volantes estar trabalhando no café não resulta, apenas, da época em que se realizou a pesquisa (julho/agosto), mas de uma característica específica da área objeto da investigação.

O entendimento incorreto das questões relativas à forma de pagamento prejudicou as informações. Mesmo assim, a grande maioria afirmou ser paga por tempo, com exceção dos que trabalham no algodão e na cana-de-açúcar, onde o pagamento é feito por produção.

Durante o último ano agrícola que serviu de base à pesquisa (76/77), parece não ter havido grande variação no salário dos volantes. Na sub-região 1, 63,9% tiveram como maior salário um valor entre Cr\$ 34,00 e Cr\$ 50,00 que inclui o valor equivalente a um salário mínimo diário. Estranhamente (por se tratar do maior salário diário 13,4% dos volantes receberam entre Cr\$ 17,00 e Cr\$ 33,00 (abaixo do mínimo), enquanto que apenas 10,4% receberam entre Cr\$ 51,00 e Cr\$ 67,00.

Na sub-região II, 45,1% receberam entre Cr\$ 47,00 e Cr\$ 61,00; 24,3% entre Cr\$ 31,00 e Cr\$ 46,00 (intervalo que inclui a diária mínima) e 11,8% receberam mais de Cr\$ 92,00.

O menor salário girou em torno da faixa de Cr\$17,00 a Cr\$33,00, na sub-região I, enquanto que na II todos afirmaram ter recebido entre Cr\$ 1,00 a Cr\$ 14,00.

Considerando o baixo salário como um problema que afeta o nível de vida do trabalhador rural volante, é necessário indagar se constitui um problema específico deste trabalhador. A resposta parece apontar para uma negação. Análises recentes têm demonstrado o quanto vêm se deteriorando as condições de vida da classe trabalhadora brasileira. A perda do poder aquisitivo de seus salários, para cuja recuperação seria necessário um reajuste superior a 100%, é apenas um aspecto do problema.

Um estudo feito em 1974 em São Paulo, por técnicos do CEBRAP,<sup>15</sup> demonstra que, paralelamente a uma acumulação crescente de capital, vem crescendo também o empobrecimento da classe trabalhadora. O que pode ser explicado pela lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente, apoiada exatamente na dilapidação da força de trabalho. Isto é possível, por um lado, pela existência de uma grande reserva de mão-de-obra, e por outro pela falta de organização da classe trabalhadora, a nível sindical e de representação política.

---

<sup>15</sup> Já citado: "São Paulo, crescimento e pobreza".

Torna-se possível, desta forma, aumentar as taxas de exploração, ao mesmo tempo em que se desgasta uma força de trabalho subnutrida, em extensas jornadas de trabalho, e em precárias condições de existência.

Ao analisar a instituição do salário-mínimo no Brasil, Luiz Jorge Werneck Vianna aponta para o fato de que ele significou, na prática, um rebaixamento no nível salarial dos trabalhadores industriais. "Na medida em que (o salário mínimo) se limitava a regulamentar a remuneração indispensável para que um trabalhador pudesse reproduzir sua força de trabalho ao fim de uma jornada, tomar o mínimo como parâmetro implicava em aviltrar o salário do trabalhador qualificado. O salário mínimo se transformava, conseqüentemente, num instrumento efetivo para a acumulação industrial, mantendo os salários do exército industrial orbitando numa trajetória pouco acima da mínima.

"Contudo, para os demais assalariados, seus efeitos operavam diversamente. Traduzia-se numa melhora real das demais ocupações das classes subalternas urbanas, que, conforme os dados do censo salarial, viviam em grande parte sob uma remuneração aquém do mínimo fixado pela lei. Engrossava-se, portanto, o mercado interno, atendendo-se a uma persistente reivindicação dos empresários industriais".<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> WERNECK VIANNA, Luiz Jorge - op.cit., p. 239.

No caso dos volantes, receber um salário diário em torno do mínimo representa receber, na realidade, muito menos que 1 salário mínimo mensal. Na tentativa de elevar seu salário, o volante se vê então forçado não só a estender sua jornada diária de trabalho, como também a incorporar a família na força de trabalho. Quanto à jornada de trabalho, sua duração média é de 10 horas, conforme se observa na tabela 7.06.

TABELA: 7.06 - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DA DISPONIBILIDADE PARA O TRABALHO.

HORAS	DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO		DISPONIBILIDADE* PARA O TRABALHO	
	ABS.	%	ABS.	%
Até 8	59	5,4	19	1,7
de 9 a 11	954	88,2	171	15,8
12	62	5,7	351	32,5
13 e mais	6	0,5	537	49,8
NE	5	-	8	-
TOTAL	1086**	100,0	1086***	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

\* A disponibilidade para o trabalho indica o tempo que o volante dispõe, desde que sai de casa, para trabalhar, até a hora da volta.

\*\* Média: 10,0

Desvio: 1,9

\*\*\* Média: 12,4

Desvio: 1,9

A lei manda que se pague um adicional de 20% sobre o valor da hora normal de trabalho, no caso da jornada exceder as 8 horas estabelecidas. (artigo 59 da CLT, em tese aplicável ao volante). Estas horas excedentes não podem ser mais de

2. É claro que isto não é observado, para os volantes, pois além de seu salário não se elevar de modo significativo pela extensão da jornada de trabalho, costuma trabalhar de 9 a 12 horas diárias (93,9% dos casos). Quanto à disponibilidade para o trabalho, em 82,3% dos casos ela é superior a 12 horas diárias. Este dado se agrava quando se observa a situação das 2034 pessoas que trabalham, na amostra pesquisada. Incluindo crianças, 63,1% dos trabalhadores ativos na data da entrevista tinham uma jornada superior a 9 horas diárias, sendo que em 56,1% dos casos ela chegava até 11 horas.

Na tentativa de complementar a renda familiar através da extensão da jornada de trabalho, os volantes vêm cada vez mais desgastadas suas condições de sobrevivência. Para repor sua força de trabalho, precisariam não apenas alimentar-se bem, como também descansar. Entretanto, parece não ser muito longo o tempo que têm para dormir. Muitos levantam antes das 5 horas, para ir disputar, no ponto, uma vaga no caminhão que os levará para o trabalho. Um pequeno atraso pode significar a perda do dia, e certamente, mais um dia vivendo dos ganhos de algum membro da família que, tendo mais sorte, consiga trabalhar naquele dia, ou todos os dias.

O salário familiar parece ser ainda o que garante a subsistência do volante, embora seja também bastante baixo. É o que se observa nas respostas à pergunta: "De que vive quando não tem nenhum trabalho?" 241 responderam que vivem do salário da família; 136 vivem de nada; 132 sempre têm trabalho, 87 vivem da ajuda de parentes, 164 de economias do trabalho (!) e 201 não especificaram.

Da caracterização do trabalho volante infere-se a importância de sua efetiva regulamentação legal, para assegurar ao trabalhador um melhor nível de vida. Não se pretende sugerir lei especial para o volante, por se considerar que sua relação de trabalho, assim como a de emprego, têm caráter permanente, estando já reguladas pelo Direito do Trabalho. O que se faz necessário é dar ao trabalhador volante meios para fiscalizar a aplicação da lei. Um primeiro passo é dar aos sindicatos liberdade real de ação. Por outro lado, deve-se constituir um sindicato apenas de trabalhadores rurais, separando-os daqueles que ainda têm acesso à terra. Só assim será possível encaminhar o problema do volante na direção de alguma solução.

## 8 - CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO VOLANTE

### 8.1 - A UNIDADE FAMILIAR E O TRABALHO ASSALARIADO

Todo sistema social ao mesmo tempo em que produz os elementos necessários à sua existência, cria as condições de sua própria reprodução. Como parte essencial do processo de produção, as relações de trabalho têm as condições de sua reprodução engendradas no próprio processo que as utiliza.

Desse modo, o capital deve reproduzir ao lado das condições materiais de produção o contingente de força de trabalho enquanto uma das partes imprescindíveis deste processo. Nesse sentido, o compromisso do capital é o de assegurar, para a força de trabalho, os meios suficientes para sua reprodução que, em última instância, é a reprodução social da população de trabalhadores.

É importante lembrar que às necessidades de reprodução física da força de trabalho, necessariamente devem ser acrescentadas as necessidades históricas definidas por uma dada sociedade. Para a relação de trabalho assalariada da qual os volantes constituem uma categoria, a quantidade paga pela utilização de sua força de trabalho é estipulada socialmente em um valor mínimo considerado o necessário à sua reprodução.

Compete a este estudo encarar a reprodução desta relação privilegiando, como objeto, o trabalhador, enquanto um dos agentes do processo, isto é, como portador de uma força de trabalho já apropriada pelo empregador. Sob esta forma, é possível perceber numa situação ex-post, de que modo o capital vem realizando a reprodução material e social da força de trabalho. A partir destes princípios, os aspectos tratados neste item circunscrevem-se às condições de existência desta população enquanto trabalhadores assalariados. O referencial da análise é o salário mínimo vigente no período da pesquisa como indicação dos elementos materiais disponíveis à sua reprodução.

Vários estudos têm apontado a insuficiência do salário mínimo, desde a década de 50, para satisfazer as necessidades básicas do trabalhador. Entre estes estudos inclui-se uma investigação entre famílias de trabalhadores associados a vários sindicatos da cidade de São Paulo, realizada pelo "Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico". Os resultados desta pesquisa apontam que "entre 1958 e 1969 a redução do poder aquisitivo do salário do chefe de família foi de 36,5%. Esta perda pode ser compensada, em parte, na medida que mais elementos da família passam a trabalhar e contribuir para o aumento da renda familiar". Ainda assim não foi alcançado o poder aquisitivo anterior, persistindo uma redução na renda real da ordem de 9,4%.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> DIEESE - "Família Assalariada; padrão e custo de vida". Estudos Sócio-Econômicos (2), janeiro 1975, pg.25.

Face à importância atribuída à renda familiar, não se pode desvinculá-la do estudo das condições de existência dos trabalhadores. Portanto, o âmbito da análise das condições de existência do trabalhador rural volante deve sair, necessariamente, desta categoria de trabalhadores para integrar informações sobre os demais membros da família. Embora o objeto de investigação se encontre definido em torno do trabalhador rural volante, procurou-se obter informações sobre todos os moradores do domicílio, especialmente quanto à sua condição de força de trabalho. Este procedimento acrescentou às 1.104 entrevistas informações sobre mais 5.187 pessoas, o que eleva o total da população investigada a 6.291.

Desse modo, procura-se perceber de que forma a categoria de trabalhadores volantes, resolve seu problema de sobrevivência e renova, a cada dia, a oferta de sua força de trabalho. A presente análise parte das condições de emprego da população para então, subsidiada por informações sobre renda e orçamento familiar, tratar das condições de existência e reprodução da população estudada.

A utilização do conceito de renda familiar implica no conhecimento das formas de complementação salarial possíveis ao grupo investigado. Mais concretamente, é necessário investigar que setores de atividade, no meio urbano, constituem-se em absorvedores dessa mão-de-obra que, neste caso compreende além do chefe de família, a mulher e os filhos.

No Paraná, a estrutura ocupacional continua assentada na predominância de empregos rurais. A capacidade de absorção pe

lo setor urbano fica circunscrita ao setor de serviços e, particularmente em centros urbanos da região agrícola do Estado, torna-se bastante reduzida. Para cumprir a finalidade de identificar de modo mais preciso, as frentes de trabalho para a população entrevistada, as ocupações foram categorizadas com base na descrição do trabalho realizado e não no setor que as empregava. As informações relativas à ocupação na data da entrevista apresentam, de modo detalhado, o tipo de atividade onde são absorvidos estes trabalhadores. (Tabela A.8(01)).

A ocupação de trabalhador rural volante predomina entre as 2.039 pessoas ocupadas na data da entrevista. (Tabela 8.01). Este conjunto compreende um número elevado de chefes de família e, também, um significativo volume de crianças de até 14 anos. Dos 1.117 trabalhadores volantes na data da entrevista, 142 são menores de 14 anos, 197 têm idade entre 15 e 17 anos e 778 têm 18 anos e mais.

Além do trabalho agrícola, duas outras frentes de emprego são significativas:

a) construção civil, que absorve 9,3% do total de ocupados - fundamentalmente na condição de serventes de pedreiro;

b) serviços pessoais que incorporam sobretudo a força de trabalho feminina como empregada doméstica (16,2%).

Sem dúvida, estes dados reproduzem a trajetória ocupacional mais frequente e imediata do migrante rural/urbano. No entanto, é necessário lembrar que, se a maioria da população

investigada constitui-se de migrantes recentes (pós 70), para cerca de 39% o processo migratório ocorreu há mais de 8 anos, o que não parece ter alterado as possibilidades de sua integração em atividades menos periféricas.<sup>2</sup>

Para 16% da população que escapa destes três grupos principais, as frentes de trabalho, na sua maioria, continuam circunscritas a ocupações tipicamente mal remuneradas como ajudantes em geral, vendedores e serventes. A importância que adquire o trabalho rural face à precariedade do mercado de trabalho urbano é reforçada por constatar-se que, entre 61 famílias entrevistadas, sem registro de migração rural/urbana - que portanto nunca moraram na zona rural - foi registrada a ocorrência de volantes. Isto leva a admitir que, dada a precariedade do mercado de trabalho urbano no Paraná, o trabalho rural passa a representar, de certo modo, uma alternativa de emprego para a própria popula o urbana. Seguramente isto tende a ocorrer de forma mais acentuada quando aumenta, no campo, a necessidade de mão-de-obra.   o caso, por exemplo, de momentos de colheita do café e algodão quando, para uma determinada parcela da popula o, a oferta de trabalho   suficiente para transformá-la em trabalhador. Esse contingente adicional representa a elasticidade necessária para o agricultor, seja elevando a disponibilidade de mão-de-obra, seja por seu papel regulador no preço dessa força de trabalho. Este   um caso em que se manifesta a unifica o do mercado de trabalho rural e urbano, cujas vantagens são apropriadas sobretudo pelo setor

---

<sup>2</sup> Quanto   época do fluxo migratório, ver tabela A.6(05).

TABELA: 8.01 - OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA POR SEXO

OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	VALORES ABSOLUTOS	%	VALORES ABSOLUTOS	%	VALORES ABSOLUTOS	%
Setor Primário	932	65,5	252	40,7	1.184	58,0
Construção Civil	186	13,1	5	0,8	191	9,3
Beneficiamento	23	1,6	6	1,0	29	1,4
Indústria de Transformação	48	3,4	9	1,4	57	2,8
Serv.de Montagem e Repara ção	28	2,0	-	-	28	1,4
Comércio Regular	11	0,8	6	1,0	17	0,8
Comércio Ambulante	37	2,6	3	0,5	40	2,0
Transporte e Comunicação	20	1,4	-	-	20	1,0
Ocupação Administrativa	6	0,4	-	-	6	0,3
Educação, Saúde e Serv.Colet.	20	1,4	6	1,0	26	1,3
Serviços Pessoais	19	1,3	311	50,2	330	16,2
Serviços Diversos	86	6,1	19	3,1	105	5,1
Não Especificado	6	0,4	2	0,3	8	0,4
TOTAL	1.422	100,0	619	100,0	2.041	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

rural, na medida em que se constitui no maior demandante por mão-de-obra.

A semelhança nas relações de emprego entre setores urbanos e o setor primário é o elemento fundamental que permite a unificação desse mercado. Nesse sentido, as informações sobre valor da remuneração e natureza do vínculo empregatício deixam claro que a unificação do mercado de trabalho se realiza através do subemprego.

As informações sobre contrato de trabalho registrado em Carteira Profissional compreendem apenas 260 ocorrências entre 2.003 pessoas que prestaram a informação. (Tabela 8.02).

Como se pode observar, a diferença é desfavorável para a população ocupada na agricultura onde, para 1.177 informantes, apenas 24 têm contrato de trabalho registrado em Carteira enquanto, para o conjunto das demais ocupações, a relação é de 236 ocorrências para 826 casos. Entre aqueles com ocupação agrícola, a proporção é de duas pessoas devidamente registradas em cada 100 e de 28 para cada 100 no caso das demais ocupações. A exceção está na categoria de serviços pessoais onde o número de trabalhadores com registro em Carteira corresponde a 4,6%. No entanto, isolando-se o conjunto ocupado no setor primário mais serviços pessoais, restam entre as demais categorias 56% de trabalhadores sem registro em Carteira.

A rigor, se se procurasse obter uma média de indivíduos formalmente empregados por família, ter-se-ia entre 1104 famílias, apenas 260 têm uma pessoa trabalhando com os custos de

TABELA: 8.02 - FORMA DE CONTRATO SEGUNDO OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA

Ocupação na Data da Entrevista	Forma de Contrato	Carteira Assinada	Contrato Verbal	Contrato Assinado	Não Especificado	TOTAL
Setor Primário		24	1.140	1	12	1.177
Construção Civil		71	101	7	6	185
Beneficiamento		13	13	2	-	28
Indústria de Transformação		36	13	4	3	56
Montagem e Reparação		14	10	1	2	27
Comércio Regular		7	7	-	1	15
Comércio Ambulante		1	27	-	3	31
Transporte e Comunicação		7	10	-	2	19
Ocupações Administrativas		4	1	1	-	6
Educação, Saúde e Serviços Coletivos		17	6	3	-	26
Serviços Pessoais		15	301	2	5	323
Serviços Diversos		50	42	6	5	103
Não Especificado		1	4	-	2	7
<b>TOTAL</b>		<b>260</b>	<b>1.675</b>	<b>27</b>	<b>41</b>	<b>2.003</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

reprodução de sua força de trabalho assegurados. Isto supondo que a condição de emprego com registro em Carteira garante o salário mínimo vigente e uma razoável estabilidade. Disto se depreende que a sobrevivência desta população está diretamente dependente do mercado de trabalho que, como se verificou, mostra-se desobrigado em garantir a reprodução do trabalhador nos padrões estabelecidos pela legislação trabalhista.

Este descompromisso é visível não só na ausência de vínculo empregatício formal, como na descontinuidade com que a força de trabalho é utilizada. A maioria dos trabalhadores entrevistados (59%) recebe remuneração por dia de trabalho. (Tabelas A.8(04) e A.8(05)).

A segurança de um contrato mensal que livre o trabalhador de se ofertar, literalmente a cada novo dia, só parece existir para cerca de 1/4 da população ocupada, e, paradoxalmente, a grande maioria destes casos corresponde a ocupações em serviços pessoais, cujos ganhos salariais se concentram na faixa de valor mais baixo. Considerado o limite máximo desta faixa de salário, o valor mensal chega a Cr\$ 420,00 para a Sub-região I e na Sub-região II a Cr\$ 480,00. (Tabelas 8.03 e 8.04).

O número de ocorrências em faixas salariais mais altas aumenta na condição de ganhos por dia. Ocorre que, sob a aparente vantagem do ganho diário, escondem-se grandes limitações à reposição da força de trabalho. Uma, é a ausência de vínculos formais que assegurem ao empregado o acesso a direitos previstos na legislação trabalhista, o que torna extremamente bai

TABELA: 8.03 - VALOR DIÁRIO DA REMUNERAÇÃO SEGUNDO OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA- SUB-REGIÃO I

Ocupação na Data da Entrevista	Faixas de Valor Diário em Cr\$	1 a menos de 17	1 a menos de 34	34 a menos de 51	51 a menos de 68	68 a menos de 85	85 a menos de 102	102 e mais	Não Especificado	TOTAL
Setor Primário		80	279	263	12	4	1	8	18	665
Construção Civil		5	20	50	14	8	9	5	2	113
Beneficiamento		2	3	8	4	2	-	-	-	19
Indústria de Transformação		3	11	18	3	2	2	-	2	41
Montagem e Reparação		5	3	6	2	2	1	-	1	20
Comércio Regular		1	1	5	2	-	1	2	-	12
Comércio Ambulante		6	8	7	1	-	-	-	1	23
Transporte e Comunicação		-	1	2	2	-	2	1	1	9
Ocupações Administrativas		-	-	1	1	-	1	-	-	3
Educação, Saúde e Serviços Coletivos		-	3	6	2	1	-	1	-	13
Serviços Pessoais		121	23	11	-	1	-	2	1	159
Serviços Diversos		11	10	21	4	4	3	3	1	57
Não Especificado		1	-	2	-	-	-	-	1	4
TOTAL		235	362	400	47	24	20	22	28	1.138

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA: 8.04 - VALOR DIÁRIO DA REMUNERAÇÃO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA - SUB-REGIÃO II.

Ocupação na Data da Entrevista	Faixas de Valor Diário em Cr\$	1 a menos de 15	15 a menos de 31	31 a menos de 47	47 a menos de 62	62 a menos de 77	77 a menos de 92	92 e mais	Não Especificado	TOTAL
Setor Primário		21	155	245	63	3	1	9	15	512
Construção Civil		2	11	28	16	8	-	2	7	74
Beneficiamento		2	-	2	4	2	-	-	-	10
Indústria de Transformação		3	3	6	1	3	-	-	1	17
Montagem e Reparação		3	1	2	-	-	-	1	1	8
Comércio Regular		2	1	1	-	-	-	-	1	5
Comércio Ambulante		3	9	1	1	-	-	-	1	15
Transporte e Comunicação		1	2	2	5	-	-	1	-	11
Ocupações Administrativas		-	1	-	-	-	-	2	-	3
Educação, Saúde e Serviços Coletivos		1	3	3	2	-	1	1	1	12
Serviços Pessoais		131	27	1	-	-	-	5	2	166
Serviços Diversos		9	8	13	10	3	-	2	3	48
Não Especificado		2	1	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL		180	222	304	102	19	2	23	32	884

FONTE: Pesquisa de Campo.

xo o custo desta mão-de-obra ao retirar do salário os encargos sociais. Em segundo lugar, o número de dias de trabalho é variável. E neste caso, se o valor diário percebido tem necessariamente que repor a força de trabalho - garantir que o trabalhador more, se alimente e se vista - deveria levar em conta o número de dias trabalhados. No entanto, o número de ocorrências para pagamentos por dia concentra-se em faixas salariais cujo valor médio corresponde ao salário mínimo dividido por 25 dias.

A idéia de 25 dias de trabalho por mês para um trabalhador com vínculos dessa ordem é muito improvável. Não apenas na agricultura, mas entre as demais frentes de trabalho que, ao lançar mão de trabalhadores sob tais vínculos, tendem a observar qualquer diferenciação eventual de demanda.

A fim de chegar à proporção de pessoas que, através de diferentes formas de pagamento, atingem o equivalente ao salário mínimo mensal (30 dias), procurou-se obter uma média do número de dias trabalhados por semana, para cada forma de pagamento. Isto permitiu definir a partir de que faixas de valor diário corresponde o equivalente ao salário mínimo.<sup>3</sup>

A partir destas considerações, os trabalhadores com perspectivas de atingir o equivalente ao salário mínimo, ou mesmo excedê-lo são:

---

<sup>3</sup> A média de dias trabalhados por semana é 5 para os que recebem por dia; 5,5 para os que recebem por semana; 5,8 por quinzena e 5,9 por hora.

- sub-região I

a) - todos aqueles que recebem por mês, semana, quinzena e hora um valor diário acima de Cr\$ 34,00;

b) - todos aqueles que recebem por dia um valor diário acima de Cr\$ 51,00;

- sub-região II

a) - todos aqueles que recebem por mês, quinzena e hora um valor diário acima de Cr\$ 31,00;

b) - todos aqueles que recebem por dia e semana um valor diário acima de Cr\$ 47,00.

Desse modo, apenas 21% da população ocupada obtinha, na data da entrevista, uma remuneração mínima prevista por lei. (Tabela 8.05).

Não se pode ponderar que o peso da força de trabalho de menores responda pelo grande volume (79%) dos trabalhadores que não atingem uma remuneração equivalente ao salário mínimo. Como mostra a tabela 8.06, a maior parte da população ocupada é masculina e com idade superior a 18 anos.

Resta acrescentar que a baixa remuneração caracteriza, de modo geral, todo o grupo investigado, independente do setor de atividade e da forma de pagamento. As tabelas 8.03 e 8.04 mostram este fato com nitidez, a partir do valor diário da remuneração mensal.

TABELA: 8.05 - FORMA DE PAGAMENTO E VALOR DIÁRIO EQUIVALENTE A SALÁRIO MÍNIMO SEGUNDO OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA.

FORMA DE PAGAMENTO OCUPAÇÃO DA DATA DA ENTREVISTA	Total* Geral	TOTAL			MES			DIA			OUTROS**		
		Total	Valor Diário inferior ao salário mínimo	Valor Diário equivalente ao salário mínimo e mais	Total	Valor Diário inferior ao salário mínimo	Valor Diário equivalente ao salário mínimo e mais	Total	Valor diário inferior ao salário mínimo	Valor Diário equivalente ao salário mínimo e mais	Total	Valor diário inferior ao salário mínimo	Valor Diário equivalente ao salário mínimo e mais
Setor Primário	1.177	1.143	1.012	131	63	46	17	983	906	77	97	60	37
Construção Civil	187	177	75	102	62	21	41	79	52	27	36	2	34
Beneficiamento	29	29	11	18	14	3	11	9	6	3	6	2	4
Indústria de Transformação	58	55	26	29	42	17	25	12	9	3	1	-	1
Montagem e Reparação	28	26	12	14	22	10	12	2	1	1	2	1	1
Comércio Regular	17	16	6	10	13	5	8	3	1	2	-	-	-
Comércio Ambulante	38	36	32	4	12	10	2	22	21	1	2	1	1
Transporte e Comunicações	20	19	7	12	10	4	6	7	2	5	2	1	1
Ocupações Administrativas	6	6	1	5	6	1	5	-	-	-	-	-	-
Educação, Saúde e Serviços Coletivos	25	24	8	16	17	6	11	4	2	2	3	-	3
Serviços Pessoais	325	322	308	14	278	272	6	40	33	7	4	3	1
Serviços Diversos	105	101	46	55	68	33	35	26	12	14	7	1	6
Não especificado	7	6	4	2	3	2	1	1	1	-	2	1	1
TOTAL	2.022	1.960	1.548	412	610	430	180	1.188	1.046	142	162	72	90

FONTE: Pesquisa de Campo

\*Inclusive "pagamentos por ano "e" não especificado"

\*\*Corresponde a pagamento por semana, quinzena e hora

TABELA:8.06 - OCUPAÇÃO NA DATA DA ENTREVISTA, POR IDADE

SETORES DE ATIVIDADE	FAIXA DE IDADE	Até Menos de	12 a menos	15 a menos	18 anos e	Não Especificado	TOTAL
		12 anos	de 15 anos	de 18 anos	mais		
Setor Primário	Volante	33	109	197	778	-	1.117
	Outras	0	1	10	56	-	67
Construção Civil		1	4	16	169	-	190
Beneficiamento		-	1	1	27	-	29
Indústria de Transformação		-	4	4	44	-	57
Serviços de Montagem e Reparação		-	3	6	19	-	28
Comércio regular		-	1	1	15	-	17
Comércio Ambulante		-	6	5	29	-	40
Transportes e Comunicação		-	-	1	19	-	20
Ocupações Administrativas		-	-	-	6	-	6
Educação, Saúde e Serviços Coletivos		-	-	2	24	-	26
Serviços Pessoais		5	44	88	193	-	330
Serviços Diversos		4	3	6	92	-	105
Estudante		-	-	-	-	-	-
Aposentado		-	-	-	-	-	-
Não Especificado		-	3	-	4	-	7
TOTAL		43	179	342	1.475	-	2.039

FONTE: Pesquisa de Campo

As informações anteriores complementam o raciocínio inicial, segundo o qual uma verdadeira unificação do mercado de trabalho - que cria um mercado livre para uma força de trabalho livre - depende de profundas alterações no modelo de desenvolvimento brasileiro.

A unificação existente está circunscrita a um conjunto de atividades cuja homogeneidade sustenta-se no rebaixamento do valor da força de trabalho, via subemprego que, por sua vez, pode ser reproduzido porque repassa para a unidade familiar os custos de reprodução do trabalhador.

Neste ponto, fica como questão a analisar as possibilidades de incorporação produtiva da mão-de-obra - ainda que nos moldes acima descritos - para que a unidade familiar consiga arcar com os custos de reprodução de seus membros.

Para cumprir com a função de co-responsável pelas condições de existência de seus membros, a unidade familiar não dispõe de outro meio que a venda de sua força de trabalho. Isto porque desaparecem as possibilidades de suplementar os ganhos com uma pequena lavoura doméstica. Suas atuais condições habitacionais se têm pouco de urbano (rede de água e esgoto, por exemplo), também não guardam nada do rural, já que dispõem de um espaço que apenas circunscreve o domicílio.

A sobrevivência dos membros das famílias de volantes mostra-se seriamente agravada quando se observa o elevado número dos que declararam sua condição de desemprego na data da

entrevista. Enquanto 2.039 pessoas encontravam-se ocupadas, um contingente pouco menor - 1476 - declarou-se desempregado. Dentre estes, a maioria teve seu último emprego no setor primário e apenas 11% dos que prestaram esta informação estavam desempregados de outras atividades não agrícolas. (Tabela A.8.(06)).

Tendo em vista o motivo do desemprego, pode-se isolar dois grupos: o que não encontrou trabalho no dia da entrevista e o que não tem encontrado trabalho. Estes dois grupos perfazem um total de 893 pessoas que se aproximam melhor ao conceito de desempregados como aqueles que estão sem emprego, mas que têm procurado trabalho. (Tabela A.8(07)).

O tempo de desemprego é bastante prolongado: apenas 12% dos que se encontravam nessa condição, na data da entrevista, declararam um máximo de 15 dias de desemprego. Entre aqueles que não têm encontrado trabalho, 38% estão desempregados entre um e dois meses o que está ligado, provavelmente, ao término da colheita de algodão que, em algumas áreas cobertas pela pesquisa, representou a última oportunidade de trabalho.

A constatação do nível de desemprego torna o contingente ocupado responsável, de modo inexorável, pela sobrevivência da família. Isto porque, para 1104 famílias têm-se um volume de 2.039 ocupados e 893 pessoas voltadas efetivamente para o mercado de trabalho (embora não ocupadas), o que permite supor que, vez por outra, tanto o emprego possa se concretizar para o segundo grupo quanto faltar para o primeiro. Sendo assim, dificilmente é atingida a proporção de duas pessoas ocupa

das por família.

Estas considerações sugerem que a unidade familiar consegue repor sua força de trabalho pela alternância de atividade produtiva entre seus membros. Neste caso, a renda familiar assume outro sentido: sua função fundamental não é suplementar o baixo salário, mas evitar períodos de desemprego absoluto. Sem dúvida esta é uma razão suficientemente forte para transformar cada membro da família em vendedor de sua própria força de trabalho. Esta situação pode ser entrevistada quando se compara o volume de pessoas ocupadas como volante na data da entrevista (1.117) e o número dos que declararam já ter trabalhado como volante (3.041 pessoas). Tabela A.8(08). Para compor esta oferta adicional que representa mais da metade da população investigada, a mão-de-obra de menores de 17 anos participa com cerca de um terço.

O esforço familiar no sentido de manter a reposição da força de trabalho de seus membros pode ter profundas implicações na estrutura e organização interna da família. A precariedade da ocupação como volante de 40% dos chefes de família ou o completo desemprego para 38% deles (tabela 8.07), aliados à inclusão precoce de menores de 17 anos no mercado de trabalho (correspondendo a 28% da população ocupada na data da entrevista), podem levar ao aviltamento da condição do chefe da casa na medida em que não é ele quem responde pela sobrevivência da família.

TABELA 8.07 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA NA DATA DA ENTREVISTA

OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA NA DATA DA ENTREVISTA	VALORES ABSOLUTOS	PERCENTUAL
SETOR PRIMÁRIO:Volante	418	40,1
Outros	30	2,8
CONSTRUÇÃO CIVIL	75	7,2
BENEFICIAMENTO	11	1,1
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	11	1,1
COMÉRCIO REGULAR	3	0,3
COMÉRCIO AMBULANTE	21	2,0
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	9	0,9
EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS COLETIVOS	12	1,1
SERVIÇOS PESSOAIS	14	1,3
SERVIÇOS DIVERSOS	36	3,4
SEM OCUPAÇÃO	397	38,1
NÃO ESPECIFICADO	6	0,6
TOTAL	1.043	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

TABELA: 8.08 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO, OCUPAÇÃO E POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO, POR SEXO E IDADE.

IDADE \ TAXAS E SEXO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO		TAXA DE OCUPAÇÃO		% DA POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES		
Até menos de 5	-	0,3	-	-	100,0	99,7
5 a menos de 10	6,1	5,3	1,9	0,7	93,9	94,7
10 a menos de 15	55,2	38,5	24,2	15,4	44,8	61,5
15 a menos de 20	95,9	82,9	68,2	51,4	4,1	17,1
20 a menos de 25	97,6	77,9	78,8	41,9	2,4	22,1
25 a menos de 30	98,1	69,7	74,5	24,7	1,9	30,3
30 a menos de 39	97,9	76,6	71,9	25,4	2,1	23,4
40 a menos de 50	99,6	70,1	70,8	21,3	0,4	29,9
50 a menos de 60	99,6	62,6	66,1	17,1	0,4	37,4
60 a menos de 70	97,0	55,6	50,4	10,0	3,0	44,4
70 e mais	89,1	66,7	23,9	6,7	10,9	33,3
Não-Especificado	-	10,0	-	-	100,0	90,0
TOTAL	66,8	49,5	44,3	20,5	33,2	50,5
TOTAL 10 +	87,9	65,3	58,6	27,3	12,1	34,7

FONTE: Tabela A.8 (09)

Quando a sobrevivência passa a ser o compromisso maior de cada um dos membros da família, aumentando a participação do contingente de menores no mercado de trabalho, criando condições para que se estabeleça um processo seletivo que discrimina os trabalhadores mais velhos.

Nesse sentido, as informações da tabela A.8(09) revelam que, do total da população masculina ocupada na data entrevista, 36% está entre 10 e 19 anos e, da população feminina ocupada, 26% encontram-se nesta faixa de idade.

Tomando-se apenas a faixa etária de 10 a 14 anos, tem-se que mais da metade da população masculina correspondente encontra-se na força de trabalho.<sup>4</sup> (Tabela 8.08).

A entrada prematura no mercado de trabalho desloca para um segundo plano a formação escolar. Nesse sentido, a ausência de um chefe de família em condições de garantir a sobrevivência de sua família se faz sentir de modo decisivo.

A comparação entre a elevada disponibilidade para o trabalho da população entre 10 e 14 anos e sua condição escolar permite perceber, principalmente para a população masculina, a prioridade que tem a atividade produtiva sobre a frequên

---

<sup>4</sup> Considerou-se na força de trabalho todos aqueles ocupados na data da entrevista mais os desocupados naquela data e que declararam já ter trabalhado em outra época.

cia à escola.<sup>5</sup> Enquanto 52,8% da população masculina entre 11

TABELA 8.09 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA SEGUNDO SEXO E IDADE

FAIXAS DE IDADE	SEXO	POPULAÇÃO QUE FREQUENTA ESCOLA/TOTAL FAIXA ETÁRIA	
		HOMENS	MULHERES
7 a 10 anos		47,0	53,1
11 a 14 anos		52,8	48,9
15 a 17 anos		29,9	26,0
18 e mais		4,5	3,3
TOTAL		21,4	21,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

e 14 anos declarou estar vinculada à escola, 55,2% entre 10 e 14 anos está voltada para o mercado de trabalho e 24,2% está, de fato, ocupada. Estes dados levam à suposição de que um elevado número de menores de 14 anos não está na escola e não tem trabalho.

A rigor, é insuficiente considerar a necessidade de trabalhar como o único fator explicativo para o pequeno número de pessoas com idade escolar e que está vinculada à escola. Entre a população de 7 a 10 anos, onde são poucos os que trabalham, apenas 50% frequentam escola. Certamente esta situação é muito mais o reflexo seja da oferta de vagas escolares, seja das precárias condições de existência da população que a impede de arcar com as despesas ligadas à instrução formal.

<sup>5</sup>A condição escolar é empregada no sentido da existência de algum vínculo escolar, independente da frequência escolar propriamente dita (presenças e faltas).

O que se quer salientar é que, a importância do trabalho para a existência da família que implica em relegar, para um segundo plano, a formação escolar, reflete-se num potencial agravamento dessa situação.

Por um lado, a entrada de menores no mercado de trabalho reforça o rebaixamento do valor da força de trabalho sobre o que está baseada, em grande parte, a seletividade por idade. Além dessa função salarial, a ocupação de menores agrava o aviltamento do trabalho humano, já que o empregador obtém, muitas vezes, o mesmo resultado que teria empregando um adulto apesar de um desembolso menor e de um maior desgaste da força de trabalho.

Por outro lado, se os menores são beneficiados, no presente, por um mercado de trabalho que discrimina os trabalhadores mais velhos, condenam-se à condição de subempregados porque não acumulam as qualificações necessárias à participação em outro tipo de mercado de trabalho. Assim, os padrões de reprodução desta população reforçam a reprodução das relações de trabalho baseadas no subemprego a que está submetida.

## 8.2 - CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DO TRABALHADOR VOLANTE

Até este ponto, procurou-se deixar claro, ao lado da quase absoluta disponibilidade para o trabalho da população investigada, os limites de absorção do mercado e a precariedade das formas de sua inserção nesse mercado e de sua remuneração.

Neste ponto, cabe retomar os dados sobre renda familiar para tratá-los, agora, em termos da relação receita/despesa como expressão concreta das condições de existência e reprodução do contingente de trabalhadores pesquisados.

Segundo a estrutura de ganhos brutos da família no mês de junho/77, 90% das famílias que prestaram informação não atingem o equivalente a três salários mínimos mensais.<sup>6</sup>

TABELA 8.10 - GANHOS BRUTOS TOTAIS NO ÚLTIMO MÊS

GANHOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS	Nº DE FAMÍLIAS	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL
Menos de 1 S.M.		472	43,0
1 a menos de 3 S.M.		521	47,5
3 a menos de 5 S.M.		54	4,9
5 a menos de 7 S.M.		9	0,8
7 S.M. e mais		2	0,2
Sem rendimento		36	3,3
Não especificado		3	0,3
TOTAL		1.097	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

A obtenção de uma receita familiar maior implica o envolvimento de maior número de trabalhadores. A maioria das famílias com até 3 membros encontra-se na faixa de ganho mensal inferior ao salário mínimo, enquanto para as famílias de 7 a 9

<sup>6</sup> A composição dos ganhos compreende, além da remuneração, todas as formas de contribuição, ajuda, empréstimo ou renda que se constituam em entradas para o orçamento familiar.

membros os ganhos brutos de concentram entre um e menos de três salários mínimos. (Tabelas A.8(12) e A.8(13)). No entanto, se as maiores famílias podem contar com maior número de ofertantes de força de trabalho, têm, também, que dividir o que obtêm entre maior número de consumidores. A renda per capita da população investigada está concentrada nos mais baixos valores sendo que, a um maior número de pessoas por família, corresponde uma proporção maior de ocorrências para os menores valores. (Tabelas 8.11 e 8.12).

O alcance de uma renda mensal per capita tão baixa, no que diz respeito à garantia da reprodução da força de trabalho, pode ser melhor percebido através de sua distribuição no tempo. Repartindo-se o valor máximo da classe de renda per capita mensal que concentra, na sub-região I, o maior número de ocorrências, entre as quatro semanas do mês, obtém-se o equivalente a Cr\$ 64,00. Se este total for repartido, parcimoniosamente, entre os sete dias da semana, chega-se a Cr\$ 9,14 por dia. Esta quantia deve poder satisfazer as necessidades individuais mínimas diárias para a metade das famílias dessa sub-região e, especialmente, atender as necessidades de um número muito grande de crianças até 6 anos. Para a sub-região II, a quota individual diária para 60% das famílias cai para Cr\$ 8,20.

Como a reposição da força de trabalho implica em gastos, pelo menos, com moradia, alimentação e vestuário, desta parcela individual diária será, necessariamente, subtraído um valor capaz de permitir que, de algum modo, se realizem estas condições.

TABELA: 8.11 - RENDA MÉDIA PER CAPITA SEGUNDO TAMANHO DAS FAMÍLIAS - SUB-REGIÃO I

Renda Per Capita em Cr\$	Tamanho das Famílias	1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 e mais		Não Especificado		TOTAL	
		V.ABS.	%	V. ABS.	%	V. ABS.	%	V. ABS.	%			V. ABS.	%
1 a menos de 256		47	40,5	98	49,5	88	56,1	27	50,9	3		263	49,5
256 a menos de 513		49	42,2	71	35,9	47	29,9	21	39,6	3		191	36,0
513 a menos de 769		11	9,5	19	9,6	13	8,3	-	-	-		43	8,1
769 a menos de 1027		7	6,1	4	2,0	1	0,6	1	1,9	-		13	2,4
1027 e mais		2	1,7	1	0,5	-	-	2	3,8	1		6	1,2
Sem Rendimento		-	-	5	2,5	7	4,5	1	1,9	-		13	2,4
Não Especificado		-	-	-	-	1	0,6	1	1,9	-		2	0,4
TOTAL		116	100,0	198	100,0	157	100,0	53	100,0	7		531	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA: 8.12 - RENDA MÉDIA PER CAPITA SEGUNDO TAMANHO DAS FAMÍLIAS - SUB-REGIÃO IT

Renda Per Capita Em Cr\$	Tamanho das Famílias	1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 e mais		Não Especificado		TOTAL	
		V.ABSOLUTO	%	V.ABSOLUTO	%	V.ABSOLUTO	%					V.ABSOLUTO	%
1 a menos de 236		47	39,8	152	60,5	92	70,8	36		4		331	60,2
236 a menos de 427		39	33,1	61	24,3	29	22,3	8		-		137	24,9
427 a menos de 708		18	15,3	19	7,6	7	5,4	1		-		45	8,2
708 a menos de 945		4	3,4	2	0,8	-	-	-		1		7	1,2
945 e mais		3	2,5	3	1,2	-	-	-		-		6	1,1
Sem Rendimento		7	5,9	13	5,2	2	1,5	1		-		23	4,2
Não Especificado		-	-	1	0,4	-	-	-		-		1	0,2
TOTAL		118	100,0	251	100,0	130	100,0	46		5		550	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

A comparação da estrutura do orçamento doméstico da população investigada com os padrões oficiais, tem alcance muito limitado. Em primeiro lugar, porque o salário médio encontrado corresponde a Cr\$ 754,60 na sub-região I e Cr\$ 713,10 na sub-região II, estando muito aquém do salário mínimo vigente na data da entrevista. Além disso, e como maior fator desviante, o predomínio da forma de pagamento por dia dificulta a tentativa de reconstruir sua utilização diária, obtendo as devidas proporções para os diferentes tipos de consumo.

Via de regra, a noção de gastos é tomada, neste contexto, como o necessário à reposição material imediata da força de trabalho através da ingestão de calorías na alimentação. No entanto, a reprodução de sua força de trabalho leva os trabalhadores a reduzirem a um mínimo sua despesa com alimentação para cobrir outros itens indispensáveis. O aluguel é um compromisso para 43% da população além de outros itens de despesa que escapam à conta do armazém: medicação, gás, lenha, uma panela, balde, mas principalmente cobertor e algum vestuário.

A compressão das despesas com alimentação acaba por resultar em algum saldo na relação receita/despesa, mesmo para orçamentos tão limitados.

TABELA 8.13 - PERCENTUAL DOS GANHOS BRUTOS GASTOS COM ARMAZÉM

PERCENTUAL DOS GANHOS BRUTOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ABSOLUTO	PERCENTUAL
0		42	4,2
1 a menos de 25		39	4,0
25 a menos de 50		181	18,1
50 a menos de 75		365	36,5
75 a menos de 99		266	26,6
100		69	6,9
Sem rendimento		37	3,7
TOTAL		999	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Todos os itens apontados como indispensáveis à reposição da força de trabalho têm sido restringidos, dependendo da renda familiar, mas a alimentação tem como propriedade o mais elevado grau de elasticidade. E, desse modo, pode variar em torno de uma razão essencial para ficar em torno de alguns poucos itens.<sup>7</sup>

A ocorrência de qualquer outro tipo de despesa no ano de 1976 só foi constatada entre 488 famílias, o que significa que 56% das famílias entrevistadas têm seus gastos circunscritos a um mínimo. Tanto a pauta de artigos quanto a forma pela

<sup>7</sup>A composição de uma razão essencial para cada indivíduo, em um mês, envolve os seguintes itens e suas quantidades: carne-6,0 kg.; leite-7,5 l.; feijão-4,5 kg.; arroz-3,0 kg.; farinha de trigo-1,5 kg.; batata-6,0 kg.; tomate-9,5 kg.; pão-6,0 kg.; café(pó) - 0,600 kg.; banana-7,5 dz.; açúcar-3,0 kg.; banha-0,750 kg.; manteiga-0,750 kg. Ver, VÁRIOS AUTORES - São Paulo, 1975 - Crescimento e Pobreza. Ed. Loyola, 1976 - pág. 69.

qual foram adquiridos atestam a marginalidade da condição de consumidor desta população. Sua inserção no sistema de compras à crédito ainda combina o tradicional "fiado" com o crédito organizado em prestações mensais, embora os artigos tenham sido, sobretudo, comprados a vista.

TABELA 8.14 - ARTIGOS ADQUIRIDOS NO ÚLTIMO ANO E FORMA DE COMPRA

ARTIGOS ADQUIRIDOS \ FORMA DE COMPRA	A VISTA	A PRAZO	FIADO	NÃO ESPECIFICADO	TOTAL
Sapatos	251	42	15	-	308
Roupas	229	78	58	2	367
Mobiliário	34	42	38	2	116
Eletrodomésticos	3	10	7	-	20
Roupas cama/mesa	5	5	5	-	15
Rádio	1	2	1	-	4
Relógio	3	-	1	-	4
Bicicleta	2	1	2	-	5
Não Especificado	5	6	1	1	13

FONTE: Pesquisa de campo

OBS: Formulários analisados 1.104

Formulários com ocorrência 488.

Diferentes estudos sobre o padrão de consumo familiar têm apontado sua diversificação, especialmente no que se refere a eletrodomésticos, como resultado de um modelo econômico que difunde e facilita o acesso a estas mercadorias. Entre a população investigada estes traços característicos da sociedade de consumo são inexpressivos. A pauta de artigos adquiridos no decorrer do ano refere-se a sapatos, roupas, mobiliário

rio (fogão, cama, etc.) e roupa de cama (cobertor, principalmente). Encontram-se traços de um modelo "consumista" em apenas 20 ocorrências para eletrodomésticos e 4 rádios entre 1104 famílias.

O estrangulamento do orçamento familiar evita o endividamento. Via de regra, só lhe é dado comprar a vista. A utilização de compras a prazo, eventualmente admitidas pelo dono do armazém, é privilégio das famílias cujos membros são, reconhecidamente, os primeiros a serem chamados a trabalhar.

TABELA 8.15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA ÚLTIMA COMPRA DO ARMAZÉM

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
A vista	685
Fiado	418
Não Especificado	1
TOTAL	1.104

FONTE: Pesquisa de campo.

A rigor, a proporção do salário mínimo prevista para alimentação (45%) corresponderia a Cr\$ 462,00, tomando como base o salário em vigor na primeira sub-região. Este valor representa 61% do salário e deveria ser utilizado para a alimentação de um adulto, em um mês. Tendo-se em vista que a família média compreende seis pessoas, e que a média de duas pessoas ocupadas por família não chega a ocorrer, pode-se avaliar os limites do rendimento dessa população para atender a suas necessidades.

TABELA 8.16 - SALDO DO ORÇAMENTO DOMÉSTICO EM JUNHO/77

SALDO (GANHOS- GASTOS)	FAMÍLIAS
SALDO NEGATIVO	401
SALDO ZERO	280
SALDO POSITIVO	377
SEM RENDIMENTO	38
SEM INFORMAÇÃO	18
TOTAL	1.114

FONTE: Pesquisa de campo.

Dentre os bens que compõem o pequeno pecúlio da população investigada, o de maior peso é a propriedade do terreno e do domicílio nele situado, o que acontece para 40% das famílias.

A situação do orçamento familiar permite supor que a propriedade do imóvel é resultado mais de condições de vida passadas que fruto do trabalho presente. Apesar da reconhecida precariedade desses imóveis expressa em sua localização periférica onde não desfrutam de infra-estrutura viária nem de saneamento básico, sua aquisição parece mais facilmente explicada pela venda de um possível imóvel rural, do produto de uma feliz colheita na condição anterior de parceiro ou arrendatário ou, mesmo, de uma eventual indenização.

TABELA 8.17 - CONDIÇÃO DO TERRENO

CONDIÇÃO DO TERRENO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Próprio	446
Alugado ou arrendado	470
Ocupado ou cedido	188
TOTAL	1.104

FONTE: Pesquisa de campo.

A integração do trabalhador na condição de um subassalariamento converte-o, e sobretudo a seus filhos, à condição de subcidadãos. Não apenas porque, dado o alcance de seu padrão alimentar, desqualifica-o fisicamente, abreviando sua substituição no mercado de trabalho, como porque está impedido de aperfeiçoar-se e tentar romper o círculo da reprodução de relações de trabalho desse tipo.

### 8.3 - A REPRODUÇÃO DA RELAÇÃO ASSALARIADA VOLANTE

O exame das informações organizadas neste capítulo permitiu coligir elementos que fundamentam a idéia segundo a qual o trabalho volante é gerado e reproduzido pelo tipo de desenvolvimento da economia brasileira através de seu caráter capital intensivo que alcança, há poucos anos, a agricultura. E, como é próprio do capital, este processo se realiza de forma anárquica, desorganizando as relações de trabalho pré-existentes sem constituir, devidamente, a relação social que lhe é própria: o assalariamento real. Comprometido com a reprodução da força de

trabalho imprescindível para sua realização, o capital difunde, indiscriminadamente o subemprego e a sub-remuneração.

A desorganização das relações de trabalho transparece no passado do trabalhador volante de hoje. Entre a população sobre a qual se pesquisou a história ocupacional anterior, 36% dos trabalhadores que hoje se vinculam ao processo produtivo na forma volante encontravam-se, recentemente, submetidos a regimes de trabalho diferenciados como a parceria, o pequeno arrendamento e, mesmo, a pequena propriedade.

Por outro lado, identificou-se a utilização dessa forma assalariada volante, principalmente pelas grandes unidades de produção agrícola que são capazes de criar trabalho, de fato, para caminhões diários de trabalhadores e que, ao utilizá-los, tornam-se responsáveis por sua difusão.

A família rural, que podia ser considerada um pequeno complexo produtivo, reduz seu papel na nova condição assalariada e a única forma de participar na manutenção de seus membros é obter algum tipo de remuneração pela venda da força de trabalho.

Na nova condição de trabalhador assalariado, o volante é um subempregado e sub-remunerado. Suas condições de existência identificam-no aos trabalhadores subempregados em geral. Vivem nos bairros mais precários do meio urbano e podem ser confundidos, pelas condições de moradia, pelo padrão de consumo e pela condição de subcidadão, com uma população marginal. No entanto, formam um contingente de trabalhadores: têm uma

profissão, são sobretudo lavradores, e os documentos necessários.

Para sobreviverem com uma média de Cr\$ 754,60, na sub-região I, e Cr\$ 713,10, na sub-região II, transformam cada membro da família, principalmente os menores, em força de trabalho. O alcance desta disponibilidade consiste em elevar a probabilidade de manter alguém ocupado, visto que a média de pessoas ocupadas não chega a duas por família.

Nestas circunstâncias, a população se desqualifica tanto como cidadão quanto como força de trabalho. O fato de não terem acesso às condições para sua equiparação aos níveis exigidos por um mercado de trabalho que discrimina a mão-de-obra não qualificada - instrução escolar, por exemplo - deteriora sua qualidade de força de trabalho no mercado urbano e reproduz a situação ocupacional em que se encontram.

Como núcleo desta problemática emerge a questão principal do presente estudo que consiste na proliferação e persistência desta forma específica de assalariamento na agricultura, simultânea ao processo de modernização tutelado pelo Estado.

A persistência ou transitoriedade da relação de trabalho volante só pode ser analisada a partir de uma definição clara da natureza dessa relação.

O caráter assalariado do trabalho volante é a garantia de sua persistência, considerados os parâmetros da forma capitalista de produção. Isto é, a expropriação dos meios de produção e

sua concentração nas mãos de poucos proprietários é, nos marcos da produção capitalista, um processo definitivo cuja reversão implica em transformações estruturais dos próprios parâmetros desse sistema.

Desde que desprovidos dos meios de produção, os trabalhadores volantes dependem, apenas, da venda de sua força de trabalho para sobreviverem. O preço que assume a força de trabalho expressa-se no salário, isto é, no valor monetário que permite adquirir os meios necessários à reposição da energia humana consumida no trabalho. No caso dos trabalhadores assalariados volantes, o preço de sua força de trabalho submete-os a condições de sobrevivência muito precárias. Disso resulta que a persistência dessa relação não necessariamente implica na sobrevivência dos trabalhadores a ela submetidos.

O traço que distingue o volante dentre a categoria dos trabalhadores assalariados é a informalidade que assume sua relação de trabalho e que o coloca, de fato, a descoberto dos benefícios da legislação trabalhista. A consequência imediata dessa informalidade é o agravamento das condições de sobrevivência do trabalhador que se vê destituído do mínimo definido socialmente como necessário à reposição de suas energias.

A persistência dessa informalidade da relação assalariada volante parece estar na dependência de três condicionantes: o nível de organização dos trabalhadores, o grau de identidade de interesses dos setores empresariais e a extensão da ação do Estado.

A regulamentação do trabalho volante não terá possibilidade de tornar-se efetiva se persistir a desorganização dos trabalhadores. Sua organização em entidades representativas não só cumprirá com a necessária função de reduzir sua dispersão e isolamento e, portanto, facilitar o atendimento da demanda por trabalhadores, como torna-los-á menos suscetíveis a manipulações.

A informalidade da relação de trabalho volante, apesar do ônus que acarreta para o trabalhador e para toda a coletividade, é vantajosa para algumas frações do empresariado rural, já que implica um menor dispêndio com a remuneração do trabalho. Assim, a transitoriedade dessa relação estará na dependência da eficácia da reação contrária que poderá surgir entre alguns empresários rurais. A regulamentação do trabalho volante poderá ser implementada, no entanto, caso os demais setores empresariais cheguem a perceber, pelo menos, a potencialidade que o contingente de trabalhadores rurais representa como consumidores.

Finalmente, a transitoriedade da relação de trabalho volante dependerá das possibilidades do Estado realizar seu papel de representante da sociedade civil. Nesse sentido, a promoção do bem comum, do qual o Estado é o árbitro privilegiado, envolve a salvaguarda dos interesses dos setores empresariais e da força de trabalho como partes dessa unidade contraditória que é a nação.

A existência do fenômeno do trabalho volante, enquanto situação-problema na agricultura, parece apresentar sinais de

esgotamento a se levar em conta as reações dos agentes sociais envolvidos - trabalhadores e empregadores, coletividade e Estado - identificáveis pela formulação de propostas que requerem, deste estudo, um exame detalhado.

## 9 - FORMAS DE INTERVENÇÃO SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO VOLANTE

### 9.1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A análise das propostas de intervenção sobre problemas decorrentes do crescimento do volume de trabalhadores rurais volantes na periferia dos núcleos urbanos exige, em primeiro lugar, a definição dos aspectos considerados problemáticos e sobre os quais se quer intervir.

A elevação atual nos índices de criminalidade e mendicância, tal como são percebidos pelo senso comum, chama a atenção da população urbana, principalmente nos grandes centros, e faz com que se identifiquem estes fatos com a pressão crescente exercida pelo contingente marginalizado do qual os trabalhadores volantes são parte significativa.

Afastados os preconceitos e as generalizações indevidas, o que os fatos empíricos indicam é o crescimento de uma população carente que busca meios de sobrevivência numa situação de alternativas ocupacionais limitadas o que pode levar, uma parte dela, a soluções nem sempre dignas e humanas.

Por este ângulo da questão, a situação de pauperismo do minante em toda uma categoria de trabalhadores e suas consequências sociais parece consistir na verdadeira face do "problema" representado pelo volume crescente de trabalhadores rurais volantes.

Visto por outro ângulo, menos aparente para a maioria da população, o contingente de trabalhadores volantes encarna as contradições do desenvolvimento capitalista recente da agricultura.

Na agricultura paranaense, a utilização de insumos industriais e a especialização em culturas de exportação através de grandes áreas monocultoras, acentua a demanda sazonal por mão-de-obra. Por outro lado, no entanto, tais transformações resultam numa expropriação crescente de pequenos produtores o que reduz a reserva de mão-de-obra fixada no campo e mobilizável para atender os picos de demanda. Os produtores agrícolas encontram-se, portanto, na contingência de verem o sucesso de seu empreendimento ameaçado pela escassez momentânea de força de trabalho.

A análise das formas de intervenção sobre o trabalho volante, que se faz a seguir, procura encarar o problema através de dois de seus inúmeros aspectos, a saber: a pauperização do trabalhador rural volante e a desorganização da oferta de mão-de-obra para a agricultura. Nesta análise, busca-se identificar as alternativas de ação que atinjam as determinantes do fe nômeno e não apenas seus efeitos imediatos.

Caracterizado como assalariado, o trabalhador rural volante deveria, ao menos teoricamente, ter assegurados seus direitos legais como o salário mínimo, descanso semanal remunerado, férias e abono de Natal, entre outros. Contudo, a efetivação da relação de trabalho sendo estabelecida a cada dia, geralmente através de intermediários, e com uma remuneração oscilante entre os momentos de maior e menor demanda, permite escamotear estes direitos.

A informalidade da relação de emprego a que se submetem os trabalhadores volantes coloca-os em condições muito desfavoráveis tendo em vista o que é previsto, por lei, para a categoria dos assalariados. Nem mesmo nos picos de demanda obtêm um salário mínimo mensal, pelo fato de dificilmente encontrarem trabalho todos os dias do mês, além de terem que cumprir, para isso, uma jornada de trabalho superior às 8 horas legais.

A possibilidade desse tipo de contratação, que ignora os direitos legais que cabem ao trabalhador, parece estar nos limites de defesa que a classe tem de fazer valer seus direitos, isto é, no baixo grau de organização dos trabalhadores.

Para que um grupo de trabalhadores possa lutar pelos seus direitos é preciso, em primeiro lugar, que tenham chance de se identificar como assalariados com condições objetivas de trabalho em comum. Em segundo, que se associem em entidades realmente representativas, que possam fazer valer esses direitos.

A forma de absorção do trabalhador rural volante na produção do campo remete-o ao meio urbano, onde ele e os demais membros de sua família acabam por engrossar um setor informal, tornando-o um dos muitos subempregados da cidade. A dispersão dos trabalhadores imposta por esta estrutura é o principal entrave para sua identificação como categoria. Paralelo a isso, a entidade responsável pela defesa dos interesses do trabalhador rural volante, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tem uma composição que reflete a própria estrutura produtiva do campo, isto é, congrega pequenos produtores (empregadores em potencial), semi-assalariados, parceiros e colonos, e empregados em geral. Essa estrutura faz com que não apenas diferentes trabalhadores sejam representados numa mesma entidade, mas principalmente, que nela estejam co-existindo interesses de agentes submetidos a diversas relações de produção. Isso permite que se suponha, ao menos teoricamente, momentos de interesses conflitantes. Enquanto o crescimento do número de assalariados rurais exige uma definição clara de seus direitos e a busca de sua efetivação, seu sindicato conta com a participação de numerosos pequenos produtores para quem a mão-de-obra assalariada contratada sob a forma atual significa, no mínimo, a possibilidade de dispor desses trabalhadores nos momentos de pico de demanda.

Em síntese, pode-se pensar portanto, que a baixa organização dos trabalhadores rurais volantes, atribuída aos fatores já apresentados, explicaria a possibilidade de sua contratação informal e fora dos parâmetros legais. Essa forma de vínculo, por sua vez, seria um reforço à descontinuidade do trabalho, na medida em que todo o contingente de subempregados poderia ser

manipulado proporcionando maior rotatividade de emprego e barateamento da mão-de-obra. De qualquer modo, a descontinuidade ultrapassa esse nível de explicação, na medida em que ela atinge inclusive os assalariados urbanos.

A explicação da descontinuidade deve ser buscada ao nível da estrutura produtiva, que é responsável tanto pela geração do número de assalariados quanto por sua absorção.

A geração dessa crescente massa de assalariados é fruto, conforme já foi mostrado neste estudo, de transformações ocorridas no meio rural. O Paraná tem-se caracterizado historicamente por uma agricultura com base na pequena produção. Contudo, recentemente se verifica um processo de expropriação crescente do pequeno produtor e a conseqüente concentração de terras.

Esse processo é viabilizado por uma política de financiamento, vinculada à aquisição de maquinário, esquema de estocagem e comercialização que deterioram as condições ao pequeno produtor, além da especulação imobiliária que cria uma valorização crescente das terras. A forma que esse processo assume no Estado é, principalmente, pela entrada da soja, com padrões tecnológicos dados internacionalmente, expansão da pecuária em moldes intensivos e compressão de culturas alimentares em terras cada vez mais pobres e acidentadas.

O trabalhador rural volante como fruto dessa entrada de capital no campo encontra, em contrapartida, uma demanda no meio rural altamente sazonalizada, por sua força de trabalho, dado

à crescente especialização da agricultura em produtos para a exportação. Por outro lado, o meio urbano apresenta uma demanda reduzida dados os padrões de industrialização vigentes.

"... se é verdade que a compra de equipamentos, v.g., de tecnologia acumulada, "queima" etapas da acumulação, ele também reduz o circuito de realização interna do capital, o que tem, entre outras a consequência de tornar o efeito multiplicador real da inversão mais bai-  
xo que o efeito potencial que seria gerado no caso de uma realização interna total do capital. É óbvio que um dos multiplicadores afetados nesse caso é o do emprego direto e indireto. A razão histórica da industrialização tardia converte-se numa razão estrutural, dando ao setor secundário e à indústria participação desequilibrada no Produto e na estrutura de emprego!"<sup>1</sup>

Isto é, a industrialização que se opera no País, se dá em moldes de limitada absorção de mão-de-obra. Além do que, concentra-se em determinados centros que por isso mesmo passam a dispor de condições infra-estruturais e financeiras que estimulam e reproduzem essa concentração, criando internamente uma divisão regional do trabalho, em termos de Estados prioritariamente voltados à agricultura ou à indústria. Dentro dessa divisão o Paraná tem sido visto como um Estado essencialmente agrícola. Embora alguns elementos apontem para uma in-

---

<sup>1</sup> Oliveira, Francisco - "A Economia brasileira: Crítica à razão dualista", in "Seleções Cebrap I", Edições Cebrap, 1976, S.P., pág.34.

dustrialização recente mais singificativa, ela não parece ter perdido seu caráter de agroindústria com processamento em níveis iniciais.

Essas características levam a pensar que a industrialização no Estado não só guarda as características nacionais, como ainda as tem em grau mais acentuado. Basta dizer que o setor primário é ainda o que mais absorve mão-de-obra no Estado.

Assim a explicação da permanência de um contingente da população subempregada, e portanto com alta descontinuidade em suas relações de trabalho, encontra-se no próprio modelo de desenvolvimento econômico do país.

## 9.2 - AS ATUAIS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Dar inúmeras sugestões de ação sobre o trabalho volante originárias de diversos setores da sociedade, organizações ou indivíduos, poucas chegam a assumir o caráter de propostas concretas de intervenção. Isto é, a grande maioria não chega a definir com clareza os aspectos da questão que se objetiva atingir, os meios a serem utilizados e, muito menos, os efeitos que adviriam em decorrência de sua possível implementação.

Serão analisadas, a seguir, apenas aquelas sugestões que parecem mais próximas de propostas de intervenção sobre o trabalho rural volante e que são: as Cooperativas de Mão-de-Obra, o Projeto de Lei que estabelece Normas Reguladoras do Trabalho Avulso no Meio Rural, e a Reforma Agrária.

### 9.2.1 - Cooperativa de Mão-de-obra como Resposta ao Problema do Trabalhador Rural Volante

O exame da proposta de Cooperativa de Mão-de-Obra é baseado em dois documentos: 1."Estudo de Viabilidade Econômica da Cooperativa de Trabalhadores Rurais Temporários",elaborado pela Secretaria de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Convênio SINE-Ministério do Trabalho, 1977.

2."Estatuto da Cooperativa de Trabalho Campos Gerais do Paraná Ltda. - COTPAL", aprovado em Assembléia Geral de 15 de outubro de 1977 e registrado no INCRA em 07 de dezembro de 1977.

O primeiro documento, modelo geral elaborado pelo Ministério do Trabalho, servirá de base para a discussão do modelo de análise do problema do trabalhador rural volante e os objetivos a que se propõe a Cooperativa.

O estatuto da Cooperativa implantada no Paraná permitirá analisar a capacidade de resposta dessa organização como solução ao problema em sua manifestação específica no Estado.

A proposta de criação de Cooperativas de Mão-de-Obra é formulada como uma via de intervenção sobre o nível de vida e condições de trabalho do trabalhador volante, além de ser uma forma de organização de oferta de mão-de-obra para o meio rural.

A existência, desse tipo de relação de trabalho é identificada, na proposta em questão, como decorrente de dois ele-

mentos: advento do Estatuto do Trabalhador Rural e Migração ex pontânea da população rural para o perímetro urbano em busca de melhores condições de vida.

"O Estatuto do Trabalhador Rural criado com a finalidade de estender ao trabalhador do campo o amparo previdenciário e trabalhista do trabalhador urbano, determinou a incidência de algumas normas que ainda não se aplicavam ao campo e tornou conhecida a existência de direitos trabalhistas aos rurais. Por outro lado, acabou por assustar os produtores rurais, que buscando fugir às obrigações trabalhistas despediram seus empregados, mecanizando suas lavouras.

A mecanização foi possível face ao estágio econômico que o país alcançava e desta forma os trabalhadores rurais volantes acabam por assistir as máquinas e os produtos químicos executarem o trabalho que antes lhe era atribuído.

Assim, ao êxodo rural juntou-se o despejo sistemático, mediante o qual os proprietários rurais procuram livrar-se dos trabalhadores, dos dependentes destes e dos simples moradores por benemerência."<sup>2</sup>

Tem-se aqui uma inversão no processo de explicação da existência do fenômeno trabalho rural volante. E não apenas isso, mas a desconsideração das transformações estruturais no

---

<sup>2</sup> "Estudo da Viabilidade Econômica da Cooperativa de Trabalhadores Rurais Temporários" - Primeira página do item "III - Objetivos".

bojo das quais, somente, itens isolados como mecanização ganham sentido. As motivações individuais que aqui aparecem como o elemento primeiro, na realidade só podem surgir quando as condições estruturais mudam. E não só oferecem ao produtor rural novas opções de organizar sua produção, mas ainda o induzem a fazê-lo em função do processo de reavaliação dos fatores de produção no novo contexto.

O que se procurou no decorrer do presente estudo e, mais sinteticamente, no início desse capítulo, foi indicar como essas transformações ocorrem no Estado, gerando e reproduzindo o fenômeno do trabalho rural volante.

Na medida em que os determinantes estruturais não são ponderados na formulação dessa proposta e são eleitos aqueles retirados do senso comum e da ideologia dos produtores rurais, ela se limita a atuar, apenas, ao nível da manifestação empírica do problema.

Sua interferência atua no sentido de manutenção dos atuais aspectos "perversos" da relação de trabalho volante, sem fazer respeitar, pelos verdadeiros responsáveis, as características e direitos legais dos assalariados rurais. A obrigação de arcar com os encargos sociais que tanto "assustam" os produtores e são, na realidade, o mínimo de garantia para o empregado, é retirada de seus verdadeiros responsáveis pela intermediação da Cooperativa.

Assim, as Cooperativas de Mão-de-Obra não parecem orientar-se por outro objetivo a não ser concentrar os trabalhado-

res, colocando-os à disposição da demanda no meio rural.

A análise do âmbito de intervenção das Cooperativas de Mão-de-Obra é ampliada pelo exame dos objetivos da Cooperativa Campos Gerais do Paraná:

"Art.2º - A Sociedade Cooperativa objetivarã:

a) - contratar, mediante acordos verbais ou escritos, a execução, pelos associados isoladamente, em grupo ou pela sociedade total, de tarefas de trabalho, tendo sempre em vista obter para seus membros, melhores remunerações e condições de trabalho do que obteriam individualmente."<sup>3</sup>

A falta de precisão quanto à remuneração do trabalhador rural volante, permite que se deduza que sua definição é ainda colocada no livre jogo de mercado onde, a prática o tem demonstrado, o poder de barganha do trabalhador é reduzido.

Mesmo que o preço dessa mão-de-obra seja regulamentado, como no caso das Cooperativas de São Paulo, embora se atinja maior justiça na forma de tratamento da relação de emprego, ainda assim, a intermediação da cooperativa, diminui as possibilidades do trabalhador reivindicar e adaptar os trabalhos que lhe são conferidos às suas possibilidades. Isto é, o vínculo real de trabalho estabelecido é escamoteado por uma intermediação

---

<sup>3</sup>"Estatuto da Cooperativa de Trabalho de Campos Gerais do Paraná Ltda." - COTPAL, capítulo II, "Dos Objetivos Sociais", art.2º, página 1.

que acaba por colocar o trabalhador como empregador de si próprio.

Além de tudo isso, regulamentada a relação de emprego, persiste o problema da descontinuidade do trabalho para o volante.

A alternativa oferecida pelas Cooperativas é limitada pelo fato de desconsiderarem a estrutura produtiva como o verdadeiro "locus" do problema. Voltam a buscar a solução ao nível do próprio trabalhador, ampliando a nível coletivo as limitadas iniciativas semi-artezanais e domésticas do trabalhador individual.

"Dos objetivos sociais:

Art.2º a Sociedade Cooperativa objetivarã:

c) - promover, em próprios da sociedade ou tido a qualquer outro título, produção de diversas atividades como trabalho de alguns ou da totalidade dos associados, concorrendo estes, simultaneamente, com trabalho e técnica, de forma a que eles obtenham satisfatoriamente renda mensal.

d) produzir bens de consumo simples através do trabalho dos associados realizados no próprio domicílio ou em instalações da sociedade, com ferramentas deles ou por ela cedida, cabendo-lhe, ainda adquirir matéria prima e artigos correlatos de forma que eles também tenham nas ocasiões em que o exercício do trabalho nas empresas tenha sido reduzido, satisfatória renda pessoal."<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Idem, páginas 1 e 2.

As limitações da "criação" de emprego dentro de uma estrutura produtiva dada, é patente no próprio nível de vida dos trabalhadores que recorrem a esse tipo de recurso. A formulação desse item em sua forma pouco clara, no Estatuto, deve decorrer da própria dificuldade de se identificar essas possíveis frentes de trabalho e do reconhecimento dos obstáculos à comercialização dos produtos do artesanato. Além do que a qualificação dos trabalhadores, voltados tradicionalmente para a agricultura, delimite o campo de atividades em que podem se inserir de forma satisfatória.

O estudo da manutenção da cooperativa, por outro lado, aponta para outro de seus pontos vulneráveis.

"Art.60º - As despesas da Sociedade serão cobertas da seguinte forma:

- I) - Os custos operacionais diretos e indiretos pelos associados que participarem dos serviços que lhes deram causa.
- II) - Os custos administrativos, pelo seu rateio em partes iguais entre todos os associados, quer tenham ou não usufruído dos serviços da Cooperativa, durante o exercício."<sup>5</sup>

Quando se considera o valor unitário das quotas partes que deverão compor o capital da Cooperativa (Cr\$ 1,00 - hum cruzeiro) parece apenas simbólica a participação dos associados em seu custeio.

---

<sup>5</sup> Idem ibidem, página 20.

Contudo, o artigo 60º mostra a dependência da viabilidade do empreendimento, em relação à condição econômica dos trabalhadores que o compõe.

Retomando as colocações anteriores quanto à remuneração da mão-de-obra e intermitência do trabalho, chega-se a pensar que a Cooperativa, à médio prazo, só seria viável como entidade assistencial, com total subsídio do Governo e baixíssimo retorno.

Finalmente, à medida em que o projeto de implantação de Cooperativas trata a estrutura produtiva como um elemento dado, não sustaria a geração dessa mão-de-obra que seria, por sua vez, candidata aos esquemas assistencialistas possíveis.

Os elementos básicos da organização de Cooperativas de Mão-de-Obra permitem agora, uma discussão mais detalhada da natureza de seus objetivos e das possibilidades de alcançá-los.<sup>6</sup>

Em relação às condições do trabalhador, tem-se os seguintes objetivos: "melhor distribuição de renda entre os trabalhadores rurais" e "participação efetiva nas conquistas da comunidade".

O estudo da média salarial recebida pelos trabalhadores rurais volantes mostra que não se pode pensar em má distribui-

---

<sup>6</sup> Os objetivos aqui citados constam do documento "Estudo da Viabilidade Econômica de Trabalhadores Rurais temporários", já citado.

ção de renda entre eles. O que há como regra é uma baixa remuneração para a categoria como um todo. Mesmo que se dê a regulamentação do preço de sua força de trabalho, o que a lei lhe garante é o mínimo possível para sua reprodução. Ainda que nos picos de demanda o trabalhador possa através da extensão de sua jornada de trabalho, ou por uma maior produtividade dada por características individuais, obter algo a mais que o mínimo, isso não pode ser identificado como um elemento que deteriore a distribuição de renda da categoria. Pelo contrário, esses momentos configuram as poucas situações em que aumenta o poder de barganha da classe e que podem lhe propiciar condições mais completas de reprodução. Essa afirmação fica mais clara, quando se reporta ao estudo das condições de vida dos assalariados que mostra a perda de poder aquisitivo do salário mínimo e obrigatoriedade de incorporação de todos os membros ativos de sua família, para, mesmo assim, conseguirem um nível de vida abaixo do que tinham onze anos atrás.

Assim, a participação efetiva nas conquistas da comunidade é limitada, cada vez mais, para o assalariado como um todo e, especialmente, para o trabalhador rural volante que sofre de forma particular o fenômeno da descontinuidade do trabalho.

Quanto às possíveis alterações ao nível de produção agrícola a organização das Cooperativas pretende alcançar os seguintes objetivos: "organização do mercado de trabalho no meio rural, evitando o crescimento do setor informal urbano" e "o aumento da produtividade no setor agrícola".

No início deste capítulo procurou-se mostrar que o crescimento do setor informal urbano é um fenômeno que tem suas bases no modelo de desenvolvimento econômico vigente. Qualquer alteração nesse sentido deve portanto ultrapassar interferências ao nível da organização da mão-de-obra, já que a sua disponibilidade é a contrapartida da capacidade e forma de absorção do mercado.

Em relação ao último objetivo citado, "aumento da produtividade no setor agrícola", sua exígua formulação não permite entender, com clareza, o sentido que se lhe atribui.

Caso o que se pretenda seja aumento da produtividade da mão-de-obra, viabilizado por melhores condições de vida dos trabalhadores, seu alcance encontraria todas as limitações já apontadas neste item.

Se, por outro lado, a pretensão for o aumento da rentabilidade por unidade de capital investido, tal objetivo poderia ser alcançado quando se considera que a utilização do trabalho volante, em sua forma atual, permite ao empregador escamotear o pagamento dos encargos sociais e de um salário mínimo e, com isso, obter um mesmo e até crescente produto com menor desembolso em salários.

A interferência das Cooperativas, caso se reduza à mera institucionalização do trabalho volante em sua forma atual, colaboraria para manter, como hoje, o preço da força de trabalho abaixo do mínimo necessário para sua reprodução. Seu funcionamento não passaria, portanto, de uma forma de subsidiar mais es

se fator para o produtor rural.

Considerando os efeitos que a atual relação de trabalho volante tem para a reprodução da força de trabalho, chega-se a identificá-la como necessariamente transitória. Se, a nível de alguns produtores individuais, o trabalho volante possa ser encarado como propiciador de vantagens materiais, os custos sociais que a existência desse regime de trabalho acarreta para toda a coletividade, inclusive para a classe dos produtores rurais, são mais que suficientes para justificar sua imediata transformação em uma relação de emprego menos predatória.

9.2.2 - "Normas Reguladoras do Trabalho Avulso no Meio Rural" como resposta ao problema do trabalhador rural volante.

O Projeto de Lei que "Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural e dá outras providências", de autoria do senador Otto Cyrillo Lehmann (ARENA-SP), encaminhado em 2/6/77, fundamenta sua justificativa em algumas das propostas aprovadas em Reunião efetivada em Brasília, nos primeiros meses de 1977, na qual os representantes das Federações de trabalhadores rurais do Paraná, São Paulo e Pernambuco discutiram a questão dos trabalhadores volantes.

Refutando a necessidade de criação de Cooperativas de Mão-de-Obra para interferir sobre o problema dos volantes, os representantes das Federações citadas concluíram que:

"possuindo os trabalhadores rurais em geral, seus sindicatos de classe, não se justifica a criação de uma nova entidade, como forma de solucionar o problema dos eventuais"<sup>7</sup>

O autor do Projeto de Lei aceita a via sindical como forma de encaminhar soluções que defendam os direitos sociais e trabalhistas dos assalariados volantes, mas admite que, na ausência de sindicatos, as empresas locadoras de mão-de-obra poderiam cumprir as mesmas funções.

Em síntese, esta proposta deixa expressa uma preocupação de organizar a oferta de mão-de-obra avulsa no meio rural, reconhecendo, inclusive, a sua condição de assalariado.

Tendo como primeira alternativa a aglutinação dessa mão-de-obra em sindicatos de trabalhadores e dando as premissas de sua viabilidade prática, vai adiante de algumas propostas já existentes quando sugere um percentual adicional a ser incluído na diária referente a férias e gratificação de Natal.

Mais ainda, propõe a convenção ou acordo coletivo na fixação da diária paga ao trabalhador; o pagamento da diária mesmo quando o serviço não tiver início ou vier a ser interrompido, e que o empregador deva ceder, no local do trabalho, os instrumentos e ferramentas aos trabalhadores.

---

<sup>7</sup> Projeto de Lei do Senado nº — , de 1977 - página 8.

A proposta reconhece o descompasso entre a oferta e a demanda de mão-de-obra volante e tenta sincronizar a situação com seu artigo 3º: "A designação dos trabalhadores, pelo sindicato, obedecerá ao sistema de rodízio".

O esquema de requisição pelo empregador, obedeceria a algumas normas, como antecedência mínima de 24 horas, definição antecipada do local, dia e natureza das tarefas a serem executadas.

Tudo isto contribuiria, pois, para um aparente ajuste desse mercado de força de trabalho.

Até este ponto, a proposta não faz mais que definir uma forma racional de organizar esta mão-de-obra. Realmente, é sabido, a própria desorganização espacial desses trabalhadores, contribui e mesmo dificulta a legitimação de sua relação de emprego dentro dos parâmetros das leis trabalhistas. O sindicato nesse caso serviria a dois papéis importantes: viabilizar a legitimação da relação de emprego e permitir a organização desses trabalhadores de forma mais completa, ou seja, visando atender e defender seus interesses, pela via que de fato é a adequada para ele, enquanto assalariado.

A proposta não atinge, nem parece pretender atingir, as causas da geração do trabalhador rural volante. Ao ficar na superfície do problema, deixa de considerar toda a problemática do nível de desemprego na economia como um todo e que afeta o volante na forma de descontinuidade de trabalho. Desconsidera, também, o modelo de desenvolvimento agrícola respon-

sável pelo uso descontrolado de insumos industriais e pela existência de grandes áreas monocultoras que contribuem para uma crescente descontinuidade na oferta de empregos.

Diante do exposto, esse ajuste, beneficiaria os produtos agrícolas a nível global, à medida em que garantiria o acesso à mão-de-obra para todas as atividades e em qualquer época do ano. Para os trabalhadores, embora pudessem contar com as vantagens de sua organização, ficariam com os mesmos problemas de subemprego e os 15% a mais em sua diária não solucionariam a questão do baixo salário médio mensal, decorrente da descontinuidade de emprego.

Num segundo momento, a proposta sugere que nas localidades onde não existem sindicatos ou mesmo onde estes não possam atender a essas funções, poderiam ser substituídos pelas empresas locadoras de mão-de-obra. As normas de funcionamento dessas empresas deveriam ser regulamentadas e registradas na Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, obrigando-as a registrarem nas Carteiras Profissionais dos volantes sua condição de avulso rural.

Os direitos trabalhistas ficariam sob a responsabilidade das locadoras em co-responsabilidade com os empregadores.

A locadora de mão-de-obra, nesse caso, assumiria o caráter de qualquer empresa organizada para este fim, e por isso, ficaria provavelmente alheia aos interesses da categoria dos trabalhadores. O empregado se subordinaria a ela, e conseqüentemente, às decisões da empresa com o empregador. Ficaria, as-

sim, a margem de negociações com quem de fato compra sua força de trabalho.

Conforme comunicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP - apresentada à II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura a verdadeira condição das locadoras de mão-de-obra é ressaltada:

"Tendo em vista o permissivo da Lei nº 6019 que, na realidade, desvincula o empregado da tomadora que, em última análise, é a empresa que usa o seu trabalho sobre o seu capital para a obtenção de lucros, impossibilitada está a integração social e econômica do empregado como "participante da comunidade de produção", tendo em vista que o seu trabalho é propriedade da empresa, à qual, na prática ele está vinculado."<sup>8</sup>

### 9.2.3. A Reforma Agrária como Meio de Fixar o Trabalhador Rural à Terra

A proposta de uma Reforma Agrária, como resposta definitiva ao problema do trabalhador rural volante, tem sido intensamente difundida pela imprensa, frente ao agravamento da situação desses trabalhadores. Em comunicação apresentada à II Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, em

---

<sup>8</sup> "Trabalhador Volante ('bóia-fria!)" - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - II Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura - UNESP - Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, 3 de dezembro de 1976.

dezembro de 1976, a FETAEP já levantava esta proposta como a principal forma de fixar o homem ao campo e, portanto, sustar a geração dessa categoria de trabalhadores.

"Não podemos negar que, aos poucos, a filosofia do atual Governo, expressa no Estatuto da Terra, especialmente em sua Mensagem, vem tendo aplicação gradativa em nosso país, especialmente em nosso Estado.

Esta é a solução ideal, que as áreas improdutivas dos latifúndios, por exploração ou extensão, sejam gradativa e racionalmente desapropriadas, para ali se fixar o homem que pretende produzir com sua família (aplicação da filosofia do "módulo"), dando-lhe, também, todos os incentivos que hoje são oferecidos aos grandes empreendimentos agrícolas, especialmente assistência financeira."<sup>9</sup>

O estudo da estrutura fundiária do Estado indica a existência de base física para esse tipo de reforma.

"Ressalta o contraste minifúndio, latifúndio, traço característico de um padrão elevado de concentração da propriedade da terra. Os minifúndios representam mais de dois terços (68,7%) dos imóveis e possuem apenas 20% de área cadastrada. Os latifúndios, por sua vez, se apropriam de quase 60% dessa área, representando menos

---

<sup>9</sup> "Trabalhador Volante ("bóia-fria")" - op.cit., página 7.

de um quarto (23,5%) do total de imóveis." <sup>10</sup>

A partir da análise da posse e uso da terra no Estado, pode-se inferir que, ao menos parcela desses imóveis, estão subdivididos e sob a responsabilidade de parceiros e pequenos arrendatários. Esse dado mostra a presença de uma população que seria beneficiária da Reforma Agrária, podendo ainda através dela se fixar no campo.

O estudo da última ocupação do chefe de família de trabalhador rural volante, mostrou que grande parte deles estava submetido no campo a este tipo de regime de trabalho (parceria e pequeno arrendamento). Contudo, o desenvolvimento recente da agricultura, com a entrada mais direta de capital no campo altera gradativamente os padrões de organização da produção, conforme se discutiu anteriormente, introduzindo o assariamento como relação de produção dominante.

Considerando que esse processo de substituição de relações de produção semi-assalariadas por outras de assalariamento puro, está embasando a entrada de empresas rurais no campo paranaense, torna-se difícil pensar no retorno da parceria, ou colonato, como formas dominantes de produção. E, na medida em que estas relações de trabalho cumprem, cada vez mais, um papel transitório no preparo do solo para a introdução de culturas típicas de mercado e produzidas em moldes capitalistas, torna-se mais improvável a outorga do direito à posse defini-

---

10

Depto. de Economia Rural, Convênio FC.M.B.B./CONTAG - "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", Estados da Região Sul e Centro Oeste - Botucatu - 1977, página 1 - 1. Paraná, 1.1.- A Estrutura Agrária e o uso da Terra.

tiva a esses produtores que, na realidade, estão na "ante-sala" do assalariamento.

Contudo, essa análise aplica-se, especialmente, à situação da agricultura dominante em todo o Norte e Oeste do Paraná. Nos chamados "Campos Gerais" que abrangem toda a região central do Estado, predominam os latifúndios por exploração voltados, prioritariamente, à pecuária extensiva. Essa região poderia merecer estudos para uma possível Reforma Agrária, nos moldes propostos pela FETAEP. Mesmo assim, um estudo mais detalhado do problema teria que, necessariamente, levar em conta os novos padrões de produção agrícola dominantes no Estado e que, tendencialmente, estender-se-ão para essas áreas.

### 9.3 - PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

A definição do problema relativo à existência e difusão do trabalho assalariado volante bem como a discussão das atuais propostas de intervenção, tornam patente a ineficácia de medidas unilaterais. Atuar sobre os aspectos superficiais, sobre os efeitos do fenômeno, parece tão simbólico quanto propor ações que, pretendendo sustar o êxodo rural, não levam em conta a questão, já dada, do subemprego que atinge, particularmente, o trabalhador volante.

O reconhecimento da complexidade dos processos que têm seu vértice no trabalho volante não deve, por outro lado, paralisar a reflexão sobre as formas possíveis de intervenção sobre ele. Pode-se pensar em medidas que apresentem níveis diversificados de complexidade e abrangência e que, consequen-

temente, tenham sua implementação escalonada no tempo.

As reflexões que se seguem devem ser tomadas menos como propostas concretas de ação (para o que lhes faltará o necessário detalhamento), mas como a indicação de elementos sobre os quais se possa exigir um conjunto de ações coordenadas e com maior probabilidade de eficácia.

O problema mais imediato, sobre o qual se pode atuar em prazo mais curto, é a regulamentação da relação de emprego a que se submete o trabalhador volante. Isto significa formalizar sua relação de trabalho assalariada, eliminando pseudo diferenças entre esta fração e o conjunto da classe trabalhadora brasileira à qual pertence. No entanto, a implementação dessa medida permite anteciper dois tipos de dificuldades: o controle de seu cumprimento e as repercussões sobre os custos da produção.

Quanto à primeira, parece que a melhor via de garantir seu cumprimento é deixá-lo sob a supervisão dos próprios interessados o que, além de elevar a probabilidade de eficácia, elimina a necessidade de um crescimento exponencial nos quadros de fiscais do trabalho. Entregue a defesa e fiscalização dos direitos dos trabalhadores a um sindicato de assalariados rurais (e não de pequenos produtores), a eficácia de sua atuação depende da existência de mecanismos democráticos que possibilitem o relacionamento entre patrões e empregados.

Quanto à segunda, a solução mais adequada não parece ser deslocar a responsabilidade pelos encargos sociais do emprega

dor para o Estado (já que é absurdo pensar em repassá-la aos próprios trabalhadores). Formalizar a relação de trabalho volante significa elevar as despesas com a mão-de-obra e, conseqüentemente, tornar seu uso desvantajoso para o empresário que recebe, por outro lado, todo tipo de estímulo ao uso de tecnologia poupadora de trabalho.

Nesse caso, não parecem existir mais que dois cursos alternativos de ação: deixar que os insumos modernos cheguem aos produtores rurais com seu preço real (sem subsídios) e elevar os custos da mão-de-obra, ou manter a política de subsídios ao capital e estendê-la, também, à mão-de-obra.

Na primeira alternativa, poder-se-ia esperar uma maior utilização de mão-de-obra que, apesar de onerada pelos encargos sociais, certamente seria mais vantajosa, pelos menos em certas atividades. Isto já foi sugerido, no Paraná, como meio de enfrentar a retirada dos subsídios aos defensivos agrícolas o que levaria à redução no consumo de herbicidas e elevação do uso de assalariados na carpa manual.<sup>10</sup> No entanto, além de provocar reações entre os industriais do ramo, esta alternativa pode atingir negativamente os níveis de produtividade já alcançados. A questão a esclarecer é se os empresários agrícolas que produzem para o mercado externo, e que são tanto os maiores consumidores dessa tecnologia quanto do trabalho volante, já não seriam capazes de, sem a tutela do Estado e dada a lucratividade de seu empreendimento,

---

<sup>10</sup> A sugestão partiu da Cooperativa Central Regional Iguaçu - Cotriguaçu - de Cascavel (PR), e foi publicada, como uma nota, no jornal Folha de Londrina de 23/6/78.

arcar com os custos de modernização de sua produção e manter, desse modo, os níveis de produtividade alcançados e dos quais são os beneficiários diretos.

Na segunda alternativa, o Estado ampliaria sua atual política de subsídios às classes produtoras através, por exemplo, do sistema de crédito para custeio das atividades agrícolas. Não estaria retirando do empregador a responsabilidade pelos custos sociais do trabalho, mas dividindo com ele parte destes custos.

Nesse caso, os efeitos da elevação das despesas com a mão-de-obra sobre os custos da produção seriam amortecidos, o que acarretaria consequências menos nefastas seja sobre a liberação da mão-de-obra seja sobre estímulos a uma desnecessária mecanização.

A formalização do trabalho assalariado volante implica em permitir o acesso efetivo desses trabalhadores aos benefícios da legislação trabalhista. Esta consiste numa série de dispositivos que objetivam garantir aos que vivem da venda de sua força de trabalho pelo menos o mínimo necessário à reposição de suas energias. Sua existência e aplicação resultam, portanto, menos de considerações humanitárias que da necessidade de garantir, ao capital, a presença do único elemento capaz de fazê-lo reproduzir-se e que é o trabalho humano.

A primeira questão que se coloca para a formalização do trabalho volante é a relativa ao prazo dos contratos de trabalho. Pode-se antecipar a formação de três grandes catego-

rias: os empregados contratados por tempo indeterminado, os contratados por safra e os contratados por tempo inferior à safra. Se para as duas primeiras a reposição da força de trabalho implica em direitos que se somam ao salário mínimo (como, por exemplo, descanso semanal remunerado e férias proporcionais), mas se repartem no decorrer do tempo, para os últimos, os mesmos direitos deveriam ser incorporados em uma diária mais elevada e que garantisse seu usufruto, apesar da transitoriedade da relação de emprego.

A regulamentação do trabalho volante representa a garantia de que o salário mínimo seja tomado como base para a remuneração do trabalhador.

A instituição do salário mínimo define-o como a contra prestação pelas atividades realizadas numa dada jornada de trabalho. Para que se possa utilizá-lo como base na definição do preço da força de trabalho agrícola é necessário definir, pelo menos para atividades como a colheita, uma média de produtividade alcançável durante uma jornada de trabalho. Assim, o prolongamento da jornada de trabalho levaria ao pagamento de horas extras e a elevação da produtividade resultaria em algum adicional à diária estabelecida.

Desta forma, a regulamentação do preço da mão-de-obra assalariada agrícola deve envolver a garantia do mínimo como a base do salário e a possibilidade de acréscimos dependendo de uma produção maior que a média. A determinação dessa média deverá ser fruto de decisão tomada em comissão formada por empregados e empregadores sob a supervisão do sindicato de

assalariados rurais e sindicatos patronais. De todo modo, tal decisão deverá ser rediscutida periodicamente, segundo se alterem as condições da produção.

Ainda ao nível da remuneração do trabalho, é indispensável eliminar os gravames que incorrem sobre o salário decorrentes da intermediação no recrutamento dos empregados rurais, especialmente entre os contratados por tempo inferior à safra. A centralização desse serviço de recrutamento nos sindicatos de assalariados rurais, a exemplo do Projeto de Lei do senador Otto Lehmann, poderá resolver a questão.

Institucionalizada a relação de trabalho volante, o problema relativo a esta fração da classe trabalhadora deve ser enfocado sob outro ângulo. A formalização da relação de emprego não altera o caráter do subemprego a que estão submetidos, nem a geração de um contingente de mão-de-obra potencialmente assalariado e que acaba engrossando a população subempregada. Isto é, enquanto o que se discute está diretamente vinculado a uma relação de emprego particular, o problema real, do qual o volante é um caso específico, fica escamoteado: a produção e reprodução da massa de subempregados pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente. Desta forma, a resposta mais cabal ao problema do qual o volante faz parte, está diretamente dependente de alterações nesse modelo, no sentido de elevação da taxa de criação de empregos e dos salários reais.

Possíveis alterações no modelo de desenvolvimento econômico envolvem análises que ultrapassam os limites do presen

te estudo.<sup>11</sup> Contudo, a nível do Estado do Paraná, algumas medidas parciais podem ser apontadas e, muito embora a decisão sobre sua implementação esteja fora do âmbito do governo estadual, seu exame sugere linhas de ação a serem eventualmente propostas, pelo Estado, ao Governo Federal.

No Paraná, a maior parcela da população que hoje compõe a oferta de trabalhadores volantes é fruto da substituição de relações semi-assalariadas o que resulta da crescente entrada de capital no campo. Considerando que grande parte da produção agrícola no Estado ainda está fundada na pequena produção, medidas preventivas do êxodo rural significam a execução de políticas eficazes de apoio ao pequeno produtor, especialmente ao pequeno e médio proprietário. No entanto, o nível de desenvolvimento já alcançado pela produção agrícola capitalista no Estado, condena à ineficácia medidas puramente assistenciais de amparo ao pequeno produtor. Não se trata, portanto, de mantê-lo produzindo em padrões tradicionais, com baixíssimo retorno o que o distancia do mercado e o relega à produção de subsistência.

Uma política de crédito, comercialização e assistência técnica dirigida ao pequeno produtor e respeitando seus limites econômicos, deve possibilitar e incentivar a incorpora-

---

<sup>11</sup> A esse propósito, cabe referência às propostas contidas no documento elaborado pelos técnicos do IPEA, assinado por Hamilton Carvalho Tolosa e Fernando A. Rezende da Silva, responsáveis pelo escritório do Rio. Neste documento, o modelo econômico brasileiro é revisto à luz de algumas mudanças estruturais sofridas pela economia do País, após 1964. Uma síntese desse documento foi publicada no jornal Diário do Comércio e Indústria de 12/1/78.

ção de novos padrões de produção. Será necessário, no entanto, que tais incentivos não desloquem o produtor para culturas de exportação. Uma atualização no sistema de preços mínimos para culturas alimentares pode constituir uma via que impeça a extensão da monocultura no Estado.

A especialização de grandes áreas do Estado na produção de culturas de exportação gera problemas, tanto para os trabalhadores, que passam a depender de uma oferta de emprego concentrada no tempo e no espaço, quanto para os empresários que veem suas necessidades por mão-de-obra, muitas vezes, insatisfeitas. Uma forma de intervenção possível, nesse caso, seria o incentivo à policultura através de uma política de crédito seletivo.

As medidas que procurem conter, do lado do setor agrícola e limitadas pelas tendências de seu desenvolvimento capitalista, a geração do contingente populacional que pressiona a estrutura urbana, torna-se necessário acrescentar um conjunto de outras medidas que elevem a probabilidade de absorção dessa mão-de-obra pelo mercado de trabalho urbano. Um programa mais intensivo de industrialização do Estado parece ser o caminho mais dinâmico e integrado para a geração contínua de novos empregos urbanos.

Finalmente, resta observar que a amplitude das medidas necessárias a uma ação eficaz sobre o problema do trabalho volante não só escapa à esfera estadual como exige decisões a nível interministerial. A existência do Conselho de Desenvolvimento Social, do qual participam os Ministérios do Trabalho e da área econômica, permite alimentar perspectivas mais otimistas no que se refere à intervenção sobre o fenômeno.

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENADORA:

MARIA INÊS S.R. BASTOS	- Socióloga
ANA MARIA C.R. LANGE	- Socióloga
ELIANE CRUXÊN BARROS	- Socióloga
ELOÍSA N. BELOTO	- Socióloga
FÁTIMA MOHAMED ABRÃO	- Socióloga
HELENA S. RODRIGUES	- Socióloga
MARIA DE LOURDES U. KLEINKE	- Socióloga
MARIA LÚCIA P. URBAN	- Bacharelada em Economia
IOLANDA CASAGRANDE	- Bacharel em História, co-responsável pela coleta de dados - Núcleo de Maringá.

### ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS:

CATARINA MULEZINI DA SILVA	- Acadêmica de Economia
CLEIDE GRIZZA RIBEIRO	- Acadêmica de Sociologia
HIEDA MARIA PAGLIOSA	- Acadêmica de Sociologia
MARIA CRISTINA BUZZÁ	- Acadêmica de Estatística
SIMONE REBELLO BERGMANN	- Acadêmica de Sociologia
THAÍS MOURA TAVARES	- Acadêmica de Filosofia

## SUPOORTE OPERACIONAL

ANTÔNIA SCHWINDEN, ELIZABETH MENDES, EMILIO CARLOS BOSCHILIA , KAREN DE FÁTIMA FOLLADOR, LETÍCIA T. CONEGLIAN, MARIETA S.R. PINHEIRO, NEIDE BARRETO, PRISCILA BUDEISKY, ROSELI NASCIMENTO, THE-REZINHA DO ROSÁRIO MENDES.

### PROCESSAMENTO:

SERPRO - UNIDADE REGIONAL DE OPERAÇÃO DE CURITIBA

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL - IPARDES (Órgão vinculado à Secretaria de Estado do Pla-  
nejamento)

**DIRETORIA EXECUTIVA**

DIRETOR PRESIDENTE: Ruy Neves Ribas

COORDENADOR TÉCNICO: Augusto Cesar de Camargo Fayet